

UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP

GILDETE EVANGELISTA DA SILVA

**ASSENTAMENTO VALE DO ARINOS E A LUTA PELA TERRA EM
MATO GROSSO**

CAMPO GRANDE – MS

2017

Gildete Evangelista da Silva

**ASSENTAMENTO VALE DO ARINOS E A LUTA PELA TERRA EM
MATO GROSSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-Uniderp, como parte dos requisitos para a obtenção do título de **Doutor** em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional.

Orientação:

Profa. Dra. Mercedes Abid Mercante

CAMPO GRANDE – MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Anhanguera-Uniderp

S58a Silva, Gildete Evangelista da.
Assentamento Vale do Arinos e a luta pela terra em Mato Grosso. /
Gildete Evangelista da Silva. -- Campo Grande, 2017.
188f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Anhanguera-Uniderp, 2017.
“Orientação: Profa. Dra. Mercedes Abid Mercante.”

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Reforma agrária. 3. Políticas
públicas. 4. Assentamento Rural Vale do Arinos-Juara, MT. 5.
Fronteira. 6. Incentivos fiscais. 7. Colonização. I. Título.

CDD 21.ed. 363.7
333.31

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidato: **Gildete Evangelista da Silva**

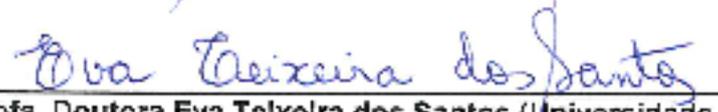
Tese defendida e aprovada em 22 de agosto de 2017 pela Banca Examinadora:



Prof. Doutora Mercedes Ábid Mercante (Orientadora)
Geografia



Prof. Doutor Gilberto Luiz Alves (Universidade Anhanguera - Uniderp)
Educação



Prof. Doutora Eva Telxela dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Saúde e Desenvolvimento



Prof. Doutora Silvia Helena Andrade de Brito (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Educação



Prof. Doutor Mauro Henrique Soares da Silva (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Geografia

AGRADECIMENTOS

A tessitura de uma tese resulta de amplas ações divinas e colaborações de muitas pessoas, razão pela qual não poderia deixar de manifestar meus agradecimentos: primeiramente a Deus que tudo permitiu e possibilitou durante o percurso desta pesquisa.

A minha esposa Albina pelos incentivos, encorajamentos, atenção, amor e companheirismo, durante e sempre, nossos trajetos de vida. Às minhas filhas Maysa e Letícia que são a razão de minha existência e inspirações de meus sonhos, minhas lutas e esperanças.

Agradeço *in memoriam* aos meus pais, que com seus exemplos de vida, forjaram em mim consciência de cidadania e de honestidade. Aos meus irmãos pelos sonhos fraternos e pela aprendizagem de que a busca pelo conhecimento também é uma forma de resistência. Agradeço, ainda, ao Silas Modesto, pela atenção, pelo companheirismo e pelas exaustivas colaborações nos trabalhos de transcrição das entrevistas.

À minha orientadora, professora Dra. Mercedes, que com paciência e sabedoria guiou meus passos nos trabalhos de pesquisa. E a todos os professores do Programa, em especial, aos professores Gilberto e Sandino, Mauro Henrique que configuraram expoentes de bondade e conhecimentos.

Aos colegas de turma que, aos poucos, foram se transformando em amigos dos quais guardarei a amizade para sempre. Agradeço, ainda e especialmente aos colegas Edneuzza e Agnaldo meus companheiros de viagens e de sonhos e, à Marta, Gizelda e Denize pela amizade, presteza e pelos incontáveis auxílios durante nossa trajetória de estudos.

Também agradeço ao Senhor Assis, presidente da Associação de produtores das Linhas três e quatro do Assentamento, pelas acolhidas, hospedagens, pelo serviço de guia e acompanhamento nos trabalhos de levantamento de dados no assentamento. Ao Luíz Antônio de Campos, colega da UNEMAT, que colaborou de forma extraordinária na busca de documentos ou oportunizando a minha aproximação com pessoas que contribuíram para a realização dos trabalhos de pesquisa.

Manifesto, ainda, reconhecimento e agradecimentos aos assentados que participaram desta pesquisa, pessoas trabalhadoras, sensíveis, honestas e que nos ensinam a lutar pelos sonhos e pela dignidade humana.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. Resumo Geral..... | 07 |
| 2. General Summary..... | 08 |
| 3. Introdução Geral..... | 09 |
| 4. Revisão de Literatura..... | 15 |
| 5. Referências Bibliográficas..... | 58 |
| 6. Artigos..... | 64 |
| Artigo I..... | 64 |
| Empresas de Colonização e Assentamentos Rurais na expansão capitalista no Norte de Mato Grosso | 64 |
| Resumo | 64 |
| Abstract | 65 |
| Introdução. | 65 |
| Material e Métodos | 67 |
| Resultados e Discussão | 68 |
| Considerações Finais | 85 |
| Referências Bibliográficas | 87 |
| Artigo II | 91 |
| Colonização do Norte de Mato Grosso e as Empresas Agropecuárias na Expansão do Capital | 91 |
| Resumo | 91 |
| Abstract | 92 |
| Introdução | 92 |
| Material e Métodos | 94 |
| Resultados e Discussão | 96 |
| Considerações Finais | 111 |
| Referências Bibliográficas | 113 |
| Artigo III | 116 |
| Processo de criação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos de Juara (MT) no contexto das políticas públicas de reforma agrária..... | 116 |
| Resumo..... | 116 |
| Abstract..... | 117 |

| | |
|---|------------|
| Introdução..... | 117 |
| Material e Métodos..... | 119 |
| Resultados e Discussão..... | 122 |
| Considerações Finais..... | 140 |
| Referências Bibliográficas..... | 143 |
| Artigo IV..... | 146 |
| Marchas (In)certas e lutas pela Terra: as narrativas de vida dos assentados no Projeto De Assentamento Vale Do Arinos..... | 146 |
| Resumo..... | 146 |
| Abstract..... | 147 |
| Introdução..... | 147 |
| Material e Métodos..... | 148 |
| Resultados e Discussão..... | 167 |
| Considerações Finais..... | 180 |
| Referências Bibliográficas..... | 182 |
| 7. Conclusão Geral..... | 186 |

1. Resumo Geral

Este estudo vincula-se à Linha de Pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Anhanguera-Uniderp. A proposta dos trabalhos de pesquisa emergiu a partir da preocupação em desvelar as ações realizadas para a criação do assentamento, a seleção e a alocação dos assentados nos seus lotes no Projeto de Assentamento Vale do Arinos, localizado no município de Juara (MT). O objetivo geral do trabalho consistiu em compreender o conjunto de ações envolvidas na criação do assentamento Vale do Arinos no contexto das políticas públicas da reforma agrária. Desse modo, a compreensão desse processo exigiu que houvesse a ampliação da pesquisa sobre os assentamentos rurais, bem como o papel das empresas colonizadoras e das grandes empresas agropecuárias na expansão do capital no norte do estado de Mato Grosso. O estudo caracterizou-se como uma de natureza qualitativa. A produção dos dados de pesquisa deu-se por meio de levantamento de fontes secundárias, levantamento de fontes documentais e entrevistas semiestruturadas. Os dados qualitativos apontam que as políticas públicas para criação, planejamento, estruturação do assentamento e seleção dos assentados nas parcelas do Assentamento Vale do Arinos tiveram resultados parcialmente concretizados, considerando a escassez, a ausência de infraestrutura básica e a omissão das instituições públicas nas ações de implantação e acompanhamento dos assentados. Os dados levantados sobre a colonização e assentamentos rurais evidenciaram que na ocupação da Amazônia mato-grossense foram dadas amplas preferências ao capital financeiro com privilégios políticos e econômicos a agropecuárias, empresas de colonização que possibilitou o avanço do capital na Amazônia. Assim, a ocupação foi delineada como um projeto voltado para a expansão de áreas, respaldada em políticas governamentais, cujos programas tiveram resultados mais expressivos no seu dinamismo especulativo do que social, e intensificaram a implantação de grandes latifúndios na região, que gerou inúmeros conflitos e violências aos povos indígenas, ribeirinhos e posseiros.

Palavras-chave: Norte de Mato Grosso, Reforma Agrária, Colonização, Assentamentos Rurais.

2. General Summary

Creation Process Of The Valley Of The Arinos Project And The Struggles For The Earth

This study is linked to the Research Line Society, Environment and Sustainable Development of the University Anhanguera-Uniderp. The proposal of the research work, emerged from the concern to unveil the actions carried out to create the settlement, selection and allocation of the settlers in their lots in the Arinos Valley Settlement Project, located in the municipality of Juara (MT). The general objective of the work was to understand the set of actions on the creation of the Arinos Valley settlement in the context of the public policies of agrarian reform. Thus, the understanding of this process demanded the expansion of research on rural settlements, as well as the role of colonizing companies and large agricultural enterprises in the expansion of capital in the north of the state of Mato Grosso. The study was characterized as an exploratory research of a qualitative nature. The production of research data was done by means of survey of secondary sources, collection of documentary sources and semi-structured interviews. The qualitative data indicate that the public policies for the creation, planning, settlement structuring and selection of the settlers in the Vale do Arinos settlement have had partial results, considering the scarcity, lack of basic infrastructures and the omission of public institutions in the actions Implementation and monitoring of the settlers. The data collected on the colonization and rural settlements showed that in the occupation of the Amazonian Mato Grosso, broad preferences were given to the financial capital with political, economic and fiscal privileges to farming, colonization companies and made possible the advance of the capital in the Amazon and also That the occupation was outlined as a project focused on the expansion of areas, backed by government policies, whose programs had more expressive results in their speculative than social dynamism and intensified the implantation of large latifundia in the region, which generated numerous conflicts and violence To indigenous peoples, riverside and squatters.

Keywords: North of Mato Grosso, Agrarian Reform, Colonization, Rural Settlements.

3. Introdução Geral

A Reforma Agrária segundo o Estatuto da Terra é o “conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade” (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

É um processo de organização fundiária decorrente de ações emanadas de políticas públicas específicas responsáveis pela distribuição de terras às famílias de agricultores sem terra, com vistas a promover a equidade de direitos e, simultaneamente, reparar a dívida social para com essa população que, historicamente, teve seus direitos negados. A reforma agrária, concebida como uma política pública que prima pela justiça social e democrática, assegura e distribui terra aos trabalhadores rurais, a fim de que estes tenham condições dignas de prover seus próprios sustentos e de suas famílias.

“A reforma agrária é um termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade” (RANIERI, 2003, p. 5).

As questões agrárias remontam aos períodos da nossa história desde seu descobrimento, passando pelo período colonial, Império chegando até os dias atuais e caracterizam-se como a falta de acesso às propriedades rurais que sempre foram centralizadas nas mãos dos grandes capitalistas latifundiários. Esta concentração de terras e de poder nas mãos de poucos ocasionou consequências econômicas e sociais negativas como a pouca distribuição de renda, o que tem instituído segregações de distintas naturezas à sociedade brasileira.

No estado de Mato Grosso, as questões agrárias não são diferentes dos demais estados coirmãos que compoem a Amazônia Legal, visto que apresenta grandes latifúndios, em consequência de políticas voltadas, especialmente, para atender os latifundiários, que atendem e respaldam os ditames dos políticos governantes.

Com respeito a esses argumentos, MORENO (1999) assevera que os governos do estado, desde 1892, têm produzido mecanismos em prol do

favorecimento para aquisição de grandes áreas por latifundiários, sejam estes grupos econômicos, empresas de colonização ou agropecuárias ou simplesmente detentores individuais do capital.

Na atualidade, o Estado de Mato Grosso apresenta extraordinário crescimento econômico com o reordenamento do espaço geográfico e a comercialização de produtos do agronegócio, principalmente, soja, algodão e milho e, também carnes, uma vez que o estado é um dos maiores produtores do agronegócio brasileiro.

Com a expansão da agropecuária, o agronegócio ocupa, hoje, vastas extensões de terras em todo estado e avança, cada vez mais, em direção norte na região da floresta amazônica. As políticas expansionistas instituídas pelos governantes intensificaram o estabelecimento de atividades produtivas nesta nova fronteira agrícola, com a ocupação/reocupação de vastas áreas de terras onde milhares de famílias foram assentadas, principalmente de origem dos estados do sul do país, que geram produtos do agronegócio e são direcionados, em sua maioria, para a exportação e, com isso, promovem divisas tanto para os produtores como para o país (FIORELO, 2006).

Ademais, a política governamental para a ocupação de terras que muitos consideravam como uma região desabitada deu-se por meio de orientações com propósitos bem definidos e com características peculiares do avanço do capital sobre a terra, não como uma conquista social, mas com requinte mercantil que a transformava em mercadoria para o mercado.

O planejamento das políticas públicas foi impulsionado para a ocupação de territórios desabitados, com vistas à integração destes às demais regiões do país, principalmente, aos estados do sul e sudeste, pois, desde a era Vargas, a preocupação centrava-se na ocupação dos vastos territórios vazios ao oeste do país, a fim de aliviar tensões sociais sobre a posse de terras localizadas nos estados do centro sul.

Com isso, o estado de Mato Grosso foi re/ocupado e re/colonizado a partir das últimas décadas do século XX com vários tipos de assentamentos públicos, particulares e mistos, cujos assentados foram especialmente selecionados no sul do país em detrimento do povo local, uma vez que aqueles possuíam certo conhecimento sobre o plantio e, também, algum capital inicial com a venda de seus bens para a nova empreitada. Todavia, se de um lado

alguns tinham conhecimento sobre as lides de plantios no sul do país, grande maioria desconhecia as características do solo do cerrado e da Amazônia, o que levou muitos ao fracasso no início de suas atividades na nova fronteira agrícola.

Esta tese tem como objetivo estudar o processo de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas do Projeto de Assentamento Vale do Arinos a partir das orientações preconizadas pelas políticas públicas para reforma agrária e assentamentos rurais.

O Assentamento está localizado em Juara, no estado de Mato Grosso, distante aproximadamente 140 quilômetros da sede do município. Foi criado pela portaria nº 49 do INCRA, publicada no Diário Oficial da União de 19.09.2003, numa área de com área de 21.188,2319 hectares e tem capacidade para assentamento de 243 unidades de famílias de agricultores.

Em face a peculiaridade e natureza da pesquisa, o processo de estudo referenda-se na abordagem da realidade sob os auspícios da geografia que, segundo STEDILE (2011, p. 15), “na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território”.

Para o aporte teórico-analítico sobre a reforma agrária, os estudos de José Graziano da Silva (para entender o plano nacional de reforma agrária) Octávio Ianni (Origens agrárias do Estado Brasileiro), José de Souza Martins (Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano) e José Vicente dos Santos Tavares (Matuchos: exclusão e luta – do sul para a Amazônia), constituíram-se importantes subsídios para compreensão, discussão e análise das ações das políticas públicas da reforma agrária no contexto da sociedade brasileira.

O Assentamento Vale do Arinos, localiza-se a 140 quilômetros da sede do município de Juara em Mato Grosso, com capacidade de assentar 243 famílias, numa área total de 22.800,3725 hectares.

As atividades de pesquisas foram realizadas de maio de 2016 a julho de 2017, e foram delineadas como questões centrais de investigação os seguintes questionamentos: a) Foram consideradas e implementadas as infraestruturas básicas previstas para projetos de assentamento da reforma

agrária na criação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos? b) Como foram realizados o processo de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados a partir das orientações preconizadas nas políticas de assentamentos rurais? C) Que análises os assentados fazem das políticas da reforma agrária implementadas no Projeto de Assentamento Vale do Arinos?

O delineamento da pesquisa exigiu que esta fosse ampliada, de modo que foram necessários e pertinentes procurar respostas aos questionamentos: qual o papel das empresas de colonização e assentamentos rurais na expansão capitalista, considerando as orientações de ocupação das políticas para implantação de projetos de colonização? E ainda, como foi o processo de expansão da região norte de Mato Grosso, perante do avanço do capital na instalação de agropecuárias de grande porte na região?

Estas questões ou proposições visavam a criação de um arcabouço que propiciasse a discussão dos objetivos traçados e oportunizasse entendimentos mais contundentes do escopo delineado para a pesquisa. Destarte, o objetivo geral da pesquisa centrava-se em analisar o processo de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas do assentamento Vale do Arinos, a partir das orientações preconizadas pelas políticas públicas para Reforma Agrária e assentamentos rurais.

A partir do objetivo geral foram estabelecidos os específicos: a) Contextualizar se o assentamento foi criado com as infraestruturas básicas preconizadas para os assentamentos rurais da reforma agrária; b) Analisar se o processo de criação, planejamento de desenvolvimento dos assentados e a seleção dos assentados foram realizados segundo as orientações previstas nas políticas de assentamentos rurais; c) Compreender, a partir das histórias e narrativas de vidas, as experiências de vidas individuais e coletivas, as lutas e os desafios empreendidos pelos assentados em busca da posse da terra no contexto das políticas de assentamentos rurais.

A pesquisa tem sua organização distribuída em cinco partes. A primeira trata da revisão da literatura, a qual se caracteriza como um processo em que o pesquisador busca, a partir do estado da arte tematizar, problematizar e produzir, a partir das pesquisas, até então realizadas na área, tecer o aporte teórico/conceitual que orientará o desenrolar das diferentes ações da pesquisa. Com referência a esse processo, SEVERINO (2002, p. 162) apregoa que o

referencial teórico “constitui o universo de princípios, categorias e conceitos, formando sistematicamente um conjunto logicamente coerente, dentro do qual o trabalho do pesquisador se fundamenta e se desenvolve”.

A segunda parte da tese é composta pelo artigo “Empresas de Colonização e Assentamentos Rurais na expansão capitalista no Norte de Mato Grosso, com o objetivo analisar as empresas de Colonização e Assentamentos Rurais na expansão capitalista no norte do estado de Mato Grosso, considerando as orientações de ocupação planejadas pelas políticas públicas para implementação de projetos de colonização, em áreas chamadas pelos militares de grandes vazios que possibilitaram o avanço da fronteira agrícola na região. A metodologia utilizada na coleta de dados consistiu em levantamento de fontes bibliográficas e de fontes documentais.

A terceira parte é constituída pelo artigo “Colonização do Norte de Mato Grosso e as Empresas Agropecuárias na Expansão do Capital” e tem como escopo analisar o processo de expansão da região norte do Estado de Mato Grosso, considerando o avanço do capital financeiro na instalação de agropecuárias em grandes extensões de terras. O estudo filiou-se aos pressupostos teórico-metodológico do método de pesquisa qualitativa, de cunho exploratórios e descritivos, com a prospecção de dados realizada em fontes secundárias, mediante utilização do método de levantamento bibliográfico.

O artigo intitulado “Processo de Criação do Projeto de Assentamento do Vale do Arinos no Contexto das Políticas Públicas de Reforma Agrária” compõem a quarta parte da tese. Aborda os procedimentos adotados na implementação das atividades para o assentamento dos trabalhadores, sob os auspícios das políticas públicas para Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. A pesquisa tinha como escopo analisar o processo de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas do assentamento Vale do Arinos, a partir das orientações preconizadas pelas políticas públicas para Reforma Agrária. O estudo fundamentou-se nos pressupostos do método de pesquisa qualitativa, a qual se instrumentou por meio de levantamento documental e aplicação de entrevistas aos assentados.

O artigo “Marchas (in)certas e lutas pela terra: as narrativas de vida dos assentados no projeto de assentamento Vale do Arinos” compõe a quinta parte da tese e visa compreender, a partir das histórias de vidas e narrativas dos

assentados do Projeto de Assentamento Vale do Arinos, as experiências de vida individuais e coletivas, os sonhos, as lutas e os desafios empreendidos em busca da posse de seus lotes de terra no contexto social do assentamento rural. A pesquisa envolveu-se com produção de dados por meio de narrativas orais inerentes às expectativas e sentimentos que os assentados tiveram no percurso de chegada em seus lotes de terras. O estudo baseou-se nos pressupostos do método de pesquisa qualitativa, associado a histórias de vida e narrativas dos assentados.

4. Revisão de Literatura

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica do trabalho que foi construída por meio da revisão de textos publicados em livros, artigos e outros de diversos autores que pesquisaram sobre as políticas públicas de assentamentos – colonização ou reforma agrária. A revisão de literatura possibilitou a formação de um quadro teórico de referência bibliográfica e da estruturação dos conceitos que sustentaram o desenvolvimento da pesquisa.

Políticas Públicas de Assentamentos – Colonização e Reforma Agrária

O Brasil é um país marcado por desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais com características distintas que oscilam entre uma pequena faixa da população que concentra grande parte da renda, com acesso aos bens de consumo, saúde, segurança, educação e outra excluída, apresentando péssimas qualidades de vida em decorrência de poucas e humilhantes situações financeiras a que estão submetidos. Esta assimetria ou desigualdade econômica e social está presente entre as regiões do país, estados e municípios e impede que as pessoas tenham a garantia das condições necessárias para viver com dignidade e qualidade de vida.

“Na atualidade, vemos grandes desigualdades entre modelos de desenvolvimento econômico e social, com significativas diferenças destes entre as regiões sul e sudeste das demais regiões do país. As “desigualdades econômicas, sociais e regionais no Brasil são um problema que afeta o desenvolvimento como um todo” (GALEANO; MATA, 2009, p. 6).

Para contornar as desigualdades econômicas e sociais é necessário que haja efetivo planejamento de políticas públicas voltadas ao combate da pobreza, da má distribuição de rendas e das desigualdades sociais, com base na premissa de que a renda é um direito e um dos caminhos para o exercício da cidadania, enquanto a pobreza extrema gera vulnerabilidades e submissão dos trabalhadores aos valores do capital e aqueles que o detém. Entretanto, o planejamento e a implementação de políticas públicas para atenuar as

desigualdades tendem a ser complexas por diversos motivos, principalmente, porque a maioria delas é planejada segundo a vontade de políticos e sem a participação social. Além disso, as desigualdades são perversas, suas manifestações são imprevisíveis e suas procedências estão arraigadas tanto de forma objetiva ou subjetiva nas instituições e na sociedade.

Existem vários tipos de desigualdades e MARX (1982) as evidencia como a consequência de um conjunto de relações de poder e de propriedade de bens, configurando-se como um acontecimento que gera consequências políticas e jurídicas, ou seja, a relação contraditória de poder e de dominação entre os seres humanos é que promovem as desigualdades, a apropriação e a dominação. As desigualdades são, portanto, produto das relações desiguais nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais entre os homens.

As desigualdades econômicas têm como características principais a concentração e a distribuição irregular da renda. Estas promovem, por sua vez, outras desigualdades como discriminações e preconceitos às diversas classes sociais economicamente menos favorecidas. No Brasil, as desigualdades apresentam-se como se fossem imagens de um caleidoscópio perverso, com efeitos nocivos sobre a população de baixa renda como educação precária, o desemprego, a fome, os conflitos rurais e urbanos, a pobreza extrema, as desigualdades de gêneros e raciais.

Um passo importante em direção aos direitos individuais e às correções de injustiças sociais foi dado com a promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, também chamada de Constituição cidadã, que apresenta avanços importantes em direção a garantia do acesso à cidadania, atendendo a um leque amplo das reivindicações dos movimentos sociais. Todavia, muitas ações descritas na Carta Magna não foram postas em ação, como por exemplo, os problemas fundiários e as políticas públicas voltadas à distribuição de propriedades.

As reivindicações do campo são históricas e até hoje não foram, ainda, completamente atendidas, principalmente aquelas ações mais dinâmicas direcionadas ao atendimento daqueles que necessitam de terras para produzir e garantir seu sustento e de sua família. As políticas públicas direcionadas à questão fundiária e de acesso à terra no Brasil, remontam ao período colonial, perpassam pela primeira república velha até os dias atuais.

Diante dessa realidade, é necessário diferenciar a questão agrária no que se refere ao acesso à propriedade, exploração da terra e as relações sociais entre os proprietários; da questão fundiária que se relaciona à dispersão, o tamanho e a concentração das propriedades rurais no território em uma única pessoa, uma família, empresa ou a um conglomerado empresarial, chamados de latifúndios que geram grandes disparidades e desigualdades econômicas e sociais locais e regionais.

A concentração de terras tem como consequência mais nociva a grande centralização ou a falta de distribuição de rendas que tem economicamente segregado grande parte dos brasileiros, resultado de políticas públicas contraditórias que se distinguem como expressão da supremacia das classes dominantes. O caso fundiário brasileiro é caracterizado por expressar vantagens concedidas aos mais abastados, econômica e financeiramente, em detrimento dos direitos civil e sociais de uma grande maioria de excluídos e com pouca possibilidade do benefício do uso e da posse da terra.

Com referência a ineficácia das políticas públicas fundiárias e agrárias, RANIERI (2003, p. 5) destaca:

“A concentração da posse da terra no Brasil tem suas origens na época do descobrimento. As intervenções do governo, fruto da execução de diversas políticas fundiárias e agrárias, não tem sido eficazes para alterar significativa e globalmente a estrutura da posse da terra”.

A reforma agrária faz parte da plataforma, planejamentos de ações e dos discursos de quase todos os governantes brasileiros. Mas, a democratização do acesso à terra parece que ainda habita os panfletos de campanha e a retórica dos palanques, pois a reforma agrária, aquela que pode possibilitar o acesso à terra a milhares de brasileiros, para que dela usufrua, extraia o seu sustento e de seus familiares, ainda não aconteceu ou acontece isoladamente pelos cantos do país.

A partir dos anos 1960 do século XX foram criadas várias políticas públicas colonizadoras com propósitos desenvolvimentistas com a intenção simultânea de resolver conflitos sociais do centro sul do país e povoar a

Amazônia. Todavia, muitos destes planos políticos apenas incrementaram a hegemonia das elites agrárias, ao lhes conceder créditos e incentivos que se configuram como grandes estratégias para a expansão do capital.

A questão fundiária e agrária são temas complexos. Foram e são pesquisados no Brasil por vários autores que procuram demonstrar a distribuição fundiária injusta a que o povo brasileiro foi submetido desde seu descobrimento, com grande dessimetria econômica, política e social entre aqueles possuidores de grandes extensões de terras, daqueles que não a possuem. Desse modo, as políticas públicas necessitam ser planejadas com o intuito social e de reparação dos direitos negados a grande parte da população na distribuição de terras, ações estas que demandam grande senso de gestão social e de justiça para o campo.

O Estado de Mato Grosso localiza-se no Centro-Oeste Brasileiro e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) sua área geográfica é de 903.329,60 quilômetros quadrados. Caracteriza-se como o terceiro estado em extensão territorial do país, com população estimada de 3.035.122 habitantes, com densidade demográfica de apenas 3,36 habitantes.

A história aponta que o estado, assim como outros espaços geográficos do oeste, pertencia à Espanha conforme o Tratado de Tordesilhas celebrado entre aquele país e Portugal. Esta convenção entre os dois países foi realizado em 1494 e estabelecia, por meio de uma linha imaginária, que as terras recém-descobertas em até 370 léguas a oeste da ilha da Madeira pertenceriam à Espanha, enquanto as terras a leste pertenceriam a Portugal.

Durante muitos anos, a exploração deste vasto espaço geográfico limitava-se a esporádicas ações de aventureiros e de poucas atividades de missionários, mas a descoberta do ouro e as movimentações de exploradores ligados às entradas e bandeiras no século XVII, levou a criação de pequenos povoados na direção oeste do país.

O movimento bandeirante foi responsável pela descoberta das minas do Coxipó e do Cuiabá e favoreceram o povoamento da região, estimulou o comércio e o abastecimento da zona aurífera partindo do rio Tietê até o rio Cuiabá (MORENO, 2007). Esses adentramentos além da fronteira estabelecida pelo tratado de Tordesilhas, para atividades religiosas na catequese de índios

ou econômicas como a mineração ou criação de gado, possibilitou que a colônia portuguesa expandisse seus domínios e fronteiras.

O Estado de Mato Grosso até a 1977 compreendia os espaços territoriais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A divisão do estado ocorreu em 11 de outubro desse ano, por meio da Lei complementar nº 31, após um demorado processo emancipatório da região sul, em que foram considerados aspectos não só sócio-econômicos, mas também políticos e culturais. Assim, a reconstituição histórica deste trabalho refere-se à região norte do antigo estado, que corresponde ao atual estado de Mato Grosso.

Durante anos, a região teve pouco desenvolvimento apesar de suas riquezas naturais. Somente a partir dos últimos anos das últimas décadas do século XX é que o Estado de Mato Grosso experimentou considerável crescimento econômico, tornando-se um dos principais expoentes da agropecuária nacional.

O desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso foi lento e passou por vários estágios que começou com a captura de índios para servirem de “mão-de-obra escrava nos principais centros mercantis da Colônia” (SILVA e SATO, 2010, p. 262), passando para a extração de pedras preciosas, da exploração da borracha, da criação de gado e mais recentemente, da indústria madeireira, da pecuária extensiva e do avanço do agronegócio. O estado, na atualidade, tem sua economia baseada na pecuária e no agronegócio que ocupa vastas extensões de terras em todo estado e avança, cada vez mais, em direção norte na região da floresta amazônica.

“Os militares falavam em “ocupação de vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos” (MARTINS, 2009, p. 74).

O crescimento econômico que o estado apresenta é, em grande parte, consequência das políticas expansionistas propostas pelos governantes que possibilitaram o estabelecimento de atividades produtivas nesta nova fronteira

agrícola, com a ocupação/reocupação de vastas áreas de terras onde foram assentadas milhares de famílias, principalmente de origem dos estados do sul do país, hoje produtores de commodities do agronegócio direcionados, em sua maioria, para a exportação e geração de divisas para os produtores e ao país.

Desde o descobrimento até 1822, “o sistema legal de terras no Brasil era o sistema de Sesmaria, que regulava a distribuição de terras para quem pretendia cultivá-las” (BARROZO, 2008, p.15). MORENO (2007) corrobora essas ideias ao enfatizar que o acesso à terra no Brasil até 1822 foi por meio do regime de sesmarias, tendo como fundamentos jurídico-políticos as normas e os costumes de Portugal. No período de 1822 a 1850, o sistema de posse coexistia de forma distinta combinado com a forma de sesmaria e era a única forma de apropriação livre de terras.

A esse respeito, MARTINS (1986, p. 29) assevera que:

“Até a independência, o regime de sesmarias [...] opunha um obstáculo à mera ocupação. A partir de então, porém, tais dificuldades deixaram de existir. Somente em 1850 é que o governo legislou sobre o assunto, estipulando que a terra devoluta não poderia ser ocupada por outro título que não fosse o de compra”.

Em 18 de setembro de 1850, D. Pedro II para atender aos proprietários de capitais, aprovou a Lei nº 601 denominada de Lei de terras, que permitia, em seu Artigo 1º, o acesso às terras devolutas somente por meio da compra. A legalização dessa exigência privilegiou amplamente a classe dominante, nobreza e possuidores de capital para aquisição de terras e, ao mesmo tempo, garantia aos fazendeiros a compra da força de trabalho dos trabalhadores que necessitavam garantir sua sobrevivência e de sua prole.

“A propósito das terras devolutas, a legislação do império cuidava que as terras não estivessem demasiado disponíveis a quaisquer interessados. Houve a preocupação de encarecê-las, para evitar que trabalhadores livres viessem a tornar-se facilmente proprietários, fugindo assim

da condição de vendedores de força trabalho” (IANNI, 2004, p. 14).

As orientações emanadas da Lei nº 601 direcionaram o processo de colonização no Brasil até a queda da monarquia, em 1889, contudo a promulgação da primeira Constituição Republicana deu-se apenas em 24 de fevereiro de 1891. Nesse período, as terras devolutas, que estavam sob o domínio dos Estados, passaram pelo reordenamento jurídico da propriedade e a disciplina sobre esta questão foi estabelecida em conformidade aos princípios constitucionais federais, estaduais as diretrizes de Terras (Lei n.º 601, de 18/9/1850) e seu regulamento (Decreto Federal nº. 1.318/1854), além de outros discernimentos próprios.

Em 1934 houve a promulgação de uma nova Constituição Federal que priorizava a substituição da força de trabalho estrangeira em prol das populações nacionais. A Carta Magna em seu artigo 121, parágrafo quarto, estabelecia que o trabalho agrícola seria objeto de regulamentação especial e procurar-se-ia fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. Além disso, a Constituição estabelecia, ainda, no parágrafo quinto, que a união promoveria em cooperação com os estados, a organização de colônias agrícolas, para atenderem habitantes de zonas empobrecidas e os sem trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934).

A preocupação com o Centro-Oeste e a Amazônia aparece com mais intensidade a partir do governo de Getúlio Vargas ao afirmar em seus discursos que essas regiões precisavam ser integradas ao Brasil, por isso havia a necessidade de uma política de povoamento e de viabilização da infraestrutura. Além disso, o discurso do Presidente enfatizava a necessidade de ocupação do que chamava de vazios demográficos, a fim de integrá-los ao território nacional para que se tornassem produtivos para o mercado, criando para este intento a Marcha para Oeste (BARROZO, 2008).

“A marcha para o oeste, anunciada em 1938 pelo Presidente Getúlio Vargas, é o sintoma das preocupações do governo em ocupar “grandes vazios”, no intuito não só de manter a

política do País como também, no dizer de Getúlio Vargas, de preencher os espaços vazios entre as “ilhas econômicas” que formavam o Brasil” (CASTRO *et al.*, 2002, p. 29).

Com a promulgação da Constituição Federal em 19 de setembro de 1946, foram inseridos dispositivos que davam prosseguimento as ações para a colonização da Amazônia, visto que o artigo 199 estabelecia que a união aplicaria durante pelo menos vinte anos, a quantia não inferior a três por cento de sua renda líquida tributária para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA). O parágrafo único do mesmo artigo obriga os Estados e os Territórios da região, bem como os respectivos Municípios a reservarem para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias, recursos estes a serem aplicados por intermédio do Governo Federal. O artigo 147 determinava que o uso da propriedade fosse condicionado ao bem estar social, mas torna a reforma agrária economicamente inviável, ao instituir em seu artigo quarto que a indenização aos proprietários seria prévio e em dinheiro (BRASIL, 1946). Além da inviabilidade econômica, MARTINS (1994, p. 73) alerta que:

“O problema estava em que a reforma agrária dividia as elites, os diferentes grupos, como a corporação dos militares que estava perigosamente dividida como consequência da introdução das reformas sociais na agenda política do Estado brasileiro”.

Para a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), foi criada em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que se constituiu como forte inovação no planejamento regional brasileiro. Todavia, esta superintendência enfrentou fortes contradições em sua estrutura, uma vez que, de um lado, sua criação visava amparar e dar sustentabilidade as políticas de segurança nacional e, de outro, de ser uma instituição regional para fomentar a indústria na Amazônia, com vistas a substituir as importações regionais, de forma que não conseguisse aprovar seus planos de desenvolvimento (MARQUES, 2013). A extinção da

SPVEA deu-se em 1966, quando foi “substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No pleito da SUDAM, os objetivos se ampliaram, os recursos eram muito maiores e o poder de decisão dos militares, concentrado em Brasília, era quase absoluto” (CARDOSO e MÜLLER (2008).

O cenário estava propício para pôr em andamento a ocupação do Centro Oeste, pois havia a questão social da terra no sul do país que pressionava os governos militares e o estado de Mato Grosso e a Amazônia possuíam grandes quantidades de terras devolutas que poderiam abrigar estes produtores. Para ALVES e JOANONI NETO (2010, p. 29), a bandeira da reforma agrária “ficou mais evidente e acelerou sua visibilidade diante da incapacidade do estado em controlar a sociedade civil, principalmente no Rio Grande do Sul onde a reforma agrária tinha considerável apoio do Governador do Estado”.

O governo militar, a partir dos anos de 1960, iniciou várias ações para a ocupação do Centro Oeste e da Amazônia, que favoreceram, sobremaneira, grandes proprietários e atraíram capitais nacionais e internacionais ao lhes conceder incentivos fiscais para, inicialmente, implantar pastagens e, logo a seguir, grandes lavouras para o desenvolvimento do agronegócio. O regime militar optou por apressar o processo de ocupação, definindo as suas formas de realização com o lema de que de estes vazios deveriam ser integrados ao Brasil para não serem entregues a supostas potências estrangeiras (MARTINS, 2009).

As políticas estabelecidas para a ocupação, a partir da década de 1970, incentivaram migrações sem precedentes para o Estado de Mato Grosso ao transformar os cerrados e as florestas em terras produtoras de *commodities* para o agronegócio. As céleres transformações econômicas, políticas e sociais serviram de âncora para justificar a colonização de empreendimentos que passaram a devastar o meio ambiente por meio das derrubadas, das queimadas, do excessivo uso dos defensivos agrícolas e fertilizantes lançados ao solo para assegurar a produtividade do plantio.

Em Mato Grosso, na década de 1950, a utilização da terminologia colonização, nos discursos oficiais, “assume um significado específico”, inserindo-se “[...] na política de ocupação dos espaços vazios com mão de obra imigrante para o Norte do estado, destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola” (SILVA, 2004, p. 16-17).

Atualmente, a expansão econômica do estado é, em grande parte, consequência das políticas expansionistas instituídas pelos governantes que criaram medidas para estabelecer atividades produtivas nesta nova fronteira agrícola, com a ocupação/reocupação de vastas áreas de terras onde foram assentados milhares de famílias, principalmente de origem dos estados do sul do país, que na atual conjuntura, são produtores de grãos do agronegócio direcionados, em sua maioria, para exportação e, simultaneamente, fortalece a geração e manutenção de divisas tanto aos produtores quanto ao país.

Os assentamentos implantados no estado não se caracterizam como a reforma agrária anunciada pelas elites e governo militar em atenção às constantes lutas dos movimentos sociais, visto que essa trata de políticas públicas voltadas às questões sociais de distribuição de terras para aqueles que não a possuem, sejam elas públicas ou privadas e, colonização são assentamentos criados pelo poder público ou por empresas particulares em terras devolutas do estado. Posto isso, GRAZIANO (1985, p. 74) assevera que:

“A colonização se faz em terras não anteriormente ocupadas, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado. Já a reforma agrária é feita em terras que já tem dono, ou seja, em terras privadas, sejam elas particulares ou do governo: por isto a reforma agrária implica, basicamente, uma mudança de propriedades das terras para indivíduos que não são proprietários. Quer dizer: criam-se novos donos entre os “sem terra” a partir de terras que já eram propriedade privada de alguém”.

STEDILE (2011) destaca que na literatura política, a reforma agrária afeta o estudo e análise das questões que a concentração da posse da terra traz às forças produtivas de uma sociedade. OLIVEIRA (2007) corrobora essas argumentações ao enfatizar que a reforma agrária se constitui de políticas governamentais concebidas para modificar a estrutura fundiária por meio de distribuição da posse e da propriedade da terra.

Com a realização do II congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em 1973, os representantes dos sindicatos rurais exigiram nas resoluções finais,

além da Legislação Trabalhista Rural, a Previdência Social Rural, a Educação e reivindicavam a Reforma Agrária. Nesse documento, os trabalhadores tiveram o cuidado de esclarecer que não se devia confundir reforma agrária com colonização e, ao mesmo tempo, exigiam que os trabalhadores fossem assentados no lugar onde moravam, não em áreas distintas (SANTOS, 1993).

A Reforma Agrária é um processo pelo qual os governantes por meio das políticas públicas garantem a distribuição ou redistribuição de propriedades rurais para que essas cumpram a função social que lhes são atribuídas. Com isso, SPAROVEK (2003) destaca a importância da realização de diagnósticos e ações para a implantação dos assentamentos para a reforma agrária, uma vez que essas se constituem ferramentas potenciais na efetividade e consolidação da gestão de políticas públicas e ações governamentais.

A Reforma Agrária caracteriza-se como uma política complexa que não deve ser compreendida apenas como a distribuição de terras, mas como um programa completo que beneficia os trabalhadores rurais, ao lhes possibilitar além da posse da terra, condições de moradia, educação, transporte, saúde, logística, crédito e, também, assistência técnica com informações sobre plantio, produção, beneficiamento, transportes, vendas, entre outros. As políticas agrícolas para a reforma agrária deveriam ter como característica principal ações com vistas à distribuição de terras, cuja posse e uso promovessem a equidade de direitos e a justiça social. Todavia, existe uma dificuldade histórica para sua efetividade, dado que as terras ainda se encontram concentradas e são privilégios de poucos latifundiários capitalistas, que as utilizam como mercadoria e se organizam política e economicamente para que haja continuidade desse processo.

Para GRAZIANO (1980, p. 100), “o importante a ressaltar aqui é que a reforma agrária aparecia no fim dos anos cinquenta como o remédio para a crise agrária e para a crise agrícola (grifo do autor) por que passava o país”. A reforma agrária visava, então, alterar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil, para que houvesse um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas no campo.

A reforma agrária ainda não conseguiu cumprir com altivez o seu papel social de alocar os trabalhadores no campo. OLIVEIRA (2003) preconiza que as razões sociais, políticas e econômicas são fundamentais para discutirmos a questão das disputas políticas e suas formas tradicionais de condução, em que

os projetos sociais são implementados a partir de interesses daqueles grupos que estão no poder. Fato esse que se caracteriza uma relação de dependência e dominação social.

Em face das contradições históricas que se perpetuam no país, em que o poder prevalece nas mãos de grandes latifundiários e nas grandes forças políticas, conservadoras e hegemônicas e que traçam os destinos do país, é emergente a necessidade do debate acerca da democratização da terra, sob o viés dos princípios de um programa de reforma agrária.

Essa assertiva é defendida por GRAZIANO (1980, p. 57) ao asseverar que “o aumento do grau de concentração fundiária deveu-se em parte à política de ocupação da fronteira amazônica através das grandes empresas pecuárias, deslocando a pequena produção agrícola”.

Com respeito ao impeditivo de consolidação das políticas públicas de reforma agrária, OLIVEIRA (2007) elucida que a reforma agrária é uma imposição do capital para solucionar os problemas oriundos da concentração de terras. Para o autor, o maior empecilho para a execução da reforma agrária centra-se no fato de que os governantes não têm conseguido garantir o processo de desapropriações sob a perspectiva dos ditames capitalistas responsáveis por gerar pressões e conflitos sociais. Assim, a reforma agrária faz parte de ações estruturais para dar equilíbrio ou diminuir as pressões sociais decorrentes da concentração da terra em grandes latifúndios. Com isso, a luta pela propriedade da terra não deve ser restrita apenas ao seu acesso, mas também contra aqueles que detêm a propriedade dos latifúndios, ou melhor, os detentores do capital.

No regime militar, de caráter autoritário, estabelecido pelo Golpe de Estado de 31 de março de 1964, inicia-se uma vigorosa ação de regulamentação da questão agrária. Entretanto, “se até o fim daquela década a ação do Estado oscilou entre uma política de reforma agrária e uma política de colonização, a partir dos anos 70 a última prevaleceu sobre a primeira” (SANTOS, 1993, p. 43).

A colonização é a política agrária direcionada à ocupação de territórios desabitados, ou supostamente desabitados, com o objetivo de assentar trabalhadores rurais, que no caso de Mato Grosso, ocorreu a partir dos anos 70 quando foram assentados milhares de migrantes, principalmente do sul, em programas públicos ou privados. SOUZA (2013, p. 65) esclarece que “a colonização é resultado de uma decisão política, enquanto forma de expansão

capitalista em novos territórios, é um processo de acumulação e concentração de renda, terra e poder”.

“A colonização é uma forma de política agrária dirigida ao povoamento de terras desabitadas ou pouco povoadas, virgens ou incultas, objetivando introduzir nelas a infraestrutura necessária para permitir a organização de um parcelamento de terras que permita o racional aproveitamento ou utilização, bem como a introdução de serviços públicos e privados adequados, para o assentamento de uma população rural” (LIMA, 1975, p. 80).

Mediante o Estatuto da Terra, o controle social dos assentados é feito por meio da padronização de regras e orientações que direcionam o recrutamento e seleção das pessoas que se candidatam a um assentamento. Em detrimento dessa normatização, as diferenças, as regionalidades, as peculiaridades e suas subjetividades, principalmente, não são consideradas, visto que não foi permitido aos pequenos produtores rurais sem terra, os principais interessados, manifestarem-se nesse processo.

Conforme preconiza SANTOS (1993), a colonização caracteriza-se, ainda, como um controle de territórios e de homens. Os assentados selecionados são quase sempre de outras regiões distantes de sua origem (controle de homens) e os projetos de colonização, mesmo dentro dos territórios estaduais, localizam-se distantes entre si (controle territorial).

Os projetos de colonização foram planejados e realizados a partir da década de 70, quando houve a organização de uma série de ações para colonização da Amazônia, orquestrada pelo poder público e empresas privadas de colonização, com aproveitamento de vasta área utilizada para a expansão agrícola e pecuária.

O Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra é um grande marco da Legislação para a Reforma Agrária e as questões fundiárias do país. A partir de sua aprovação, a Lei 4.503 de 30 de novembro de 1964, é considerada como uma nova etapa sobre as questões agrárias, visto que estabelece e sustenta as articulações das políticas

públicas para os assentamentos de reforma agrária, com vistas a promover modificações na situação política, econômica, social e ambiental do país.

A partir do governo de Getúlio Vargas, até a década de 60, foram tramitados no Congresso Nacional projetos de Lei para as questões fundiárias e agrárias, sem que houvessem grandes avanços entre as propostas apresentadas, porque contrariavam aos interesses do capital, representados pelos latifundiários e a classe dominante. Desse modo, após o golpe de 1964, os setores hegemônicos acreditavam que a reforma agrária e o perigo de ações comunistas junto ao campesinato, manifestadas durante o governo do ex-presidente deposto João Goulart, tivessem sido superados e se surpreenderam quando os golpistas militares, já nos primeiros meses de governo, abordaram a questão agrária como imprescindível e urgente para o país (OLIVEIRA, 2007).

Para GRAZIANO (1985), não há fato relevante ou plausível que elucide porque os militares retornaram com tanta urgência a defesa da Reforma Agrária. Na época, o que se propagava era de que o Brasil deveria atender ao compromisso assumido na Conferência de Punta Del Este no Uruguai e promover um programa de Reforma Agrária segundo as estratégias propostas pelos Estados Unidos, para deter o avanço das ideias socialistas que se manifestavam em alguns países da América Latina.

Em poucos meses, a equipe de trabalho criada para tratar do planejamento da Reforma Agrária, apresentou o resultado de seus trabalhos tomados como referência na elaboração da Emenda Constitucional nº 10 de 09 de novembro de 1964 e do Estatuto da Terra. Esta Emenda foi a responsável por autorizar a União a realizar as desapropriações de propriedades rurais, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, uma contradição na história do país, uma vez que esta modificação era uma das ideias consideradas esquerdistas de João Goulart e foi um dos principais argumentos apresentados pelos militares e a classe dominante para a sua deposição.

“As resistências e temores dos proprietários de terra, logo que ficou claro que os militares estavam trabalhando num projeto de reforma agrária, desdobraram-se em iniciativas para desestabilizar ou radicalizar o novo regime. O regime

militar, porém, produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terras e assegurar, ao mesmo tempo, o apoio do grande capital, inclusive do grande capital internacional” (MARTINS, 1994, p. 78).

O governo militar recebeu apoio dos capitalistas, da classe média e de grupos conservadores da igreja à sua política desenvolvimentista, que se mobilizaram nacionalmente contra as reformas sociais de João Goulart, visto que a defesa se pautava na tradição e nos valores sociais (MARTINS, 1994). Destarte, apresentou seu plano de reforma agrária (ou contra reforma) instituindo no Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, critérios de desapropriação mais concisos e adremente planejados de modo a estabelecer proteção ao capitalismo, ao incluir no texto o interesse social nas desapropriações e formulando com precisão as terras que poderiam ou não ser desapropriadas. O Estatuto da Terra centrava-se na orientação econômica para que a reforma agrária fosse uma marco desenvolvimentista da agricultura, sob a égide e ditames do capitalismo, principalmente com o direcionamento de uma política voltada para a ocupação das terras da Amazônia.

O Estatuto da Terra é um documento importante na história fundiária brasileira e continua em vigor até os dias atuais, com modificações realizadas por meio dos anos e de acordo com o momento histórico. Em seu texto inicial a Lei 4.504, apresentava as finalidades da reforma agrária, sua forma de sua execução e as políticas para o desenvolvimento da agricultura. Conforme o parágrafo primeiro do artigo primeiro do Estatuto da Terra, a Reforma Agrária é o conjunto de medidas que assegura a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.

Diante disso, IANNI (2004) argumenta que não havia, por parte do governo militar, interesse em desapropriar os latifúndios que representavam o capital financeiro, sua base de apoio, o que se pretendia era estabelecer uma legislação que promovesse o desenvolvimento rural. Tanto é que as políticas introduzidas pelos militares intensificaram a mecanização agrícola e, por conseguinte, a concentração do capital em prol da produtividade agrícola.

GRAZIANO (1985) reforça essas argumentações ao preconizar que os

governos militares não pretendiam acabar com os latifúndios, anteriormente propostos nas reformas de base, visto que executaram exatamente o contrário, ou seja, criaram vários incentivos para o avanço do capital por meio da modernização dos latifúndios, o que caracterizou o Estatuto da Terra como uma lei de desenvolvimento rural, e não de reforma agrária.

Mesmo assim é importante destacar que o Estatuto da Terra foi estabelecido, em princípio, da função social da terra, conceito este que está caracterizado no próprio documento. O primeiro parágrafo do artigo segundo define que a propriedade da terra desempenha função social quando, simultaneamente, favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela trabalham; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem, estes itens foram transpostos, dado a sua relevância, na íntegra para o artigo 186 da Carta Magna atual, promulgada em 1988.

Para que a Lei 4.504 – Estatuto da Terra -, de 30 de novembro de 1964 fosse sancionada, alterações importantes foram realizadas na Constituição Federal de 1946, por meio da Emenda Constitucional nº 10, de novembro de 1964.

A primeira mudança consistente refere-se ao acréscimo da expressão “com a exceção prevista no parágrafo 1º do art. 147” da Constituição. Este adendo foi a grande inovação na Constituição, pois o texto desse parágrafo passa a autorizar a União promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, ou seja, ao prever o pagamento das desapropriações com títulos, o governo apresenta a possibilidade de desapropriar e redistribuir terras, mas também protege simultaneamente, os latifundiários de possíveis e eventuais prejuízos ao garantir-lhes que os valores seriam corrigidos.

A segunda alteração faz referência ao Artigo nº 156, parágrafo 1º da Constituição, que reconhece e assegura os direitos dos posseiros de terras devolutas com morada habitual a preferência de aquisição de até 100 hectares e, no parágrafo 3º, do mesmo artigo, garante a manutenção do direito de usucapião a todo aquele que ocupar terras, por dez anos ininterruptos, sem

oposição de reconhecimento de domínio dos proprietários.

A terceira modificação foi a alteração do parágrafo 2º do mesmo artigo que tratava dos programas de colonização. Por meio da Emenda, a redação do texto determina que qualquer alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a três mil hectares devem ter prévia autorização do Senado Federal, salvo quando se tratar de planos de colonização aprovados pelo Governo Federal.

O Estatuto da Terra de 1964 fora apresentado aos deputados numa mensagem presidencial cujos fundamentos políticos se evidenciavam como solução democrática para o problema da terra que, por sua vez, divide-se em quatro títulos, onze capítulos e vinte e seis seções. O Título I apresenta os princípios e as definições do Estatuto, os acordos e convênios e as prioridades das terras públicas destinadas à reforma agrária. No título II é apresentada a política da Reforma Agrária, as formas de sua execução e o planejamento das políticas agrícolas.

O Título III do Estatuto da Terra formula a política de desenvolvimento rural, apresentando os critérios para a distribuição de terras, as características da colonização oficial e particular e a organização dos programas de colonização, a assistência técnica para e proteção à economia rural como política de desenvolvimento rural e sobre o uso e posse temporária da terra. No título IV são descritas as disposições gerais e transitórias.

Os fundamentos políticos do Estatuto foram expostos aos deputados como uma solução democrática para o problema da Terra, isto é, de uma reforma agrária. O documento apoiava as empresas rurais, caracterizando-as como formas legítimas de explorar a terra e especificava a colonização como necessária à expansão das fronteiras agrícolas e à ocupação dos vazios demográficos do território brasileiro (SANTOS, 1993).

Os dois tópicos mais relevantes do Estatuto da Terra para efeito de política fundiária são os Títulos II e III, que tratam da reforma agrária (artigos 16 a 46) e da política de desenvolvimento rural (artigos 47 a 102), respectivamente.

Para ALVES e JOANONI NETO (2010, p. 37), “o conceito de colonização constante no Estatuto [...] compreendia tanto a colonização oficial promovida pelo estado, quanto a colonização privada, iniciativa de particulares” que, a partir dos anos de 1970, foram implementados no estado com características específicas

decorrentes da política de colonização dos governos Federal e Estadual, ou seja, projetos de colonização oficial, executados pelos órgãos dos governos e projetos de colonização particular gerenciado por empresas particulares. Há, ainda, a colonização espontânea que o estado de Mato Grosso experimentou, nos últimos anos do século XX passado, praticado por garimpeiros em busca de minérios ou de trabalhadores rurais sem terra em busca de algum pedaço de terra para sua sobrevivência.

“Embora o Governo Federal sempre tenha tentado controlar e organizar este movimento para a fronteira através de políticas de colonização, não conseguiu, porém, impedir que paralelamente se desenvolvesse um movimento rebelde, “espontâneo” de iguais ou até maiores proporções que o dirigido” (CASTRO *et al.*, 2002, p. 29-30).

Segundo IANNI (2004, p. 182), a colonização oficial “altera ou define mais nitidamente certas formas sociais da terra. A história da colonização mostra que dela pode ser espontânea ou dirigida, particular ou governamental”. Souza (2013, p. 65) argumenta que “a colonização é resultado de uma decisão política, enquanto forma de expansão capitalista em novos territórios, é um processo de acumulação e concentração de renda, terra e poder”.

A colonização oficial, está regulamentada no Estatuto da Terra nos artigos 55 ao 59 e apresentada como um dos aparatos governamentais para distribuir, assentar pessoas e famílias sem terra, que se dedicassem às atividades agrícolas, por meio de projetos de colonização públicos ou privados.

O Artigo 55 do respectivo Estatuto estabelece que este tipo de colonização é de responsabilidade do poder público que tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindústrias, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos.

A colonização, oficial ou particular, tinha como objetivos a seleção, registro e transporte de agricultores a serem radicados, através da implantação de Núcleo de Colonização, em regiões de vazios demográficos com perspectiva

de desenvolvimento, visando à expansão das fronteiras agrícolas do país e à produtividade, dentro do objetivo geral de proporcionar-lhes progresso econômico e social (Decreto Federal 68.153, art. 11).

A Colonização Recente do Estado de Mato Grosso

O processo de reocupação das terras em Mato Grosso faz parte de seu processo histórico tanto de ocupação territorial como de poder. Se por um lado a colonização esteve sempre na realidade do estado pela necessidade de uma política de fixação de homens em seu território, por outro, as ações de ocupação orquestrada a partir dos anos 70 vieram emprenhadas de significados e poder simbólico em que há sempre dominantes e seus dominados, mesmo que estes não sintam ou tenham consciência desta posição. Para BOURDIEU (2010), este poder de persuasão é o poder simbólico que nem sempre é percebido por aquele que está sendo persuadido. É um poder mágico que possibilita pela mobilização a obtenção daquilo que é obtido pela força física ou econômica, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. Neste período foram planejadas cidades para abrigar os migrantes que chegavam aos milhares com seus sonhos da terra prometida. As empresas colonizadoras controlavam e vigiavam estes novos desbravadores, ao mesmo tempo em que vendia a imagem de riqueza e prosperidade.

“As intenções da colonizadora não eram apenas os investimentos econômicos, mas também construir um domínio político na região. Não bastava fundar cidades, era necessário deixar cunhado no espaço as suas marcas” (SOUZA, 2013, p. 73).

A ocupação das terras do Oeste e do Norte brasileiro até a metade do século XX passado foi um processo lento e espontâneo. Todavia, a partir dos anos 50, o regime militar optou por apressar este processo de ocupação, definindo as suas formas de realização com o lema de que de estes vazios deveriam ser integrados ao Brasil para não serem entregues a supostas potências estrangeiras (MARTINS, 2009).

A colonização do estado deu-se a partir de 1970 sob o manto de políticas públicas que tinham como meta o desbravamento dos cerrados e da Amazônia mato-grossense, por meio de incentivos fiscais à empresas privadas a fim de alavancar o desenvolvimento da região. Todavia, para SILVA (2004, p. 16), é

fundamental que a colonização seja planejada “como um processo plural em ação, que reproduz relações sociais permeadas por muitos interesses, públicos e privados, os quais somente poderão ser visualizados se forem inseridos em um contexto histórico específico”. SOUZA (2013, p. 65) assevera que a “colonização é resultado de uma decisão política, enquanto forma de expansão capitalista em novos territórios, é um processo de acumulação e concentração de renda, terra e poder”.

Durante as décadas de 1960 a 1970, segundo BARROZO (2008, p. 23) foram implantados projetos de colonização e assentamento em Mato Grosso, com distribuição de lotes, “sem preocupação com infraestrutura, política de crédito e de assistência técnica, de modo que os assentados com o tempo abandonaram seus lotes, que foram posteriormente utilizados para agricultura mecanizada e pastagens”.

“A colonização particular realizada na Amazônia a partir de 1974 [...] priorizava pequenos e médios agricultores do Sul do País, que segundo essas empresas possuíam tradição agrícola, e que detinham um certo valor monetário necessário para adquirir terras das empresas privadas de colonização. Tratava-se de uma colonização seletiva que trouxe grandes lucros para estas empresas de colonização” (SOUZA, 2013, p. 13).

A re/ocupação e re/colonização do Estado deu-se a partir das últimas décadas do século XX passado via políticas públicas de assentamentos particulares, públicos e mistos, cuja seleção privilegiou, sobretudo, as pessoas que vieram da região sul do país em detrimento do povo local. Esta condição teve respaldo com a justificativa de que os “sulistas” já detinham conhecimento e experiências sobre o plantio e também porque já tinham capital inicial com a venda de seus bens em prol de nova empreitada.

As políticas de expansão e reforma agrária possibilitaram diversas mudanças tanto na economia, na política quanto na esfera social no Estado de Mato Grosso: de um lado houve extraordinário desenvolvimento econômico, sustentado por uma política de mão-de-obra ilegal, de uma política de migração

induzida a uma nova região de oportunidades, que não era real, e por ação desenvolvimentista de enriquecimento, marginalizando os nativos e aqueles que já habitavam a região. Os pequenos proprietários foram assentados em glebas distantes dos povoados, com estradas precárias e com logísticas inexistentes ou inadequadas. Muitos deles acabaram migrando para as cidades, morando em favelas e sobrevivendo em atividades de subocupação decorrentes da falta de qualificação para as lides urbanas (PICOLI, 2005).

Embora haja contradições, cobranças, descréditos e expectativas acerca da política fundiária, não se pode negar que as políticas públicas de colonização e assentamentos contribuíram com significativas mudanças no Estado de Mato Grosso, principalmente nas últimas décadas, com crescimento econômico extraordinário, baseado principalmente na produção de grãos como soja, milho, algodão e a produção de gado, atividades produtivas direcionadas à exportação e que são altamente degradadoras do meio ambiente.

É importante evidenciar o papel das ações do governo federal para implementar a política de integração nacional, que teve seu início no século passado, quando foram propostas ações de integração do oeste brasileiro e da região amazônica ao centro sul do país. A ideia que prevalecia na época era de que estas regiões constituíam-se de grandes áreas desocupadas, carentes de povoamento e deviam ser habitada sob pena de perdê-las para países estrangeiros. Com este intento foram planejadas e implementadas várias políticas de ocupação, para assentar levas de agricultores, principalmente, da região sul na região.

Para SOUZA (2013), na década de 1970 houve a criação da operação Amazônia para orientar e enfrentar os problemas da região. Neste período foram criados órgãos federais e programas específicos para viabilizar a ocupação produtiva e a integração da região oeste ao restante do Brasil. Com isso, foram criados a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), o Programa Polo da Amazônia (POLAMAZONIA), o Programa Polo do Noroeste (POLONOROESTE), o Programa Polo dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa da Borracha (PROBOR).

Os projetos de colonização em Mato Grosso seguiram ao intenso e padronizado processo de seleção dos assentados, que se caracterizava como um controle de homens e de territórios. O controle de homens caracterizava-se

em identificar nos candidatos às parcelas alguns atributos especiais: deveriam ser preferencialmente do sul do país, uma vez que para o pensamento das colonizadoras estes tinham perfis de grandes trabalhadores e destemidos desbravadores em oposição aos nativos do estado (indolentes e preguiçosos); ter conhecimentos sobre plantio, que tivessem algum recurso financeiro para dar início ao novo empreendimento, que possuíssem mais de 21 anos, serem casados e serem de conduta exemplar (SANTOS, 1993).

O controle do território era muito bem planejado, apresentando lotes rurais e um centro urbano. Quem adquiria um lote rural tinha direito também a um urbano, onde as cidades foram especialmente construídas de forma que os colonos estivessem sob o olhar e julgo das colonizadoras ou, que, de algum modo, permanecessem vinculados a elas por obrigação, dívida, amizade, origens etc.

Os projetos de colonizações foram executados em espaços geográficos vazios, noção que os militares impuseram e exploraram para justificarem suas políticas públicas. Mas o certo era que as terras da Amazônia Mato-Grossense eram habitadas por ribeirinhos, poaeiros (extrativistas de ipecacuanha, também conhecida por poaia), posseiros, seringalistas e milhares de índios de várias etnias, que foram expulsos de suas propriedades para atender a chamada do capital financeiro na Amazônia (SOUZA, 2013).

“A ocupação do Estado de Mato Grosso, através da colonização dirigida, ocorreu a partir de 1978, por pressões de conflitos no Sul e disponibilidades de terras na região, às margens da rodovia federal BR-163, onde foram implantados seis projetos de assentamentos” (CASTRO *et al*, 2002, p. 60).

Para MORENO (2007, p. 164) “no Estado de Mato Grosso, é possível identificarmos a colonização oficial do tipo empresarial, que consistia na concessão de vastas extensões de terras, através de processos licitatórios para grandes empresas”.

Muitos projetos de colonização oficial beneficiaram grandes empresas a partir da década de 70 e acirraram mais a concentração de terras e a extração

dos recursos naturais existentes na região, especialmente a madeira. PICOLI (2006) assevera que às organizações beneficiadas foram disponibilizados incentivos fiscais e grande quantidade de mão de obra migrados de várias partes do país, que possibilitaram o avanço capitalista e grandes concentrações de riquezas.

“No estado de Mato Grosso, a partir da década de 1970, através das políticas públicas do governo militar, ampliou a ocupação do cerrado e da Amazônia mato-grossense, criando condições para a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparadas em políticas públicas federais que acabaram assegurando os recursos para o “desenvolvimento” na região” (SOUZA, 2013, p. 48).

Para atender aos interesses do capital as terras da Amazônia mato-grossense foram alvo de intensa propaganda por parte dos governos federal e estadual, transformando-a em mercadoria sob a justificativa de que era necessário desbravar os cerrados e as florestas para possibilitar além da integração da região às economias do centro-sul, estruturar polos de crescimento econômico. Assim os empreendimentos nas mãos das colonizadoras tornaram-se extraordinariamente lucrativos com a venda das glebas e, às empresas interessadas em investir na região foram oferecidas isenções fiscais e tributárias, tornando-as mais competitivas.

As empresas organizaram-se politicamente e tiveram ao seu dispor vários benefícios fiscais oferecendo em troca a sustentação para que os militares se fortalecessem politicamente. Os programas de colonização foram apresentados com a preocupação em distribuir terras e resolver a questão fundiária do estado, numa parceria do Estado com a iniciativa privada. Todavia, a ocupação das terras devolutas foram estratégias para o avanço do capital e evitaram que os latifúndios fossem desapropriados.

A colonização particular deu “origem a muitas cidades, cujos núcleos urbanos implantados no meio da selva ou do cerrado possibilitaram a

apropriação capitalista do campo” (MORENO, 2007, p. 179). Os projetos de Colonização particular deveriam ser previamente examinados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e aprovados pelo Ministério da Agricultura. As empresas privadas de colonização deveriam se comprometer com obrigações mínimas como a abertura de estradas, o planejamento das divisões das áreas de forma que todos os lotes tivessem água própria e mantivessem uma reserva florestal, além de oferecerem aos assentados assistência médica e técnica, bem como de entregar os documentos legalizados e em ordem aos adquirentes dos lotes (Lei. 4.504, art. 61, quarto parágrafo).

A colonização privada surgiu como uma opção por parte do Governo Federal para realizar uma ampla distribuição de terras. Todavia, em pouco tempo as colonizadoras/empresas privadas conseguiram se apoderar de grandes quantidades de hectares de terras públicas, uma vez que tinham respaldo e apoio dos órgãos federais e estaduais e de bancos oficiais, que concediam empréstimos com prazos e juros mais facilitados.

A ocupação da região norte de Mato Grosso, na sua maioria, foi realizada por colonizadoras particulares com maciço apoio do estado que promoveu os assentamentos, com planejamento da infraestrutura, que nem sempre saíam do projeto para viabilizar a produção e os assentamentos dos pequenos trabalhadores rurais sem terra.

Assim, em Mato Grosso, em poucos anos, estas empresas se apossaram de milhões de hectares de terras devolutas. “Embora planejada pelo governo e ainda que o estado dispusesse de milhões de hectares de terras devolutas, a (re)ocupação de Mato Grosso, através da colonização, foi predominantemente executada por empresas privadas” (BARROZO, 2008, p. 23).

“A história legal da terra em Mato Grosso mostra como se deu a passagem das terras do domínio público para o domínio privado, como as leis, que regulam o processo de aquisição de terras, serviam de mecanismos políticos para dar sustentação a uma política fundiária voltada à constituição da moderna propriedade territorial, de acordo com os interesses das classes que dominaram e

comandaram o poder econômico e político do Estado, principalmente dos proprietários de terra, por muito tempo” (MORENO, 2007, p. 63).

Deste modo, as empresas Colonizadoras perceberam oportunidades de ganhar muito dinheiro no processo de comprar terras do governo por preços módicos e as venderem aos assentados com grande margem de lucro. Estas práticas de compra e venda realizadas pelas colonizadoras particulares não passavam de mais um aparato de incremento do capital que, segundo SCHAEFER (1985, p. 54) estas operações efetivadas pelas empresas privadas de colonização, que as chamavam de atividades sociais, nada mais eram do que ações de empresas capitalistas:

[...] Ninguém coloniza o Norte do Mato Grosso por um sentido de filantropia ou até mesmo no sentido de querer contribuir para minorar o problema fundiário do País. Assentam-se colonos porque isto é um bom negócio que rende dinheiro às firmas que se dedicam ao ramo..., pois estas são verdadeiras empresas capitalistas e como tais agem.

A essência do Estatuto da Terra era realizar a reforma agrária em atenção aos trabalhadores rurais sem terras, principalmente do sul do país, que demonstravam grande insatisfação com as políticas agrárias e poderiam gerar conflitos sociais. Assim, as colonizadoras particulares selecionavam seus compradores dentre aqueles que tivessem alguma situação econômica e financeira para comprar seus lotes, cuja preferência era os sulistas, uma vez que tinham perfil de “grandes trabalhadores e desbravadores destemidos” para enfrentar as mazelas e os pesados trabalhos nos assentamentos.

Os trabalhadores mato-grossenses foram ignorados no processo de seleção dos lotes nos assentamentos rurais por serem classificados como indolentes, preguiçosos, passivos e com um linguajar diferente, por isso serviam, quando muito, para os trabalhos braçais e desqualificados como a derrubada e as queimadas, que ficava a serviço de um encarregado denominado de “gato”.

“Os efeitos da modernidade sobre a Amazônia, em geral, não reconhece a autonomia das populações nativas que elaboraram e continuam elaborando um jeito próprio de ser e de viver e, em função disso, tem sido inevitável que elas sejam tratadas sob a condição de tuteladas. Nessa ótica, os povos da floresta são considerados incapazes de projetar o progresso da Amazônia para o Brasil” (ARAUJO, 2014, p. 156).

Para a autora, os povos nativos e os ribeirinhos com suas peculiaridades culturais são tratados pejorativamente por vários segmentos:

“Discursos políticos, empresariais, midiáticos e, por vezes, intelectuais, qualificavam (e alguns continuam) qualificando as populações nativas de preguiçosas e indolentes, razão pela qual atribuem a essas condições o retardamento do progresso para a Amazônia brasileira. No entanto, os espaços amazônicos sempre foram habitados por estes e outros povos que aprenderam a lidar com as adversidades da natureza para dela se sustentarem” (IDEM).

A territorialização dos projetos particulares no Estado obedeceu à lógica da especulação fundiária. Pela abundância de terras devolutas existentes no norte de Mato Grosso nas décadas de 1970 a 1980 e, sobretudo, pelas vantagens financeiras e facilidades de acesso à terra, oferecidas pelos “programas especiais de desenvolvimento regional” e pela política fundiária dos governos estadual e federal, os grandes grupos econômicos fizeram da colonização um grande negócio econômico (MORENO, 2007, p.179).

O Estado que não objetivava fazer a reforma agrária se retira do processo agrário, para atender a lógica do capital. As colonizadoras passam a representar o estado em uma nova dinâmica, ao se apropriar de grandes áreas de terras e receber grandes incentivos fiscais e desburocratização nos trâmites dos processos (PICOLI, 2005).

Na década de 1970, o governo militar lançou a operação Amazônia e

houve criação de órgãos e programas federais para enfrentar vários problemas na região como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco da Amazônia (BASA), o Polo da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Polo do Noroeste (POLONOROESTE), o Polo dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa da Borracha (PROBOR). “A concepção do governo era de que a Amazônia era desabitada, sendo considerado pelo governo um “vazio demográfico”, onde pouco se produzia além de não estar integrada ao Brasil” (BARROZO, 2008, p. 19).

MARTINS (2009, p. 74) corrobora essas ideias ao enfatizar:

“Os militares falavam em “ocupação de vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos”.

BARROZO (2008) assevera que o plano de Integração Nacional (PIN) planejou e executou as rodovias federais na Amazônia, A SUDAM e o BASA atraíram centenas de empresas do sul e do sudeste por meio de incentivos fiscais e créditos lautos e subsidiados. A SUDAM, que fora criada para promover o desenvolvimento da Amazônia, deveria executar ações planejadas especialmente numa visão empresarial e de negócios, e o INCRA assentou milhares de pessoas em seus projetos de assentamentos planejados ao longo das rodovias que estavam sendo abertas.

“O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborado pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do Sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Esse projeto foi elaborado

para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais” (PICOLI, 2006, p.49).

A aproximação entre as empresas, que conseguiram terras abundantes e baratas em Mato Grosso, e os assentados que possuíam poucos recursos, realça a característica marcante do capital financeiro que apropria e compra destes a força de trabalho para fazer funcionar seus empreendimentos.

“Fechava-se o círculo: de um lado, grandes empresas agropecuárias, agro minerais e madeireiras que demandavam no início numerosa força de trabalho, em áreas de mata nas quais a população era extremamente rarefeita; de outro, projetos de colonização com pouca infraestrutura, distante do mercado, cujos assentados necessitavam de dinheiro para comprar o que não produziam. Ou seja, estes projetos eram reserva de mão de obra para os grandes projetos empresariais, ou seja, eram “pepineiras de mão de obra” (IANNI, 1979, p. 36).

Vários fatores influenciaram o sucesso ou fracasso da colonização no centro-norte de Mato Grosso. Problemas com infraestrutura, saúde, educação, novo ambiente para os assentados e estradas precárias foram algumas das dificuldades encontradas. Os projetos de empreendimentos privados, em sua maioria, tiveram sucesso com os investimentos públicos de financiamento injetados pelo Banco da Amazônia e Banco do Brasil.

Em Mato Grosso, os trabalhos realizados pelos detentores de capital obtiveram maior êxito na maior parte dos empreendimentos realizados, a despeito de solos ácidos e tipos de biomas típicos da região, pois possuíam a sua disposição as facilidades do crédito para financiamento da produção, armazenagem e transportes.

Além disso, diante da representatividade e volume de seus recursos econômicos, as colonizadoras organizaram-se politicamente e obtiveram atenção dos órgãos públicos para muitas de suas reivindicações, visto que perceberam na atividade outras formas de poder e de demarcação política. É aviltante evidenciar que na outra extremidade da cadeia estão os pequenos

produtores e os assentados, que enfrentaram vários tipos de obstáculos que os impossibilitaram de plenamente obter êxitos em suas empreitadas.

O planejamento das políticas de colonização baseou-se em ações estruturadas que tinham como função a seleção e controle social sobre as pessoas e dos espaços geográficos, com o fim primordial da expansão capitalista.

“A colonização como política de estado representa uma técnica social que utiliza meios de seleção social e de controle social, tanto de homens como dos espaços, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras” (SANTOS, 1993, p.194).

Para Picoli (2006), o que aconteceu no Brasil a partir dos anos 60 foi uma contra reforma por meio de grandes incentivos a uma elite que apoiavam o regime militar, o que possibilitou o sucesso da expansão capitalista em detrimento das massas e do desenvolvimento da região.

O processo de reocupação das terras em Mato Grosso faz parte de seu processo histórico, tanto de ocupação territorial como de poder. Se por um lado, a colonização esteve sempre na realidade do estado pela necessidade de uma política de fixação de homens em seu território; por outro, as ações de ocupação orquestradas a partir dos anos 70 vieram emprenhadas de significados e poder simbólico em que o homem colonizador era ungido de adjetivos enaltecidos como corajosos, desbravadores, vencedores, enquanto aqueles que não se deram bem numa terra bravia e desprovida de recursos e estruturas a que estavam acostumados, eram desprezados.

Com isso, as colonizadoras investiram fortemente no poder do *marketing* para vender a imagem de que só haveria vencedores nesta terra bravia e distante, se todos demonstrassem disposição para lutar pela terra com coragem e sacrifício.

“A capacidade de trabalho do agricultor sulista era enfatizada tanto pelos empresários quanto pelos órgãos governamentais. Afirmavam que o lavrador da região sul não

se deixava abater pelas condições difíceis do meio físico, com esforço incessante de produzir” (SOUZA, 2008, p. 44).

Durante o governo militar, a expansão agrícola e a migração tomaram intensas proporções, de modo que amplamente houve o planejamento das cidades para abrigar os milhares de migrantes que chegavam impulsionados pelos sonhos da terra prometida. As empresas colonizadoras controlavam e vigiavam estes novos desbravadores, ao mesmo tempo em que vendia a imagem de riqueza e prosperidade.

“[...] a natureza política do norte de Mato Grosso está vinculada às concepções de Estado, poder e fronteira, numa visão “naturalizada” da disciplina e dos conflitos sociais, cujo objetivo é moldar, influenciar e controlar as emoções, os pensamentos e as atividades da maioria dos trabalhadores, utilizando-se do poder simbólico enquanto instrumento política de crença no progresso e desenvolvimento (SOUZA, 2013, p. 31).

BARROZO (2008, p. 23) apregoa que, durante as décadas de 1960 a 1970, houve a implantação de projetos de colonização e assentamento em Mato Grosso, com distribuição de lotes, “sem preocupação com infraestrutura, política de crédito e de assistência técnica, de modo que os assentados com o tempo abandonaram seus lotes, que foram posteriormente utilizados para agricultura mecanizada e pastagens”.

Muitos projetos de assentamentos não lograram êxito pela falta de um planejamento adequado. O ambiente da floresta era bravo e continha as mazelas de uma terra bruta que nem todos os novos ocupantes souberam explorá-los. Se por um lado a venda de poucos alqueires de terras no sul do país propiciava a compra de muitos na nova fronteira de expansão, seu desbravamento não foi fácil. Havia, ainda, problemas para a legalização da terra: muitas terras não tinham documentos e haviam documentos sem terra. Além disso, grande parte da terra era povoada por índios, ribeirinhos e extrativistas vegetais que usufruíam dela há anos e não estavam dispostos a abandoná-las.

Para IANNI (1979), GRAZIANO (1985), MARTINS (2009), BARROZO

(2010) o que houve neste processo de colonização foi a execução de um projeto de contra reforma agrária em que “o governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda sociedade o preço da não-realização de uma reforma agrária (MARTINS, 2009); para não fazer a reforma agrária exigida pelos camponeses, pelos movimentos sociais e pelos partidos políticos de esquerda, o governo optou pela abertura e colonização da Amazônia (IANNI, 1979); a questão agrária brasileira foi resolvida com o agronegócio, não sendo necessária uma reforma agrária para minimizar o problema histórico do campo brasileiro (SOUZA, 2013); Para não fazer a reforma agrária exigida pelos camponeses, pelos movimentos sociais organizados e pelos partidos políticos de esquerda, o governo optou politicamente pela colonização das terras públicas na Amazônia, não tocando nas terras dos grandes latifundiários, retribuindo a estes o apoio recebido no golpe de 1964 (BARROZO, 2010).

A colonização de Mato Grosso e da Amazônia, deste modo, foi uma solução encontrada pelos governos militares para resolver problemas sociais e fundiários do centro Sul do País. Como o Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, definia em seu artigo 4º, inciso IX, que "colonização é toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas", na década de 1970 o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autorizou que cooperativas privadas realizassem projetos de colonização na Amazônia, sendo que em Mato Grosso dois projetos foram aprovados e tiveram suas instalações iniciadas no começo dessa década, um em Alta Floresta, de Ariosto da Riva e outro em SINOP, de Enio Pepino (BARROZO, 2010).

“A partir do momento em que o Governo Federal criou a SUDAM e outros organismos federais para viabilizar o projeto de integração da Amazônia, os territórios dos povos indígenas foram cortados pelas rodovias federais, assim como pelas estaduais e municipais, desencadeando um processo violento e rápido de expropriação e, em alguns casos, de extermínio” (BARROZO, 2010, p. 15).

Em atendimento as demandas dos novos agentes econômicos, o governo executou obras como melhoramento na estrada que ligava Cuiabá a Porto Velho e, em direção norte, foi aberta a rodovia BR-163 entre as cidades de Cuiabá no Mato Grosso e Santarém no estado do Pará. Esta rodovia foi e continua sendo a principal via de acesso, transporte e logística, que os migrantes utilizaram para adentrar a região norte de Mato Grosso. Foi também ao longo desta rodovia que os principais projetos de colonização públicos e privados foram realizados.

“Entre os projetos de colonização públicos federais (INCRA), situados no eixo da rodovia 163, destacam-se Lucas do Rio Verde, Terra Nova, Peixoto de Azevedo (Guarantã do Norte). Dentre os projetos de colonização privados, sobressaem Sinop, Alta Floresta e Sorriso” (BARROZO, 2010, p. 23).

Os núcleos dos projetos de colonização transformaram-se em cidades e polos de crescimento econômico modificando não só a paisagem, mas também a política, a cultura e o meio ambiente. Como instrumento político, as novas cidades contribuíram logisticamente para que vastas extensões de terras fossem cultivadas, possibilitando a contratação de mão de obra, visto que vieram para estes espaços colonos e colonizadores, empresários e aventureiros, grileiros seduzidos por propagandas oficiais e, também, a iniciativa privada.

“A colonização na fronteira, do ponto de vista econômico, proporcionou o aumento da produção agrícola pela incorporação de novas terras ao processo produtivo. Do ponto de vista político e ideológico, a lógica do sistema conseguiu superar determinadas contradições da própria estrutura agrária brasileira, na medida em que, através da transferência de população das regiões onde predominava o minifúndio para áreas recentes de fronteira, conseguiu atenuar pressões de certas frações de classe da área rural

nas regiões de ocupação antiga” (CASTRO *et al*, 2002, p. 17).

Em Mato Grosso, “o processo de reocupação no tempo e no espaço, com recursos federais e privados, executados de forma predatória, sem controle do poder público, provocou uma transformação radical do ambiente natural” (BARROZO, 2010, p. 23). Estas transformações referem-se ao desmatamento, queimadas, erosão do solo, assoreamento dos rios e a poluição dos rios decorrentes do excessivo uso de produtos químicos do agronegócio.

“Uma das primeiras consequências do desmatamento é expor o solo ao impacto de chuvas e ventos fortes, causando de imediato uma série de alterações na sua estrutura, além do aumento dos processos erosivos locais. Assim, entre os principais impactos provocados pelo desmatamento estão a erosão e o empobrecimento de solos” (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 39).

Nos dizeres dos autores, o desmatamento leva a destruição da biodiversidade, ao assoreamento dos rios, ao aumento da temperatura, a diminuição das chuvas, bem como ao aparecimento de pragas que podem ser prejudiciais ao ser humano e ao meio ambiente.

As políticas governamentais de ocupação dos territórios do estado tanto com recursos públicos ou privados, trouxeram consequências devastadoras para o meio ambiente como poluição dos rios e dos solos por produtos químicos utilizados na agricultura, nas queimadas e na erosão dos solos.

Muitos projetos de colonização foram realizados por empresas privadas no norte do estado e deram origem a cidades como Sinop, Juína, Porto dos Gaúchos, Juara, Colíder, entre outras. Com esses projetos, SOUZA (2013, p. 70) assevera que “a colonização no norte de Mato Grosso constituiu-se em um paraíso para o capital, para os especuladores e para os grileiros que atuaram livremente com apoio do Estado Brasileiro”.

Processo de Colonização de Juara

A história da constituição e ocupação do município de Juara tem início a

partir das ações de um projeto privado de colonização da Sociedade Imobiliária da Bacia da Amazônia – SIBAL, cujos sócios proprietários José Pedro Dias (Zé Paraná), Antônio Pereira Braga Sobrinho, Vilmo Peagudo de Freitas, José Olavo Giraldes Gonçalves e Jose Martins França adquiriram do Senhor Valdemar Sprang uma área de terras no município de Porto dos Gaúchos, denominada Gleba Taquaral, com 14.500 alqueires paulistas (35.380 hectares), com a finalidade de ser vendida sob a forma de lotes (SANT'ANA, 2010). A responsabilidade para a gestão e administração da infraestrutura da área para o começo da colonização ficou a cargo de Zé Parará, com a abertura de estradas e a demarcação de terras num total de 180 lotes de 50 hectares cada um deles (SANTOS FILHO, 1982).

Para o autor a história da colonização da Gleba Taquaral, futura cidade de Juara, inicia-se no dia 08 de setembro de 1971, quando Rogério Ricardo, Martim Larado e mais dois pioneiros da equipe de Zé Paraná alcançam às margens do ribeirão Caracol, local onde construíram uma estiva e mais cinco quilômetros de estradas, que permitiu acesso ao rio Água Boa, ponto inicial e divisa das terras onde começaria a colonização.

Gleba Taquaral foi o primeiro nome da localidade devido a imensa quantidade de “taquara” e pedra sílex, matéria-prima utilizada para a fabricação de flechas, lanças e machados, que serviam tanto para serem utilizados nas lides domésticas como para os trabalhadores na agricultura e na caça de animais silvestres. Mais tarde, o nome do lugar foi substituído para Juara, que significa na língua tupi moça bonita. Há outra versão para o nome, cuja autoria é atribuída a José Olavo Giraldes Gonçalves, que teria unido os nomes dos rios Juruena e Arinos, formando a palavra Juarinos que mais tarde teria sido simplificado para Juara (FERREIRA, 1997).

Com a demarcação e a venda dos lotes, as primeiras famílias começaram a chegar à Gleba Taquaral. Havia, ainda, muito por fazer numa terra a ser domada, distante dos grandes centros, com clima tropical, mas que continha a esperança de dias melhores.

“Segundo alguns relatos de colonos, que vivenciaram os primeiros trabalhos da Colonizadora Noroeste Mato-Grossense Ltda. (CONOMALI) em Porto dos Gaúchos e que

mais tarde se transferiram para Juara, o início é marcado pelo que eles descrevem como a precariedade da vida em um lugar selvagem, lembrada pela falta de uma comida considerada decente, da presença dos índios que poderiam atacar a qualquer momento na margem do rio, e da peonada que estavam sempre arrumando briga” (SANT’ANA, 2010, p. 138).

Os indígenas resistiram à presença dos novos povos que invadiam suas áreas de terras e houve baixas de ambos os lados.

“Grandes grupos indígenas eram muitas vezes atacados em suas habitações, e muitas embarcações foram saqueadas pelos índios ao longo do rio, ocasionando a morte de muitos trabalhadores. [...]. O fato é que, quando a Sibal inicia o trabalho de (re)ocupação da área pertencente hoje a Juara, os índios procuraram manter-se afastados do local e, alguns outros se colocaram como mão de obra para trabalhar para os agricultores na derrubada da mata” (SANT’ANA, 2010, p. 139).

Segundo SANTOS FILHO (1982), com a chegada, em maio de 1972, das famílias de Manoel Ribeiro dos Santos, Noel Paulino e Ernestino Cecílio dos Santos, as primeiras em Juara, os trabalhos de construção de estradas e pontes se intensificaram, bem como na escolha de um local ideal para a construção da cidade. Em julho de 1973 os pioneiros escolheram o local para o primeiro marco e construção das primeiras casas para abrigarem suas famílias, ao se depararam com um ribeirão muito bonito, que denominaram de Rio Juara, de onde podiam avistar um planalto suntuoso e de notável beleza.

Neste mesmo ano, 38 famílias de migrantes chegaram em Juara com objetivo de exploração da terra para o cultivo de arroz, milho e feijão. Neste processo inicial de colonização as imensas dificuldades de logística, de transporte e de acomodação, contribuíram para a projeção da figura de um dos colonizadores como aquele que acolhe, preocupa e auxilia a todos.

Segundo SANT'ANA (2010, p. 140), Zé Paraná “alimenta a construção de sua identidade como benfeitor da localidade utilizando-se de uma imagem de homem conhecedor da área e próximo de trabalhadores, colonos, colonizadores e empresários”. “No modelo de desenvolvimento planejado pelo governo e pela colonizadora, a identidade de colonizador de Juara foi reservada somente para “Zé Paraná”. Ele não tem sua identidade de empresário destacada na memória e nas propagandas escolhidas pela colonizadora para ser unívoca, pois fazia parte da estratégia da empresa que ele se colocasse como um trabalhador, um líder que “reúne o rebanho” e que une a população, a serviço da pátria e dentro de uma ambição maior de progresso do Brasil” (IDEM, p. 143).

Toda a história de Juara centra-se no mito de que as terras da região associada ao trabalho dos colonos poderiam gerar riquezas e prosperidade.

“O mito do eldorado, propagado pelo governo e pela colonizadora, movimenta-se em um poder simbólico que mobilizava na sutileza das promessas acertadas para fazer convencer e manipular. Em Juara esta propaganda do sucesso foi utilizada pela colonizadora, e principalmente, pelo colonizador “Zé Paraná”, tendo como carro chefe a cultura do café, cultura familiar dos colonos, principalmente aos oriundos do Paraná” (SANT'ANA, 2007, p. 147).

Com o fracasso da agricultura do café, a colonizadora direcionou seu discurso para o plantio de outras culturas como a do arroz, cacau e guaraná, que não obtiveram, também, sucesso uma vez que faltou o cuidado e a preocupação com a análise do solo para a implantação dessas lavouras.

Nesta ampliação e diversificação das atividades que até então tinham apenas o cunho agrícola, a cidade buscou outras fontes econômicas e uma delas foi exploração de madeira. “A exploração de madeira iniciou-se paralelamente ao processo de (re)ocupação da área. As primeiras madeireiras surgiram ainda nos anos de 1973 e 1974, uma vez que a região contava com uma variedade incalculável de madeira de lei. A exploração da madeira surgiu, então, como mais uma opção viável para indivíduos que vinham para a região em busca de uma

oportunidade” (SANT’ANA, 2010, p. 145). Para incentivar a indústria madeireira a própria colonizadora montou a primeira serraria na cidade que foi depois comprada por Albino Gugelmin.

O município de Juara é conhecido como a capital do gado e tem fortes indícios de que caminham em direção ao plantio de soja. Algumas empresas estão se instalando no município e áreas de plantio já foram instauradas com grande expectativa de crescimento para os próximos anos. Assim como a pecuária extensiva, a lavoura de soja provoca grande impacto ambiental, pois exigem que sejam desmatadas grandes extensões de florestas. Além da degradação do solo, estas atividades provocam o assoreamento dos rios e, muitas vezes as leis ambientais não são respeitadas, de modo que os desmatamentos ocorrem, também, nas nascentes provocando suas mortes, ou nas matas ciliares acarretando sérios danos ambientais. “O gado, sem a vegetação margeante, pisoteia os barrancos de proteção dos rios, levando ao desbarrancamento, o que facilita o escoamento das águas e causa o assoreamento de cursos d’água (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 43).

Assentamentos em Mato Grosso

A Política de Colonização da Coroa Portuguesa para a sua colônia de além-mares consistia no regime inicialmente nas capitânicas hereditárias, sistema de colonização por meio de divisão do território em faixas que eram entregues para serem administradas pela nobreza portuguesa. Aqueles que recebiam uma capitania como concessão eram chamados de donatários e tinham como funções a colonização de sua capitania e, havendo necessidade, defendê-la de invasores.

Com o insucesso das Capitânicas Hereditárias, a coroa portuguesa criou as Leis das Sesmarias, que consistia, também, na doação de terras a quem tivesse algum tipo de laço com a nobreza, aos militares e pessoas de algum mérito, que tinham de cuidar da terra, senão esta seria doada a outros interessados e que pudessem cultivá-la.

As obrigações impostas aos sesmeiros levaram muitos a locar suas sesmarias ou, parte delas, a pequenos produtores, processo esse que deu origem aos posseiros, porque estes lavradores cultivavam a terra, mas não tinham direito sobre elas, uma vez que as Leis não permitiam que as sesmarias

fossem arrendadas (MORENO, 2007).

As duas formas de ocupação, doação ou posse, constituíam-se os únicos processos para ter acesso a terras livres no Brasil, até a primeira Lei de Terras Nº 601, de 18 de setembro de 1850, que incorporou em seu texto a exigência de que as aquisições de terras devolutas não seriam por outro meio senão o compra. Essa Lei beneficiava aos grandes fazendeiros e latifundiários, pois se já era difícil aos pequenos proprietários, sem posses, conseguir o acesso à terra, ao extinguir o fundamento legal que permitia a doação instituindo o processo de compra de terras devolutas, o monarca dificulta, ainda mais, o acesso àqueles que não possuíam recursos, forçando-os a venderem suas forças de trabalho (MORENO, 2007).

A autora argumenta, ainda, que essa Lei vigorou até a mudança do regime imperial para o republicano, com a implantação do Sistema Federativo, quando os estados-membros passaram a ter domínio sobre as terras devolutas de seus territórios, de acordo com o artigo 64 da Constituição Federal de 1891. Cada estado-membro do novo regime federativo disciplinou a sua ordem jurídica, orientados pelos princípios da Lei de terras de 1850 e sob as influências de grupos oligárquicos, que se formaram ao longo da história brasileira e se consolidaram durante a Primeira República. Se de um lado o novo regime concedeu mais autonomia a seus estados-membros, de outro, ao transferir-lhes o domínio das terras devolutas, um compromisso que tinham assumido com os poderes regionais, contribuíram para o surgimento e a consolidação de poderes oligárquicos locais.

A colonização no Estado de Mato Grosso sempre foi apresentada pelos políticos como uma das necessidades para impulsionar o seu desenvolvimento, protagonizar a ocupação de grandes áreas de baixa densidade geográfica e também, para a segurança territorial, uma vez que o estado faz fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

O povoamento recente do estado, segundo CASTRO *et al.* (2002, p. 60), tem início “a partir de 1930, com a política de colonização de Getúlio Vargas, quando foram criadas as chamadas colônias nacionais, do programa Marcha para o Oeste”.

A legislação agrária do estado surgiu com a primeira Lei de terras de Mato Grosso, a de nº 20, de 09 de novembro de 1892, que foi sancionada, pelo

também primeiro presidente constitucional do estado, eleito no período republicano e tratava da revalidação das sesmarias, da legitimação das posses e da venda das terras devolutas. No mesmo mês houve a criação da primeira repartição pública de terras de Mato Grosso, denominada Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização, por meio da Lei nº 24, de 16 de novembro de 1892. A Lei nº 20 teve sua regulamentação mediante o Decreto Estadual nº 38, de 15 de fevereiro de 1893, que proporcionou aos grandes proprietários, sesmeiros ou posseiros, a regularização de suas terras e ratifica seus direitos de posse (MORENO, 2007).

A história e a memória dos mato-grossenses foram construídas a partir da ilusão de que as políticas públicas, em algum momento poderiam beneficiar e favorecer aos interesses daqueles econômica e financeiramente menos favorecidos. Todavia, as leis estaduais ou federais, que sempre foram inspiradas no discurso de ordenamento legal para demarcar terras indígenas, quantificar e estabelecer limites para as terras devolutas, planejar e caracterizar a finalidade das terras públicas, direcionar e criar políticas para a colonização oficial, o que trouxeram mesmo foram inúmeros incentivos fiscais para as colonizadoras particulares e para os latifundiários, a despeito de serem apresentadas com a justificativa de que deveriam ser sancionadas para acabar, atenuar ou evitar conflitos sociais, ou para possibilitar condições ao acesso a terras aos pequenos trabalhadores rurais.

As políticas públicas direcionadas às questões fundiárias no Estado de Mato Grosso sempre serviram para possibilitar algum tipo de vantagem ou benefício à categoria social dominante, incrementando o avanço do capital e a concentração de rendas. A partir da década de 1980 do século passado, as políticas de colonização foram direcionadas para atender o avanço da fronteira do agronegócio e proporcionar, ainda, grandes lucros às colonizadoras por meio da comercialização da terra.

Na década de 1970, o estado presenciou grandes transformações nas propostas de desenvolvimento, principalmente, com a abertura da região centro-norte do estado aos investimentos privados para a ocupação dos cerrados e da Amazônia mato-grossense, como uma ação política e social, visto que proporcionaria grandes avanços econômicos para a região.

“O que ocorreu entre os anos de 1964 a 1978 na Amazônia foi um avanço amplo e sem precedente do capitalismo. Nas atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo foram implementadas as relações de produção capitalista, que caracterizou a política pública de ocupação, tanto para a colonização dirigida, oficial e particular” (IANNI, 1986, p. 55).

Para CASTRO *et al.* (2002), em Mato Grosso, até 1978, o Incra não havia implantado nenhum projeto de colonização oficial e as grandes empresas dos setores agropecuário e mineral já ocupavam um grande espaço, beneficiados pelo Programa de Crédito e Incentivos Fiscais oferecidos às empresas na Amazônia. O Incra apenas acompanhava os projetos de colonização privada.

Os mesmos autores argumentam que, em Mato Grosso, foram implantados Projetos de Assentamentos Conjunto (PAC) cujas experiências e recursos do INCRA e da iniciativa privada foram somados, uma vez que os custos financeiros dos projetos executados pelo Incra eram altos e, por outro lado, a avaliação realizada nos projetos de colonização particular foram consideradas positivas.

No Estado de Mato Grosso, os assentamentos fazem parte de sua história, considerando as peculiaridades políticas da necessidade de ocupar seus espaços vazios e fixação de limites territoriais. Atualmente, a realidade econômica para atendimento de atividades que atendam à demanda capitalista, a política de colonização tem sua característica voltada para a expansão da fronteira agrícola.

Segundo dados do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2015), desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária na década de 1960, no Brasil foram assentadas 1.346.798 famílias, em 9.340 projetos de assentamentos espalhados por todo território nacional numa área de 88.819.725 hectares.

O programa de reforma agrária para os assentamentos, segundo esse instituto, deveria proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, o fortalecimento na produção de alimentos, a geração de ocupação e renda, o combate à fome e a miséria, a interiorização dos serviços públicos básicos, o combate ao êxodo rural, a promoção da cidadania e da justiça social.

No Estado de Mato Grosso, a maioria dos projetos de de assentamentos foram autorizados há mais de 10 anos (Tabela 1).

Tabela 1. SR 13 – Mato Grosso - todos os assentamentos (INCRA, 2015)

| | | |
|----------------------------|---------------------------|--------------|
| Nº de assentamentos | | 549 |
| Nº de famílias assentadas | | 82.876 |
| Área de assentamentos (ha) | | 6.048.948,91 |
| PA com mais de dez anos | Nº de assentamentos | 490 |
| | Nº de famílias assentadas | 76.788 |
| PA com menos de dez anos | Nº de assentamentos | 59 |
| | Nº de famílias assentadas | 6.088 |

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2015).

Em Mato Grosso foram assentadas 82.876 famílias, em 549 assentamentos, numa área total de 6.048.948,91 hectares, dos quais 490 assentamentos, com 76.788 famílias assentadas foram implantados há mais de 10 anos e apenas 59 projetos de assentamentos, com atendimento a 6.088 famílias são mais recentes, criados a menos de 10 anos. Esses dados sinalizam o arrefecimento nas ações de políticas públicas voltadas à reforma agrária no estado.

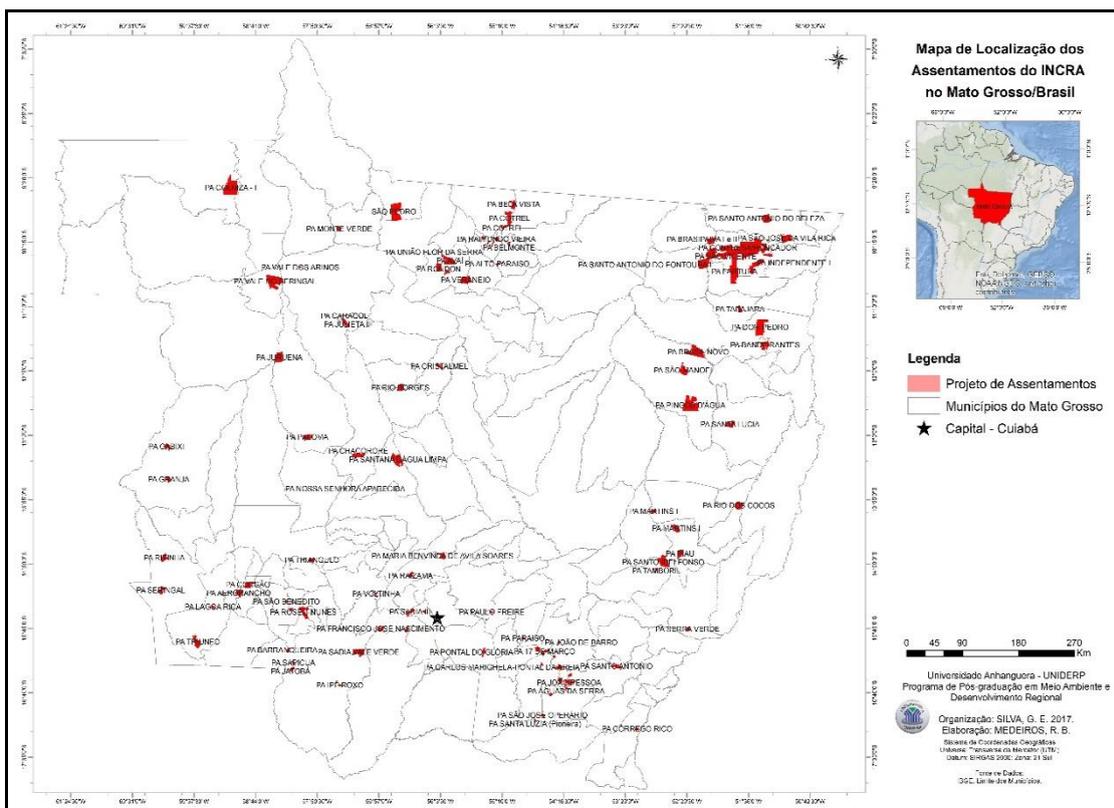


Figura 1. Localização Territorial dos Projetos de Colonização em Mato Grosso
Fonte: INCRA (2017).

No município de Juara existem apenas 3 assentamentos oficiais do Incra que foram criados há mais de 10 anos, como retrata a tabela 2:

Tabela 2 - Assentamentos em Juara, Mato Grosso - MT

| Assentamento | Capacidade | Famílias Assentadas | Área em Hectares | Data de Criação |
|-------------------|------------|---------------------|------------------|-----------------|
| PA Praça Arinos | 32 | 35 | 84 | 19.11.99 |
| PA Escondido | 145 | 46 | 4.976 | 10.02.20 |
| PA Vale do Arinos | 243 | 241 | 22.800,37 | 09.09.03 |

Fonte: Adaptado de <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2015).

Estes assentamentos estão localizados no norte do Município nas divisas com os municípios de Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, Juaraena e Alta Floresta.

A área do Projeto de Assentamento Vale do Arinos, foi considerada de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos artigos N.ºs 18 e

20, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 e artigo 2º da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, conforme o Decreto Presidencial de 06 de novembro de 2002.

5. Referências Bibliográficas

ALVES, L. A. F.; JOANONI NETO, V. O estatuto da terra e as políticas no Mato Grosso: algumas reflexões. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2010. 304p.

ARAUJO, M. S. S. Desenvolvimento e militarismo na Amazônia. In. GARCIA, D. S. C.; MICELI, P. C. (Org.). **História e fronteira**. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014. 223p.

BARROZO, J. C. Políticas de colonização: as políticas públicas para a amazônia e o centro-oeste. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p.

BARROZO, J. C. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá/MT, EdUFMT, 2010. 304p.

BOURDIER, P. **O poder simbólico**. 13ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010. 322p.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Impresso no Est. Gráfico "Apollo", 1934. 88p.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. 95p.

BRASIL. Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Regulamenta a execução da Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM1318.htm. Acesso em 15.12 2016.

BRASIL. Decreto nº 68.153, de 01 de fevereiro de 1971. Aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Incidente sobre

os produtos que menciona. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 02 fev. 1971. Seção 1, p. 854.

BRASIL. Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império e sobre as que são possuídas por título de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica, e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias nacionais e de estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1850**. v. 1, p. 307. Disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%20601-1850?OpenDocument. Acesso em 03.07.2016.

BRASIL, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Seção 1, Suplemento de 30/11/1964. p. 49.

CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZI, M.; PRETI, O. **A colonização Oficial em Mato Grosso**: a nata e a borra da sociedade. 2ed. Cuiabá: EdUFMT/NERU, 2002. 236p.

FERREIRA, J.C.V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997. 668p.

GALEANO, E. A. V.; MATA, H. T. C. Diferenças regionais no crescimento econômico: uma análise pela teoria do crescimento endógeno. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 4, p. 669-684, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O que é questão agrária**. 15ed. Coleção Primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1980. 114p.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. 2ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1985. 103p.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 249p.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 137p.

IANNI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Editora brasiliense, 2004. 256p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Site ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso: 25.03.2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Norma de Execução nº 18, de 19 de outubro de 2001. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos a assentamento em áreas de Reforma Agrária. Publicada no **Diário Oficial nº 209**, de 31/10/2001, seção 1, p.195 e B.S. nº 45, de 5/11/2001.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 23.03.2016.

LIMA, R. A. M. **Direito agrário, reforma agrária e colonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 148p.

MARQUES, G. S. SPVEA: O estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953- 1966). **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 34, p. 163-198, 2013.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 3ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. 157p.

MARTINS, J. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São

Paulo: Editora Hucitec, 1994. 386p.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009. 191p.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982. 301p.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. In: **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla – 1892-1992**. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007. 310p.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 150p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. K. M.; PAGOTTO, T. C. S.; PARANHOS FILHO, A. C.; MOREIRA, E. S. O desmatamento no pantanal: causas e consequências. In: ALVES, G. L.; MERCANTE, M. A.; FAVERO, S. (Orgs.). **Pantanal sul-Mato-Grossense: ameaças e propostas**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade Anhanguera – UNIDERP, 2012. p. 29-58.

PICOLI, F. **Amazônia e o capital: uma abordagem do ensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**. Sinop: Editora Fiorelo, 2005. 143p.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256p.

RANIERI, S. B. L., Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003. 205p.

SANT'ANA, D. A. B. Alianças multifacetadas – colonização de Juara. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá/MT, EdUFMT, 2010. 304p.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS FILHO, M. T. **Zé Paraná: o desbravador da Amazônia**. Cuiabá: Alvorada, 1983. 126p.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso**. São Paulo: Loyola, 1985. 263p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ed. São Paulo, 2002. 335p.

SILVA, A. C. F. **Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – Gleba Rio Ferro (1950-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidade: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 2, p. 261-281, 2010.

SOUZA, E. A. História de Sinop: sociedade imobiliária noroeste do Paraná. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p.

SOUZA, E. A. de. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2013. 251p.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003. 201p.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304p.

6. Artigos

Artigo I

Empresas de Colonização e Assentamentos Rurais na Expansão capitalista no Norte de Mato Grosso.

Gildete Evangelista da Silva

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as empresas de Colonização e Assentamentos Rurais na expansão capitalista no norte do estado de Mato Grosso, considerando as orientações de ocupação planejadas pelas políticas públicas para implementação de projetos de colonização, em áreas chamadas pelos militares de grandes vazios que possibilitaram o avanço da fronteira agrícola na região. A metodologia utilizada na coleta de dados consistiu em levantamento de fontes secundárias e de fontes documentais. Os resultados da pesquisa assinalam que na ocupação da Amazônia mato-grossense foram dadas amplas preferências ao capital financeiro com privilégios políticos, econômicos e fiscais a agropecuárias, empresas de colonização e a latifundiários que caracterizam a expansão como uma contra reforma agrária. Os trabalhos permitem a conclusão de que os projetos de Colonização, por meio de empresas particulares, possibilitaram o avanço do capital na Amazônia e também que os números de criação dos projetos de assentamentos rurais do INCRA, no estado de Mato Grosso, tiveram reduções abruptas a partir de 2005.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Expansão, Colonização, Assentamentos.

Settlement Companies and Rural Settlements in the capitalist expansion in North of the Mato Grosso State

Abstract

This article aims to analyze the Colonization and Rural Settlement companies in the capitalist expansion in the North of the Mato Grosso State, considering the occupation guidelines planned by the public policies for the implementation of colonization projects, in areas called by the military as large voids that enabled the advance of the agricultural frontier in the region. The methodology used in data collection consisted of a survey of bibliographic sources and documentary sources. The results of the research indicate that in the occupation of the Mato Grosso Amazon, gave wide preferences to the financial capital with political, economic and fiscal privileges to farming, colonization companies and landowners that characterize the expansion as against agrarian reform. The works allow the conclusion that the Colonization projects, through private companies, allowed the capital advance in the Amazon Region and also that the numbers of creation of the rural settlements projects of INCRA, in the state of Mato Grosso, had abrupt reductions from the year 2005.

Keywords: Public Policies, Expansion, Colonization, Settlements.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as empresas de Colonização e Assentamentos Rurais na expansão capitalista no norte do estado de Mato Grosso, considerando as orientações de ocupação planejadas pelas políticas públicas para implementação de projetos de colonização, em áreas chamadas pelos militares de grandes vazios que possibilitaram o avanço da fronteira agrícola na região.

As políticas estabelecidas para a ocupação da Amazônia incentivaram, a partir da década de 1970, migrações sem precedentes para a região; transformando cerrados e florestas em terras produtoras de *commodities* para o agronegócio. Sob o lema de que era necessário integrar para não entregar a região às supostas potências mundiais, os governos militares estabeleceram direcionamento aos seus planos de ocupação daquilo que chamavam de

grandes vazios.

Na Amazônia mato-grossense o estado deu preferências ao capital financeiro concedendo privilégios políticos, econômicos e fiscais a grandes agropecuárias, empresas de colonização e aos latifundiários, o que caracterizou a ocupação de terras no Estado como uma contra reforma agrária num processo de colonização em terras públicas e devolutas, sem que houvesse significativas alterações de posse, de propriedade ou de titularidade das terras em poder dos latifundiários porque não havia, por parte do governo militar, interesse em desapropriar aqueles que representavam o capital financeiro sua base de apoio.

A colonização foi realizada com vários tipos de assentamentos públicos, particulares e mistos, cujos assentados foram especialmente selecionados no sul do país. A colonização, principalmente no norte do Estado de Mato Grosso, teve início a partir da década de 1970 sob a tutela de políticas públicas que criaram projetos e legislações direcionadas ao desbravamento dos cerrados e da floresta na Amazônia mato-grossense, por meio de incentivos fiscais a empresas privadas a fim de alavancar o desenvolvimento da região. Assim, foram implantados projetos de colonização e assentamentos em Mato Grosso, com distribuição de lotes, sem grandes preocupações com sua infraestrutura.

As empresas colonizadoras conseguiram se organizar politicamente e obtiveram vários benefícios fiscais e ofereceram, em troca, a sustentação para que os militares se fortalecessem politicamente. As colonizadoras surgiram para auxiliar o governo federal no planejamento e na distribuição de terras e em pouco tempo conseguiram se apoderar de grandes quantidades de hectares de terras públicas.

Muitos projetos de assentamentos não obtiveram sucesso pela falta de planejamento adequado de suas atividades num ambiente adverso de floresta, que era bravia e continha as mazelas de uma terra bruta que nem todos os novos ocupantes souberam explorá-la.

Os Projetos de Assentamentos protagonizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, também possibilitaram a ocupação de vastas áreas no Brasil e no Estado. Desde o início do Programa de Reforma Agrária na década de 1960 até os dias atuais, foram assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 977.005 famílias em 9.337 assentamentos, espalhados por todo território nacional, numa área de

88.426.177,44 ha. Os assentamentos rurais localizados no estado de Mato Grosso, mesmo não tendo sido criados com todas a estrutura necessária para a produção e renda familiar, tem-se constituído em instrumento de integração e de consolidação de novas relações sociais do homem com a terra.

Material e Métodos

Os levantamentos estão fundamentados nos pressupostos do método qualitativo, que segundo GIL (2002) oferece vantagens ao possibilitar, o pesquisador uma vasta cadeia de informações acerca de fenômenos já pesquisados. A pesquisa qualitativa para FACHIM (2003) conduz aos temas de pesquisa e possibilita que haja, por parte dos pesquisadores, informações para a realização da pesquisa e a compreensão de determinados problemas a partir das perspectivas dos envolvidos.

Os dados da foram levantados por meio de fontes secundárias e fontes documentais. O levantamento de fontes bibliográficas foi utilizado para possibilitar ao pesquisador conhecer o estado da arte sobre projetos de colonização e de assentamentos rurais. A coleta de dados foi efetivada observando os parâmetros sugeridos por LIMA e MIOTO (2007), numa sequência lógica e indutiva - classificação das obras de acordo com os temas que lhe são correlatos (parâmetros temáticos); seleção das obras de acordo com o período pesquisado (parâmetros cronológicos de publicação); determinação do material de acordo com os objetivos da pesquisa (leitura seletiva); estudo crítico do material com vista a elucidar os objetivos propostos (leitura reflexiva e crítica) e análise e interpretação das ideias dos autores (Leitura interpretativa).

O levantamento de dados em fontes documentais envolveu Leis, normativas, sites oficiais, regulamentos de projetos de assentamentos, e, também, documentos e relatórios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Mostrou-se de grande relevância para a obtenção de dados sobre o processo de expansão por meio de programa de colonização dirigida e dos Projetos de Assentamentos Rurais. A segunda etapa do levantamento em fontes documentais consistiu na sistematização e organização dos dados coletados, que foram submetidos a uma análise crítica e tiveram seus conteúdos interpretados.

Resultados e Discussão

Empresas de Colonização

As políticas estabelecidas para a ocupação da Amazônia a partir da década de 1970, estimularam migrações de milhares de pessoas para o Estado de Mato Grosso e possibilitaram que as terras fossem usadas para a produção de *commodities* para o agronegócio. As transformações sociais, econômicas e políticas serviram para justificar as atividades que devastaram o ambiente com as derrubadas das florestas, das queimadas, do excessivo uso dos defensivos agrícolas e fertilizantes, que lançados ao solo para assegurar a produtividade do plantio, poluíram a terra, rios e atmosfera.

A expansão econômica do estado é, em grande parte, consequência das políticas expansionistas instituídas pelos governos que criaram medidas para estabelecer atividades produtivas nesta nova fronteira agrícola, com a ocupação/reocupação de vastas áreas de terras onde foram assentados milhares de famílias, principalmente de origem dos estados do sul do país, que na atual conjuntura, são produtores de grãos do agronegócio direcionados, em sua maioria, para exportação e, simultaneamente, fortalece a geração e manutenção de divisas tanto aos produtores quanto ao país.

Os governantes do Estado de Mato Grosso deram preferência ao capital financeiro, com destaque a privilégios políticos, econômicos e fiscais concedidos a agropecuárias e empresas de colonização.

Assim, a ocupação de terras no vasto território do estado não se caracterizou como uma reforma agrária como anunciada pelas elites e governo militar, pois esta é uma resposta cidadã às constantes lutas dos movimentos sociais, com distribuição de terras em assentamentos para aqueles que não a possuem, sejam elas públicas ou privadas, enquanto a colonização é “toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais” (SANTOS, 1993, 47).

Em Mato Grosso, salvo raras exceções, não houve um processo de reforma agrária, mas de colonização em terras devolutas. A expansão foi realizada em terras públicas sem que houvesse significativas alterações de posse, de propriedade ou de titularidade das terras dos latifundiários para os

trabalhadores rurais sem terra. Houve de fato uma espantosa especulação financeira, a partir da ditadura militar, com aquisição de vastas extensões de terras realizadas por grandes agropecuárias e empresas nacionais e estrangeiras, que após a retirada das madeiras nobres e outros recursos naturais, foram vendidas com elevados lucros ou declaradas como de interesse social para fins de reforma agrária.

Não havia, por parte do governo militar, interesse em desapropriar os latifúndios que representavam o capital financeiro, sua base de apoio, o que se pretendia era estabelecer uma legislação que promovesse o desenvolvimento rural. Tanto é que as políticas introduzidas pelos militares intensificaram a mecanização e, por conseguinte, a concentração do capital em benefício da produtividade agrícola (IANNI, 2004).

GRAZIANO (1985) reforça este argumento ao preconizar que o governo militar não pretendia acabar com os latifúndios anteriormente proposto nas reformas de base, visto que executaram exatamente o contrário, ou seja, criaram vários incentivos para o avanço do capital por meio da modernização dos latifúndios, o que caracterizou o Estatuto da Terra como uma lei de desenvolvimento rural, e não de reforma agrária.

A colonização no estado de Mato Grosso, sua re/ocupação ou re/colonização, foi realizada com vários tipos de assentamentos públicos, particulares e mistos, cujos assentados foram especialmente selecionados no sul do país em detrimento do povo local, uma vez que aqueles possuíam certo conhecimento sobre o plantio e, também, algum capital inicial com a venda de seus bens para a nova empreitada. Todavia, se de um lado alguns tinham conhecimento sobre as lides de plantios no sul do país, a grande maioria desconhecia as características do solo do cerrado e da Amazônia, o que levou muitos ao fracasso no início de suas atividades na nova fronteira agrícola.

“A colonização particular realizada na Amazônia a partir de 1974 [...] priorizava pequenos e médios agricultores do Sul do País, que segundo essas empresas possuíam tradição agrícola, e que detinham um certo valor monetário necessário para adquirir terras das empresas privadas de colonização. Tratava-se de uma colonização seletiva que

trouxe grandes lucros para estas empresas de colonização” (SOUZA, 2013, p. 13).

Durante as décadas de 1960 a 1970, segundo BARROZO (2008, p. 23) foram implantados projetos de colonização e assentamento em Mato Grosso, com distribuição de lotes, “sem preocupação com infraestrutura, política de crédito e de assistência técnica, de modo que os assentados com o tempo abandonaram seus lotes, que foram posteriormente utilizados para agricultura mecanizada e pastagens”.

A colonização do estado deu-se a partir de 1970 sob o manto de políticas públicas que tinham como meta o desbravamento dos cerrados e da Amazônia mato-grossense por meio de incentivos fiscais a empresas privadas a fim de alavancar o desenvolvimento da região. Para SILVA (2004, p. 16) é fundamental que a colonização seja planejada “como um processo plural em ação, que reproduz relações sociais permeadas por muitos interesses, públicos e privados, os quais somente poderão ser visualizados se forem inseridos em um contexto histórico específico”.

Os projetos de colonização em Mato Grosso seguiram ao intenso e padronizado processo de seleção dos assentados, que se distinguiu como um controle de homens e de territórios. O controle de homens caracterizava-se por identificar nos candidatos as parcelas alguns atributos especiais que deveriam ser preferencialmente do sul do país, uma vez que para as colonizadoras estes tinham perfis de grandes trabalhadores e destemidos desbravadores, em oposição aos nativos do estado, e deveriam ter conhecimentos sobre plantio; ter algum recurso financeiro para dar início ao novo empreendimento; que possuíssem mais de 21 anos; fossem casados e de conduta exemplar (SANTOS, 1993).

O controle do território era muito bem planejado, apresentando lotes rurais e um centro urbano. Quem adquiria um lote rural tinha direito, também, a um urbano, onde as cidades foram especialmente construídas de forma que os colonos estivessem sob o olhar e jugo das colonizadoras ou, que de algum modo permanecessem vinculados a elas por obrigação, dívida, amizade, origens etc. (SANTOS, 1993).

“A ocupação do Estado de Mato Grosso, através da colonização dirigida, ocorreu a partir de 1978, por pressões de conflitos no Sul e disponibilidades de terras na região, às margens da rodovia federal BR-163, onde foram implantados seis projetos de assentamentos” (CASTRO *et al.*, 2002, p. 60).

Muitos projetos de colonização oficial beneficiaram grandes empresas a partir da década de 1970 e acirraram mais a concentração de terras e a extração dos recursos naturais existentes na região, especialmente a madeira. Picoli (2006) assevera que às organizações beneficiadas foram disponibilizados incentivos fiscais e grande quantidade de mão de obra migrada de várias partes do país, que possibilitaram o avanço capitalista e grandes concentrações de riquezas.

“No estado de Mato Grosso, a partir da década de 1970, através das políticas públicas do governo militar, ampliou a ocupação do cerrado e da Amazônia mato-grossense, criando condições para a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparadas em políticas públicas federais que acabaram assegurando os recursos para o “desenvolvimento” na região” (SOUZA, 2013, p. 48).

Para atender aos interesses do capital as terras da Amazônia mato-grossense foram alvo de intensa propaganda por parte dos governos federal e estadual, transformando-a em mercadoria sob a justificativa de que era necessário desbravar os cerrados e as florestas para possibilitar, além da integração da região às economias do centro-sul, estruturar polos de crescimento econômico. Assim, os empreendimentos nas mãos das colonizadoras tornaram-se extraordinariamente lucrativos, com a venda das glebas e, as empresas interessadas em investir na região foram oferecidas isenções fiscais e tributárias tornando-as mais competitivas.

As empresas organizaram-se politicamente e tiveram ao seu dispor vários

benefícios fiscais, oferecendo em troca a sustentação para que os militares se fortalecessem politicamente. Os programas de colonização foram apresentados com a preocupação em distribuir terras e resolver a questão fundiária do estado, numa parceria do estado com a iniciativa privada. Todavia, a ocupação das terras devolutas foram estratégias para o avanço do capital e evitaram que os latifúndios fossem desapropriados. “As intenções da colonizadora não eram apenas os investimentos econômicos, mas também construir um domínio político na região. Não bastava fundar cidades, era necessário deixar cunhado no espaço as suas marcas” (SOUZA, 2013, p. 73).

A colonização privada surgiu como uma opção por parte do Governo Federal para realizar uma ampla distribuição de terras. Todavia, em pouco tempo as colonizadoras/empresas privadas conseguiram se apoderar de grandes quantidades de hectares de terras públicas, uma vez que tinham respaldo e apoio dos órgãos federais e estaduais e de bancos oficiais, que concediam empréstimos com prazos e juros mais facilitados. A ocupação da região norte de Mato Grosso, na sua maioria, foi realizada por colonizadoras particulares com maciço apoio do Estado, que promoveu os assentamentos, com planejamento da infraestrutura, que nem sempre saíam do projeto para viabilizar a produção e os assentamentos dos trabalhadores rurais sem terra.

Assim, em Mato Grosso, em poucos anos, estas empresas se apossaram de milhões de hectares de terras devolutas. “Embora planejada pelo governo e ainda que o estado dispusesse de milhões de hectares de terras devolutas, a (re)ocupação de Mato Grosso, através da colonização, foi predominantemente executada por empresas privadas” (BARROZO, 2008, p. 23).

As empresas Colonizadoras perceberam oportunidades de ganhar muito dinheiro no processo de comprar terras do governo por preços módicos e as venderem aos assentados com grande margem de lucro. Estas práticas de compra e venda realizadas pelas colonizadoras particulares não passavam de mais um aparato de incremento do capital, pois segundo SCHAEFER (1985) as operações realizadas pelas empresas privadas de colonização, nada mais eram do que ações de empresas capitalistas.

Os trabalhadores mato-grossenses foram ignorados no processo de seleção dos lotes das colonizadoras por serem classificados como indolentes, preguiçosos, passivos e com um linguajar diferente, por isso serviam, quando

muito, para os trabalhos braçais e desqualificados com a derrubada e as queimadas, que ficava a serviço de um encarregado denominado “gato”.

“Os efeitos da modernidade sobre a Amazônia, em geral, não reconhece a autonomia das populações nativas que elaboraram e continuam elaborando um jeito próprio de ser e de viver e, em função disso, tem sido inevitável que elas sejam tratadas sob a condição de tuteladas. Nessa ótica, os povos da floresta são considerados incapazes de projetar o progresso da Amazônia para o Brasil” (ARAUJO, 2014, p. 156).

Os governos militares e as colonizadoras insistiram que a colonização em Mato Grosso deveria ser realizada com pessoas do sul do país, que segundo eles possuíam experiência em abertura de áreas e técnicas de cultivo de grãos. Estas características foram utilizadas como distinção social na expansão da nova fronteira agrícola, ou seja, no imaginário destes o sulista (gaúchos) significava progresso, e outros (nativos mato-grossenses) significava atraso e estagnação (FURTADO, 2010).

A territorialização dos projetos particulares no Estado obedeceu à lógica da especulação fundiária. Pela abundância de terras devolutas existentes no norte de Mato Grosso nas décadas de 1970 a 1980 e, sobretudo, pelas vantagens financeiras e facilidades de acesso à terra, oferecidas pelos “programas especiais de desenvolvimento regional” e pela política fundiária dos governos estadual e federal, os grandes grupos econômicos fizeram da colonização um grande negócio econômico (MORENO, 2007).

Na década de 1970, para enfrentar vários problemas na região, o governo militar lançou a operação Amazônia, criando órgãos e programas federais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco da Amazônia (BASA), o Polo da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Polo do Noroeste (POLONOROESTE), o Polo dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa da Borracha (PROBOR). “A concepção do governo era de que a Amazônia era desabitada, sendo considerado pelo governo um “vazio demográfico”, onde

pouco se produzia além de não estar integrada ao Brasil” (BARROZO, 2008, p. 19).

MARTINS (2009) corrobora essas ideias ao enfatizar que os militares falavam em ocupar vazios, mas a região já era habitada por tribos indígenas, muitas delas ainda sem contato com a civilização e, também por camponeses, que habitavam a região ainda que dispersamente desde o século XVII.

“O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborado pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do Sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Esse projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais” (PICOLI, 2006, p.49).

A aproximação entre as empresas que conseguiram terras abundantes e baratas em Mato Grosso e os assentados que possuíam poucos recursos, realça a característica marcante do capital financeiro que apropria e compra a força de trabalho para fazer funcionar seus empreendimentos e de trabalhadores, que são obrigados a vender a sua força de trabalho.

Vários fatores influenciaram o sucesso ou fracasso da colonização no centro-norte de Mato Grosso. Problemas com infraestrutura, saúde, educação, novo ambiente para os assentados e estradas precárias foram algumas das dificuldades encontradas que levaram alguns empreendimentos colonizadores a insucessos. Todavia, a maioria dos projetos de empreendimentos privados teve sucesso, pois tinha à sua disposição as facilidades do crédito para financiamento da produção, armazenagem e transportes com os investimentos públicos injetados pelo Banco da Amazônia e Banco do Brasil, a despeito dos solos ácidos típicos dos biomas da região.

Além disso, diante da representatividade e volume de seus recursos econômicos, as colonizadoras organizaram-se politicamente e obtiveram atenção dos órgãos públicos para muitas de suas reivindicações, visto que perceberam na atividade outras formas de poder e de demarcação política. É

aviltante evidenciar que na outra extremidade da cadeia estão os pequenos produtores e os assentados, que enfrentaram vários tipos de obstáculos que os impossibilitaram de plenamente obter êxitos em suas empreitadas.

O planejamento das políticas de colonização baseou-se em ações estruturadas que tinham como função a seleção e controle social sobre as pessoas e os espaços geográficos, com o fim primordial da expansão capitalista.

“A colonização como política de estado representa uma técnica social que utiliza meios de seleção social e de controle social, tanto de homens como dos espaços, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras” (SANTOS, 1993, p.194).

Para PICOLI (2006), o que aconteceu no Brasil a partir dos anos 60 foi uma contra reforma por meio de grandes incentivos a uma elite que apoiava o regime militar, que possibilitaram o sucesso da expansão capitalista em detrimento das massas e do desenvolvimento da região.

O processo de reocupação das terras em Mato Grosso faz parte de seu processo histórico tanto de ocupação territorial como de poder. Se por um lado, a colonização esteve sempre na realidade do estado pela necessidade de uma política de fixação de homens em seu território; por outro, as ações de ocupação orquestrada a partir dos anos 70 vieram emprenhadas de significados e poder simbólico em que o homem colonizador era ungido de adjetivos enaltecidos como corajosos, desbravadores, vencedores, enquanto aqueles que não se deram bem na terra bravia e desprovida de recursos e estruturas a que estavam acostumados eram desprezados.

Com isso, as colonizadoras investiram fortemente no poder do *marketing* para vender a imagem de que só haveria vencedores nesta terra bravia e distante, se todos demonstrassem disposição para lutar pela terra com coragem e sacrifício.

“A capacidade de trabalho do agricultor sulista era enfatizada tanto pelos empresários quanto pelos órgãos governamentais. Afirmavam que o lavrador da região sul não

se deixava abater pelas condições difíceis do meio físico, com esforço incessante de produzir” (SOUZA, 2008, p. 44).

Durante o governo militar, a expansão agrícola e a migração tomaram intensas proporções, de modo que houve o planejamento das cidades para abrigar os milhares de migrantes que chegavam impulsionados pelos sonhos da terra prometida. As empresas colonizadoras controlavam e vigiavam estes novos desbravadores ao mesmo tempo em que vendia a imagem de riqueza e prosperidade.

[...] “A natureza política do norte de Mato Grosso está vinculada às concepções de Estado, poder e fronteira, numa visão “naturalizada” da disciplina e dos conflitos sociais, cujo objetivo é moldar, influenciar e controlar as emoções, os pensamentos e as atividades da maioria dos trabalhadores, utilizando-se do poder simbólico enquanto instrumento política de crença no progresso e desenvolvimento” (SOUZA, 2013, p. 31).

BARROZO (2008, p. 23) apregoa que, durante as décadas de 1960 a 1970, houve a implantação de projetos de colonização e assentamento em Mato Grosso, com distribuição de lotes, “sem preocupação com infraestrutura, política de crédito e de assistência técnica, de modo que os assentados com o tempo abandonaram seus lotes, que foram posteriormente utilizados para agricultura mecanizada e pastagens”.

Muitos projetos de assentamentos não lograram êxito pela falta de um planejamento adequado. O ambiente da floresta era bravo e continha as mazelas de uma terra bruta que nem todos os novos ocupantes souberam explorar. Se por um lado a venda de poucos alqueires de terras no sul do país propiciava a compra de muitos na nova fronteira de expansão, seus desbravamentos não foram fáceis. Havia, ainda, problemas para a legalização da terra; muitas terras não tinham documentos e havia documentos sem terra. Além disso, grande parte da terra era povoada por índios, ribeirinhos e extrativistas vegetais que usufruíam dela há anos e não estavam dispostos a

abandoná-las.

Para IANNI (1979), GRAZIANO (1985), MARTINS (2009), BARROZO (2010) o que houve neste processo de colonização foi a execução de um projeto de contra reforma agrária em que “o governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia , transferindo para toda sociedade o preço da não-realização de uma reforma agrária (MARTINS, 2009); para não fazer a reforma agrária exigida pelos camponeses, pelos movimentos sociais e pelos partidos políticos de esquerda. O governo optou pela abertura e colonização da Amazônia (IANNI, 1979); a questão agrária brasileira foi resolvida com o agronegócio, não sendo necessária uma reforma agrária para minimizar o problema histórico do campo brasileiro (SOUZA, 2013). Para não fazer a reforma agrária exigida pelos camponeses, pelos movimentos sociais organizados e pelos partidos políticos de esquerda, o governo optou politicamente pela colonização das terras públicas na Amazônia, não tocando nas terras dos grandes latifundiários, retribuindo a estes o apoio recebido no golpe de 1964 (BARROZO, 2010).

A Colonização de Mato Grosso e da Amazônia, deste modo, foi uma solução encontrada pelos governos militares para resolver problemas sociais e fundiários do centro Sul do País. Como o Estatuto da Terra, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, definia em seu artigo 4º, inciso IX, que "colonização é toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas", na década de 1970 o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária autorizou que cooperativas privadas realizassem projetos de colonização na Amazônia, sendo que em Mato Grosso dois projetos foram aprovados e tiveram suas instalações iniciadas no começo dessa década, um em Alta Floresta, de Ariosto da Riva e outro em SINOP, de Enio Pepino (BARROZO, 2010).

“A partir do momento em que o Governo Federal criou a SUDAM e outros organismos federais para viabilizar o projeto de integração da Amazônia, os territórios dos povos indígenas foram cortados pelas rodovias federais, assim como pelas estaduais e municipais, desencadeando um

processo violento e rápido de expropriação e, em alguns casos, de extermínio” (BARROZO, 2010, p. 15).

Em atendimento às demandas dos novos agentes econômicos, o governo executou obras como melhoramento na estrada que ligava Cuiabá a Porto Velho e, em direção norte, foi aberta a rodovia BR-163 entre as cidades de Cuiabá no Mato Grosso e Santarém, no estado do Pará. Esta rodovia foi e continua sendo a principal via de acesso, transporte e logística, que os migrantes utilizaram para adentrar a região norte de Mato Grosso. Foi também ao longo desta rodovia que os principais projetos de colonização públicos e privados foram realizados.

Assentamentos Rurais

As políticas de expansão e reforma agrária possibilitaram diversas mudanças tanto na economia e na política quanto na esfera social no Estado de Mato Grosso: de um lado houve extraordinário desenvolvimento econômico sustentado por uma política de mão de obra ilegal e de migração induzida a uma nova região de oportunidades, que não era real, e de outro por ação desenvolvimentista de enriquecimento, marginalizando os nativos e aqueles que já habitavam a região.

A colonização no Estado de Mato Grosso sempre foi apresentada pelos políticos como uma das necessidades para impulsionar o seu desenvolvimento, protagonizar a ocupação de grandes áreas de baixa densidade geográfica e, também, para a segurança territorial, uma vez que o estado faz fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

O povoamento recente do estado, segundo CASTRO *et al.* (2002, p. 60), tem início “a partir de 1930, com a política de colonização de Getúlio Vargas, quando foram criadas as chamadas colônias nacionais, do programa Marcha para o Oeste”.

A história e a memória dos mato-grossenses foram construídas a partir da ilusão de que as políticas públicas, em algum momento poderiam beneficiar e favorecer aos interesses daqueles, econômica e financeiramente menos favorecidos. Todavia, as leis estaduais ou federais, que sempre foram inspiradas no discurso de ordenamento legal para demarcar terras indígenas, quantificar e estabelecer limites para as terras devolutas, planejar e caracterizar a finalidade

das terras públicas, direcionar e criar políticas para a colonização oficial, foram contraditórias e trouxeram inúmeros incentivos fiscais para as colonizadoras particulares e para os latifundiários, a despeito de serem apresentadas com a justificativa de que deveriam ser sancionadas para acabar, atenuar ou evitar conflitos sociais, ou para possibilitar condições ao acesso aos pequenos trabalhadores rurais sem terra.

As políticas públicas direcionadas às questões fundiárias no Estado de Mato Grosso sempre serviram para possibilitar algum tipo de vantagem ou benefício à categoria social dominante, incrementando o avanço do capital e a concentração de rendas.

A partir da década de 1980 do século passado, as políticas de colonização foram direcionadas para atender o avanço da fronteira do agronegócio e proporcionar, ainda, grandes lucros às colonizadoras por meio da comercialização da terra.

Na década de 1970, o estado presenciou grandes transformações nas propostas de desenvolvimento, principalmente, com a abertura da região centro-norte do estado, aos investimentos privados para a ocupação dos cerrados e da Amazônia mato-grossense, como uma ação política e social, visto que proporcionaria grandes avanços econômicos para a região.

“O que ocorreu entre os anos de 1964 a 1978 na Amazônia foi um avanço amplo e sem precedente do capitalismo. Nas atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo foram implementadas as relações de produção capitalista, que caracterizou a política pública de ocupação, tanto para a colonização dirigida, oficial e particular” (IANNI, 1986, p. 55).

Para CASTRO *et al.* (2002), em Mato Grosso, até 1978, o INCRA não havia implantado nenhum projeto de colonização oficial, e as grandes empresas dos setores agropecuário e mineral já ocupavam um grande espaço, beneficiados pelo Programa de Crédito e Incentivos Fiscais, oferecidos às empresas na Amazônia. O INCRA apenas acompanhava os projetos de colonização privada.

O programa de reforma agrária para os assentamentos, segundo o INCRA, foi criado para proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, o fortalecimento na produção de alimentos, a geração de ocupação e renda, o combate à fome e à miséria, a interiorização dos serviços públicos básicos, o combate ao êxodo rural, à promoção da cidadania e da justiça social.

Os pequenos proprietários foram assentados em glebas distantes dos povoados, com estradas precárias e com logísticas inexistentes ou inadequadas. Muitos deles acabaram migrando para as cidades, morando em favelas e sobrevivendo em atividades de subocupação de correntes da falta de qualificação para as lides urbanas (PICOLI, 2005).

Desde o início do Programa de Reforma Agrária foram assentadas 977.005 famílias, em 9.337 assentamentos espalhados por todo território nacional numa área de 88.426.177,44 há, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2016). Os dados ainda demonstram que 6.940 assentamentos, correspondentes a 74,33%, haviam sido criados há mais de 10 anos e 226.528, 23,19% deles, há menos de 10 anos, o que evidencia desaceleramento no planejamento e instalação de assentamentos rurais no país.

Os números demonstram ainda que proporcionalmente o maior número de famílias beneficiadas, no total de 750.477 (76,81%) foram assentadas há mais de 10 anos, contra 226.528 (23,19%) assentadas há menos de 10 anos.

Tabela 1 – Brasil - Painel de Assentamentos - todos os assentamentos

| | | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------|
| Nº de assentamentos | | 9.337 |
| Nº de famílias assentadas | | 977.005 |
| Área de assentamentos (ha) | | 88.426.177,44 |
| PA com mais de dez anos | Nº de assentamentos | 6.940 |
| | Nº de famílias assentadas | 750.477 |
| PA com menos de dez anos | Nº de assentamentos | 2.397 |
| | Nº de famílias assentadas | 226.528 |
| Territórios da Cidadania | Nº de assentamentos | 5.927 |
| | Nº de famílias assentadas | 645.751 |
| Nº de municípios beneficiados | | 1.924 |

| | | |
|-----------------------|---------------------------|---------|
| PAC | Nº de assentamentos | 7.953 |
| | Nº de famílias assentadas | 766.391 |
| PAs na Amazônia Legal | Nº de assentamentos | 3.513 |
| | Nº de famílias assentadas | 627.652 |

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2015).

A queda no número das famílias assentadas no Brasil é preocupante e segundo o presidente do INCRA, a redução do ritmo de criação de assentamentos nos últimos anos é decorrente da demanda que tem diminuído e as ações daquele Instituto atualmente estão mais direcionados a desenvolvimento dos assentamentos já criados (NALON, 2017).

Tabela 2. Brasil – Assentamentos Rurais de 1995 a 2015

| | | |
|-------------|----------------------------|------------|
| Período | Nº de assentamentos | 8.409 |
| | Nº de famílias assentadas | 1.288.481 |
| | Área de Assentamentos (ha) | 72.529.656 |
| 1995 a 2002 | Nº de assentamentos | 4.281 |
| | Nº de famílias assentadas | 540.704 |
| | Área de Assentamentos (ha) | 21.075.726 |
| 2003 a 2010 | Nº de assentamentos | 3.544 |
| | Nº de famílias assentadas | 614.088 |
| | Área de Assentamentos (ha) | 48.291.180 |
| 2011 a 2015 | Nº de assentamentos | 584 |
| | Nº de famílias assentadas | 133.689 |
| | Área de Assentamentos (ha) | 3.162.750 |

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2016).

Os dados na tabela dois apresentam os números dos Assentamentos Rurais partir de 1995. Estes dados servem como análise dos resultados das políticas voltadas para o assentamento de trabalhadores rurais ocorridos no período de 1995 a 2015, mas não sinalizam como uma avaliação pontual à gestão ou à disposição de determinado governo para realizar assentamentos rurais, considerando que os trâmites burocráticos iniciais até o assentamento

final das pessoas nos lotes, podem levar anos para ser concretizados, pois os processos podem ter início em determinada gestão e concluídos em outras.

Além disso, não se pode menosprezar o efeito da recessão global sobre a economia brasileira. Dados do IBGE demonstram que nos últimos 10 anos o país registrou péssimos desempenhos anuais no seu Produto Interno Bruto – PIB, que pode ter prejudicado o atendimento social aos economicamente menos favorecidos, como os trabalhadores sem terra, impossibilitando a continuidade do atendimento ao assentamento destes como acontecia em anos anteriores. O Produto interno Bruto nos últimos 10 anos teve seu melhor desempenho em 2010, com o índice de crescimento da produção nacional em 7,6%, apresentando em 2015 o lastimável resultado negativo de -3,8% (IBGE, 2016).

As figuras abaixo apresentam os números das famílias assentadas, a quantidade de projetos e as áreas totais deste assentamentos no espaço temporal de 1995 a 2015. Os dados demonstram que houve, a partir de 2005, considerável declínio dos números de projetos, da quantidade de áreas destinadas a assentamentos e do número de unidades familiares assentadas a partir de 2006.

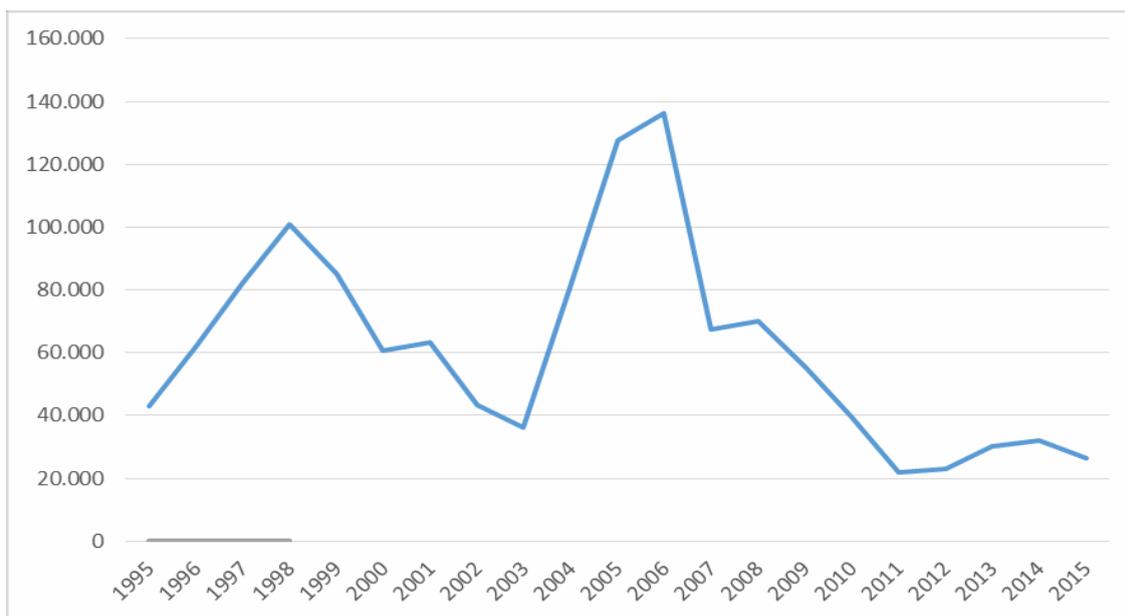


Figura 1. Gráfico dos Assentamentos Rurais – Famílias Assentadas.

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2016).

Os números de famílias da reforma agrária têm seu maior registro em

2006, conforme o gráfico 1, quando foram assentadas 136.358 famílias. Nos anos posteriores os dados apresentam decréscimos consideráveis em 80,69%, com o assentamento de apenas 26.335 unidades familiares em 2015.

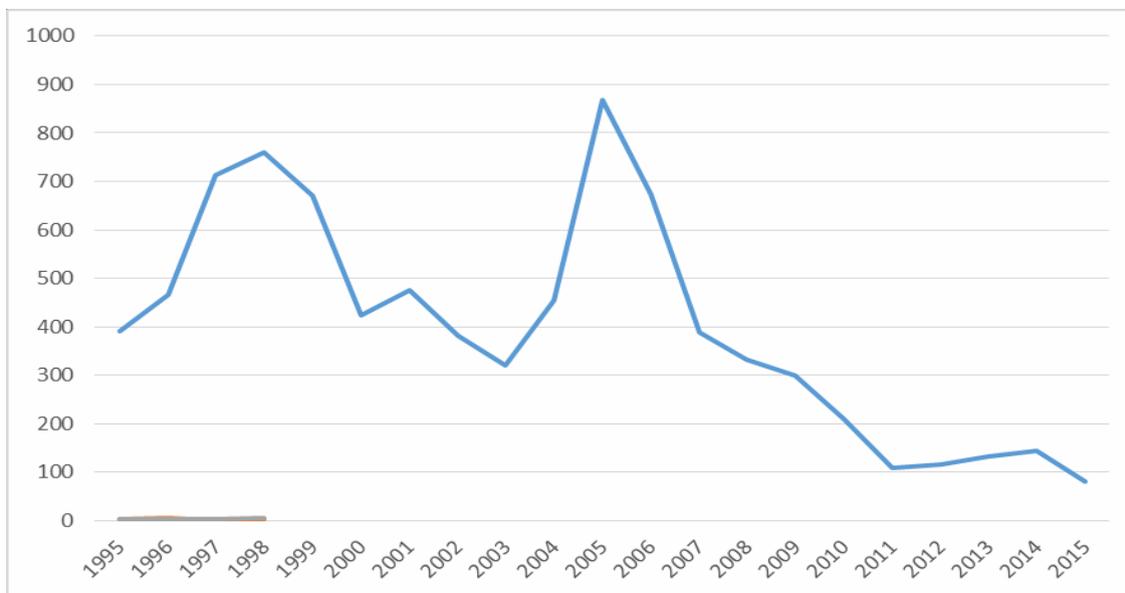


Figura 2. Gráfico dos Assentamentos Rurais – Projetos de Assentamentos

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2016).

Os números de Projetos de Assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária tiveram seu maior registro em 2005, quando foram instituídos 869 deles e, a partir desse ano, também houve decréscimos considerável na quantidade com apenas 81 projetos de assentamentos criados em 2015.

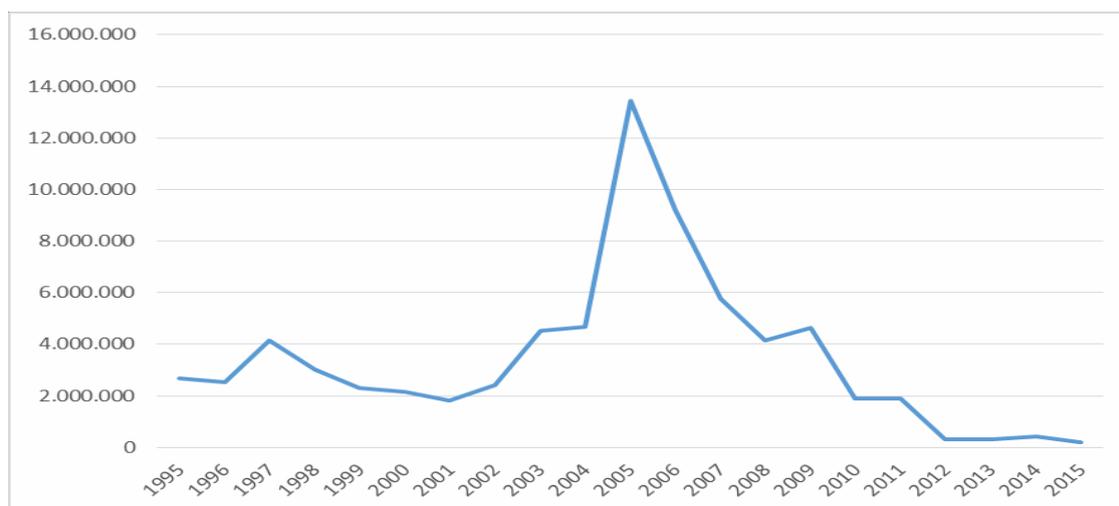


Figura 3. Gráfico dos Assentamentos Rurais – Áreas dos Assentamentos

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2016).

Os projetos de assentamentos rurais criados em 2005 foram realizados em áreas totais de 13.437.558 ha. Estes números também tiveram queda ao longo dos últimos anos e foram bastante tímidos em 2015, que apontam apenas 206.542 ha destinados para os assentamentos em todo Brasil. Em 2012, José Batista de Oliveira, integrante da coordenação nacional do MST, em entrevista ao jornal Estadão já alertava que os números comprovavam que a reforma agrária não era considerada prioritária pelo governo e estes eram vergonhosos (ARRUDA, 2012).

Os números do INCRA sobre os assentamentos no Estado de Mato Grosso guardam perfeita semelhança com os demais registros do país. Os dados da tabela três abaixo sinalizam o arrefecimento nas ações das políticas públicas voltadas à reforma agrária no estado, considerando que dos 549 assentamentos implantados, 490 deles, correspondentes a 89,25%, foram criados há mais de 10 anos, e apenas 59 (10,75%) mais recentemente, a menos de 10 anos. Os números das famílias assentadas também apresentam decréscimo na mesma proporção, sendo que foram assentadas 76.788 famílias (92,65%) há mais de 10 anos, e apenas 6.088 (7,35%) há menos de 10 anos.

Tabela 3 - SR 13 – Mato Grosso - todos os assentamentos

| | | |
|----------------------------|-------------------------------|--------------|
| Nº de assentamentos | | 549 |
| Nº de famílias assentadas | | 82.876 |
| Área de assentamentos (ha) | | 6.048.948,91 |
| PA com mais de dez anos | Nº de assentamentos | 490 |
| | Nº de famílias assentadas | 76.788 |
| PA com menos de dez anos | Nº de assentamentos | 59 |
| | Nº de famílias assentadas | 6.088 |
| Territórios da Cidadania | Nº de assentamentos | 284 |
| | Nº de famílias assentadas | 52.450 |
| PAC | Nº de municípios beneficiados | 114 |
| | Nº de famílias assentadas | 500 |
| | Nº de famílias assentadas | 77.267 |

Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> (2015)

Os assentamentos, conforme relatório do INCRA (2016), estão localizados em praticamente todo o Estado mato-grossense. Alguns municípios da baixada cuiabana concentram vários deles; como Rosário Oeste com 26 Projetos de Assentamentos; Nossa Senhora do Livramento com 23, e Poconé com 14. Outros municípios também registram grandes números de assentamentos como Confresa com 15; Novo Mundo com 14; Vila Bela da Santíssima Trindade com 11; Nova Canaã, Nova Guarita, São Félix do Araguaia e Juscimeira com 10 assentamentos cada um.

O declínio dos número dos projetos de assentamentos públicos da reforma agrária é preocupante. É necessário que as políticas públicas concentrem mais atenção nas ações voltadas à reforma agrária e ao assentamento de famílias à terra, de modo que estas favoreçam a permanência do homem no campo, com as possibilidades de produzir além de rendas para seu sustento, a sua cidadania e dignidade.

Em Mato Grosso há uma contradição entre o decréscimo dos números dos assentamentos criados nos últimos anos e os valores monetários dos bens e serviços finais produzidos que integram o Produto Interno Bruto (PIB).

Se no âmbito nacional o decréscimo do número de famílias assentadas à terra pode ser atribuído à crise na produção nacional, este mesmo argumento não se aplica no estado que apresentou nos últimos anos, segundo dados do IBGE, a segunda maior taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre os anos de 2002 a 2014.

Considerações Finais

As políticas estabelecidas para a ocupação da Amazônia possibilitaram o avanço do capital na região por meio de incentivos fiscais com privilégios a grandes agropecuárias, empresas, e aos latifundiários. Houve rápidas transformações econômicas, políticas e sociais que serviram como justificativas para a colonização que devastaram o meio ambiente com a derrubada das florestas, as queimadas, o uso dos defensivos agrícolas e fertilizantes lançados ao solo para assegurar a produtividade do plantio.

A expansão da Amazônia mato-grossense ocorreu por meio de empreendimentos protagonizados por instituições públicas e empresas

privadas. Deste modo, nem todo processo de ocupação ocorrida no estado pode ser caracterizado como a reforma agrária, como foi anunciado pelo governo e pela classe hegemônica, pois enquanto esta é uma ação social voltada às lutas dos movimentos em prol da distribuição de terras dos latifundiários àqueles que não as possuem, os assentamentos no estado foram realizados em sua maioria em terras devolutas e públicas num processo de colonização.

A colonização do estado deu-se a partir de 1970 sob o manto de políticas públicas que tinham como meta o desbravamento dos cerrados e da Amazônia mato-grossense, por meio de incentivos fiscais a empresas privadas a fim de alavancar o desenvolvimento da região. Os projetos de colonização em Mato Grosso seguiram ao intenso e padronizado processo de seleção dos assentados, que se distinguia como um controle de homens e de territórios.

No estado houve grande especulação financeira a partir da ditadura militar com aquisição de vastas extensões de terras realizadas por grandes agropecuárias e empresas nacionais e estrangeiras, que após a retirada das madeiras nobres e outros recursos naturais, foram vendidas com elevados lucros ou declaradas como de interesse social para fins de reforma agrária.

A colonização privada surgiu como uma opção por parte do Governo Federal para realizar uma ampla distribuição de terras. Todavia, em pouco tempo as colonizadoras/empresas privadas conseguiram se apoderar de grandes quantidades de hectares de terras públicas, uma vez que tinham respaldo e apoio dos órgãos federais e estaduais e de bancos oficiais, que concediam empréstimos com prazos e juros mais facilitados.

As políticas públicas planejadas para solucionar as questões fundiárias no Estado de Mato Grosso, possibilitaram vantagens ou benefícios à classe dominante incrementando ainda mais avanço do capital e a concentração de rendas. A partir da década de 1980 do século passado, as políticas de colonização foram direcionadas para atender o avanço da fronteira do agronegócio e proporcionar grandes lucros às colonizadoras por meio da comercialização da terra.

Os números dos projetos de assentamentos Rurais do INCRA apontam que estes são mais expressivos a partir da década de 90. Todavia, os registros demonstram que a maioria foi criada a mais de 10 anos evidenciando desaceleramento na criação de assentamentos rurais no país.

Grande quantidade de assentamentos no país foram criados na gestão dos últimos três presidentes da república, tendo seu ápice em 2006, quando estes começam a decair. Os dados servem como análise dos resultados das políticas voltadas para o assentamento de trabalhadores rurais ocorridos no período de 1995 a 2015.

Em Mato Grosso os números guardam a mesma simetria entre os números de projetos criados, famílias assentadas e áreas destinadas à reforma agrária. Os assentamentos, de acordo com relatório de criação de assentamentos do INCRA (2016), estão localizados em praticamente todo o território do Estado mato-grossense com a concentração destes na baixada cuiabana.

Os dados permitem a conclusão de que os projetos de Colonização possibilitaram o avanço do capital na Amazônia por meio de vantagens fiscais a grandes empresas, agropecuárias e a latifundiários para que fossem explorados produtos primários com grande consequências ambientais, econômicas, políticas à região. Também os números de projetos de assentamentos rurais realizados pelo INCRA, no estado de Mato Grosso, apresentaram uma curva descendente demonstrando que as políticas públicas para a reforma agrária poderiam ser mais dinâmicas e eficazes, para assentar mais unidades familiares à terra, a fim de que produzam rendas e dignidade e constituía efetivamente um instrumento de integração do homem à terra.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, M. S. S. Desenvolvimento e militarismo na Amazônia. In. GARCIA, D. S. C.; MICELI, P. C. (Org.). **História e fronteira**. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014. 223p.

ARRUDA, R. **Sob Dilma, assentamentos diminuem**. O Estado de São Paulo. 05.03.2012. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sob-dilma-assentamentos-diminuem,844425>. Acesso em 25.10.2016.

BARROZO, J. C. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o centro-oeste. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p.

BARROZO, J. C. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá/MT, EdUFMT, 2010. 304p.

CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZI, M.; PRETI, O. **A colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. 2ed. Cuiabá: EdUFMT/NERU, 2002, 236p.

FACHIM, O. **Fundamentos de metodologia**. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 200p.

FURTADO, P. J. Nova Mutum, MT: colonização particular, migração sulista e cultura “gaúcha”. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)organização da terra na fronteira Amazônia (Século XX)**. São Leopoldo: OIKOS; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010. 304p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. 2ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1985. 103p.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 249p.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 137p.

IANI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Editora brasiliense, 2004. 256p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Históricas e estatísticas**. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN52&t=produto-interno-bruto-br-valores-correntes>. Acesso 17.12.2016.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 23.03.2016.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009. 191p.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla – 1892-1992. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007. 310p.

NALON, T. Dados do Incra mostram redução de assentamentos para reforma agrária. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/10/dados-do-incra-mostram-reducao-de-assentamentos-para-reforma-agraria.html>. Acesso em 10.02.2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PICOLI, F. **Amazônia e o capital**: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005. 143p.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256p.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos**: exclusão e luta: do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais**: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso. São Paulo: Loyola, 1985. 263p.

SILVA, A. C. F. **Nas trilhas da memória**: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – Gleba Rio Ferro (1950-1960). Dissertação (Mestrado em História) –

Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SOUZA, E. A. História de Sinop: sociedade imobiliária noroeste do Paraná. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p.

SOUZA, E. A. de. **O poder na fronteira**: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013. 251p.

Artigo II

Colonização do Norte de Mato Grosso e as Empresas Agropecuárias na Expansão do Capital

Gildete Evangelista da Silva

Resumo

O artigo analisa o processo de expansão da região norte do Estado de Mato Grosso, considerando o avanço do capital financeiro na instalação de agropecuárias em grandes extensões de terras, com juros subsidiados e incentivos fiscais concedidos por instituições governamentais. O estudo filia-se aos pressupostos teórico-metodológico do método de pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, com a prospecção de dados realizada em fontes secundárias, mediante utilização do método de levantamento bibliográfico. Os dados apontam que a ocupação da Amazônia Mato-grossense delineou-se como um projeto voltado para a expansão de áreas que os militares e a classe hegemônica do país chamavam de grandes vazios, respaldada em políticas governamentais como um programa orientado para o avanço do capital sobre as terras da região. Os programas tiveram resultados mais expressivos no seu dinamismo especulativo do que social e intensificaram a implantação de grandes latifúndios, o que gerou inúmeros conflitos e violências aos povos indígenas, ribeirinhos e posseiros.

Palavras-chave: Fronteira, Capital, Agropecuárias, Incentivos Fiscais.

Colonization of the North of Mato Grosso: agricultural enterprises in the expansion of capital

Abstract

This article analyzes the process of expansion of the Northern region of the State of Mato Grosso, considering the advance of the financial capital in the installation of agriculture in large areas of land, with subsidized interest and tax incentives granted by governmental institutions. The study is based on the theoretical and methodological assumptions of the qualitative research method, exploratory and descriptive, with the prospection of data from secondary sources, using the bibliographic survey method. The data indicate that the occupation of the Mato Grosso Amazon was outlined as a project aimed at expanding areas that the military and the hegemonic class of the country called large gaps, backed by government policies as a program aimed at advancing capital on the lands of the region. The programs had more expressive results in their speculative than social dynamism and intensified the implantation of large estates, which generated numerous conflicts and violence to the indigenous, riverside and land squatter people.

Keywords: Expansion, Capital, Agro livestock, Tax incentives.

Introdução

Após o golpe de estado em 1964, com o apoio expressivo de setores hegemônicos da sociedade brasileira como o clero, os latifundiários, a imprensa e as grandes empresas, o governo militar transformou os espaços territoriais da Amazônia legal em franca expansão do capital.

Esses espaços até a década de 1960, em grande parte, pertenciam à União e aos Estados e foram considerados desabitados pelos militares. Assim, seus discursos e ações convergiram para a ocupação de vazios, mas a região já era ocupada há tempos por povos indígenas, por uma população de camponeses e por ribeirinhos que ali haviam se instalado com suas famílias.

A partir dessa década, os militares planejaram vários programas para a ocupação do Centro Oeste e da Amazônia, que favoreceram grandes proprietários e atraíram o capital para a região aos lhes conceder incentivos fiscais, inicialmente para implantar pastagens e, logo a seguir, grandes lavouras

para o desenvolvimento do agronegócio. O regime militar optou por apressar o processo de ocupação, definindo as suas formas de realização com o lema de que de estes vazios deveriam ser integrados ao Brasil para não serem entregues a supostas potências estrangeiras (MARTINS, 2009).

O agronegócio ocupa, hoje, vastas extensões de terras em todo estado e avança, cada vez mais, em direção norte na região da floresta amazônica. As políticas expansionistas instituídas pelos governantes intensificaram o estabelecimento de atividades produtivas direcionadas a nova fronteira agrícola, com a ocupação/reocupação de vastas áreas de terras onde milhares de famílias foram assentadas, principalmente, originadas dos estados do sul do país, que produzem *commodities* que são direcionadas, em sua maioria, para a exportação e, com isso, promovem divisas tanto para os produtores como para o Brasil.

Durante os governos militares, na Amazônia Mato-Grossense, foi criado um artifício para a constituição e consolidação de latifúndios e a formação de empresas de pecuária, agricultura e extrativismo para conectar a região às exigências extensivas do capitalismo. Para Ianni (1986) encontrava-se em andamento, neste período, um vasto procedimento para a criação ou solidificação de latifúndios, estâncias e empresas pecuárias, agrícolas e de extrativismos, em que a terra se transfigura em mercadoria para atender as exigências do capitalismo na Amazônia.

Além disso, as leis estaduais ou federais nesse período, inspiradas no discurso de ordenamento legal para demarcar terras indígenas, quantificar e estabelecer limites para as terras devolutas, planejar e caracterizar a finalidade das terras públicas, direcionar e criar políticas para a colonização oficial, possibilitaram inúmeros incentivos fiscais para as colonizadoras particulares e para os latifundiários, a despeito de serem apresentadas com a justificativa de que deveriam ser sancionadas para acabar, atenuar ou evitar conflitos sociais, ou para possibilitar condições ao acesso aos pequenos trabalhadores rurais sem terra.

No período da ditadura militar os governos beneficiaram largamente as empresas agropecuárias privadas como estratégia de ocupação e de integração da região às demais economias do centro sul, contemplando-as com grandes áreas de terras e com incentivos fiscais, beneficiando os conglomerados nacionais e estrangeiros. Estas ações caracterizam a ocupação das terras da

Amazônia Legal como um processo de contra reforma agrária, desvirtuando do que é preconizado no próprio Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que define a Reforma Agrária como o “conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade”.

Desse modo, a Reforma Agrária que deveria ser um processo de organização fundiária decorrente de ações emanadas de políticas públicas específicas responsáveis pela distribuição de terras às famílias de agricultores sem terra, com vistas a promover a equidade de direitos e, simultaneamente, reparar a dívida social para com essa população que, historicamente, teve seus direitos negados, foi transformada em instrumento de expansão e acumulação de capital, para atender aos interesses do mercado.

No Estado de Mato Grosso, as políticas públicas direcionadas a solução dos problemas fundiários quase sempre estiveram a serviço de algum tipo de vantagem ou benefício à categoria social dominante, visto a necessidade de fortalecer amplamente o avanço do capital e a concentração de rendas. A partir da década de 80 do século passado, as políticas de colonização direcionaram para o atendimento ao avanço da fronteira do agronegócio e para produção de grandes lucros às colonizadoras por meio da comercialização da terra.

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de expansão da região norte do Estado de Mato Grosso, considerando o avanço do capital financeiro que possibilitou a instalação de grandes agropecuárias, visto que a ocupação de vastas extensões de terras foi respaldada em políticas governamentais, como um programa orientado para o avanço do capital nacional e estrangeiro sobre as terras da região da Amazônia.

Material e Métodos

A pesquisa contempla um recorte temporal a partir da década de 1960. Isso foi necessário considerando a historicidade da expansão em direção oeste do país, que já vinha acontecendo paulatinamente desde o começo do século XX, intensificada a partir do governo Vargas na década de 1930 e, propositalmente incrementada a partir dos governos militares que pretenderam

incorporar a extensa área do centro oeste e norte do país, que chamavam de despovoada, à economia do centro sul. Para este intento organizaram e promoveram a distribuição de grandes quantidades de terras à empresas agropecuárias e a latifundiários.

A investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa de cunho exploratória descritiva. A pesquisa qualitativa foi escolhida por se caracterizar como um método de investigação científica que prioriza a subjetividade do que está sendo analisado, considerando suas particularidades e experiências individuais. Para Goldenberg (2003, p. 49), “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”.

O levantamento de dados da pesquisa qualitativa foi realizado por meio de fontes secundárias sobre a Questão Fundiária e a Reforma Agrária, considerando de um lado, que no Estado de Mato Grosso, as políticas públicas possibilitaram a instalação de grandes empresas agropecuárias em extensas áreas de terras incrementando o latifúndio e permitiram, também, que empresas de colonização adquirissem vastas extensões de terras para serem revendidas ao colonos com largas margens de lucro e, de outro lado, que houve um “descompasso” (eufemismo para a palavra “falta de vontade”), nos planejamentos e projetos dos governos para assentar pessoas sem terra em lotes rurais, com o propósito de lhes possibilitar trabalho e renda. “O levantamento de fontes secundárias dados possibilita, segundo Gil (2008), um maior alcance de informações e permite a utilização de dados que se encontram dispersos em inúmeras publicações.

O levantamento de fontes secundárias foi utilizado como método ou processo sistemático de investigação para atender aos objetivos do trabalho de pesquisa. Para este intento foram seguidos os critérios sugeridos por Lima e Miotto (2007) de modo que para a coleta de dados foram definidos: a) os parâmetros temáticos (classificação as obras de acordo com os temas que lhe são correlatos); b) os parâmetros cronológicos de publicação (seleção das obras de acordo com o período pesquisado); c) a leitura seletiva (determinação do material de acordo com os objetivos da pesquisa; d) a leitura reflexiva e crítica (estudo crítico do material com vista a elucidar os objetivos propostos); e) leitura interpretativa (análise e interpretação das ideias dos autores).

Resultados e Discussão

O Avanço do Capital na Amazônia e as grandes Empresas Agropecuárias

A preocupação com a ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro aparece com mais intensidade a partir do governo de Getúlio Vargas, que em seus discursos evidenciava a necessidade de integração dessas regiões ao centro sul do país. Todavia, a ocupação do extremo oeste e da região norte brasileira já era uma preocupação desde os tempos da coroa portuguesa que necessitava consolidar seus limites territoriais.

Até a metade do século passado esta ocupação foi lenta e espontânea. Contudo, a partir dos anos de 1960, o regime militar optou por apressar este processo definindo as suas formas de realização com o lema de que de estes vazios deveriam ser integrados ao Brasil para não serem entregues a supostas potências estrangeiras (MARTINS, 2009).

O presidente Getúlio Vargas defendia a necessidade de uma política de povoamento e de viabilização de infraestrutura para estas regiões e enfatizava a necessidade de ocupação do que chamava de vazios demográficos, a fim de integrá-los ao território nacional para que tornassem produtivos para o mercado, criando um conjunto de medidas que os serviços de propaganda do governo chamou de Marcha para Oeste (BARROZO, 2008).

“A marcha para o oeste, anunciada em 1938 pelo Presidente Getúlio Vargas, é o sintoma das preocupações do governo em ocupar “grandes vazios”, no intuito não só de manter a política do País como também, no dizer de Getúlio Vargas, de preencher os espaços vazios entre as “ilhas econômicas” que formavam o Brasil” (CASTRO *et al.*, 2002, p. 29).

A marcha para o oeste tinha como fins impulsionar a migração para a região do extremo oeste do país e, para esta finalidade foram planejadas algumas políticas demográficas que incentivavam a ocupação como a construção de estradas, a criação de colônias agrícolas e o apoio a produção. Para BARROZO (2008), estes objetivos eram amplamente explicitados como para ocupar espaços vazios do centro oeste e da Amazônia possibilitando a produção para o mercado, além e esvaziar centros urbanos com grande índice

demográfico.

“Os militares falavam em “ocupação de vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos” (MARTINS, 2009, p. 74).

Para esse propósito, o governo militar arquitetou várias ações para a ocupação do Centro Oeste e da Amazônia, que favoreceram, sobremaneira, a grandes proprietários e atraíram capitais nacionais e internacionais ao lhes conceder incentivos fiscais para, primeiramente, implantar pastagens e, logo a seguir, grandes lavouras para o desenvolvimento do agronegócio.

Foram, então, criadas várias políticas públicas colonizadoras com propósitos desenvolvimentistas com a intenção simultânea de resolver conflitos sociais do centro sul do país e povoar a Amazônia. Todavia, muitos destes planos políticos apenas incrementaram a hegemonia das elites agrárias, ao lhes conceder créditos e incentivos que se configuram como grandes estratégias para a expansão do capital na região.

Segundo MORENO (2007), o governador de Mato Grosso no período de 1947 a 1950, Arnaldo Estevão de Figueiredo, pôs em prática a política de colonização para propiciar o desenvolvimento do norte do estado, cujo plano tinha como suporte a estratégia de ocupação do oeste brasileiro do Estado Novo, com o propósito de solucionar as contradições no Campo. O plano político do governador consistiu na implantação de projetos de colonização por empresas privadas, que lhes possibilitaram grandes vantagens econômicas e, ao governador, outros benefícios tanto partidários como eleitoreiros.

Na década de 1950, cerca de quatro milhões de hectares de terras para colonização foram alienadas pelos governadores de Mato Grosso, em sintonia com o plano político do governo federal. Muitas empresas adquiriram as áreas e as mantiveram como reserva de valor até a década de 70, quando houve no estado intensa demanda por terras por migrantes, aumentando significativamente seu preço no mercado (BARROZO, 2010).

“Quem possuía condições econômicas e gerenciais para efetuar a rápida ocupação do território? Os fazendeiros e industriais, certamente. Daí os incentivos fiscais e o crédito a juros baixos privilegiando esses segmentos sociais e cumprindo com eficácia os objetivos perseguidos” (BECKER, 2005, p. 37).

A política desenvolvimentista dos governos militares recebeu apoio dos capitalistas, da classe média e de grupos conservadores da igreja, que se mobilizaram nacionalmente contra as reformas sociais de João Goulart, invocando para isto a importância da tradição e os valores sociais (MARTINS, 1994). Desse modo, o governo militar apresentou seu plano de reforma agrária (ou contra reforma) instituindo no Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, critérios de desapropriação mais concisos e intencionalmente planejados de modo a estabelecer proteção ao capitalismo, ao incluir no texto o interesse social nas desapropriações e formulando com precisão as terras que poderiam ou não ser desapropriadas. O estatuto da terra centrava-se na orientação econômica para que a reforma agrária fosse um marco desenvolvimentista da agricultura, sob a égide e aos ditames do capitalismo, principalmente, com o direcionamento de uma política voltada para a ocupação das terras da Amazônia.

“O momento amazônico da “fúria modernizadora” da ditadura, a política regional subordinada à modernização da agricultura nacional, conduzida pelo estado de exceção resultante do golpe de 1964, apresenta uma característica principal: a centralidade na grande empresa, a quem é dada a preferência no processo de desenvolvimento agropecuário regional” (COSTA, 1998, 15-16).

As políticas públicas adotaram estratégias especialmente direcionadas ao atendimento das empresas privadas nacionais e estrangeiras contemplando-as com grandes extensões de terras na Amazônia. A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), segundo CARDOSO e MÜLLER (2008, p. 81) “canaliza um sem-número de incentivos (econômico-fiscais, entre

outros) com a finalidade de levar a empresa privada a participar do desenvolvimento da Amazônia”.

A Amazônia foi ocupada para atender razões geopolíticas e econômicas, internas e externas. No plano nacional, a ocupação foi apresentada como respostas aos problemas sociais do Nordeste ou dar prosseguimento ao crescimento do Sudeste com a possibilidade de novos mercados e de novos investimentos. Externamente, a ocupação da Amazônia foi anunciada como preocupação com sua vulnerabilidade considerando sua extensa área e posição de isolamento, e ainda, com a necessidade de possibilitar a presença brasileira na exploração de recursos naturais (BECKER, 2005).

O Governo Militar tinha muitos discursos sobre o seu papel na ocupação da Amazônia. Um deles foi expresso por Costa Cavalcanti, ministro do interior durante o mandato do Presidente Costa e Silva, que em visita ao Projeto Suiá-Missu localizado no noroeste do estado de Mato Grosso, declarou que “o papel do governo no desenvolvimento da Amazônia era apoiar a iniciativa privada, auxiliá-la no que for necessário e, não, atrapalhá-la” (CARDOSO; MÜLLER, 2008, p. 123).

Nesse período, havia entre a classe hegemônica do país, uma crescente convicção de que a ocupação da Amazônia deveria ser por meio de empresas privadas com suas dinâmicas empresariais, considerando que a burocracia pública emperrava os acontecimentos e a pressa nos retornos dos investimentos. Altos escalões do governo militar compactuavam, também, com este direcionamento ao opinar que “era necessário introduzir modificações na política de ocupação da Amazônia para permitir dinamizar a iniciativa privada, em vez de limitar a ação governamental à colonização” (CARDOSO; MÜLLER, 2008, p. 125).

“O programa federal de colonização particular dividia-se em “colonização empresarial”, destinado à implantação de projetos de agropecuários, agroindustriais, agrominerais e outros, e em “colonização de povoamento”, vinculando a política fundiária aos interesses da política econômica, francamente favorável ao estabelecimento de grandes empresas capitalistas nas áreas de fronteira” (MORENO, 2007, p. 156).

Como os obstáculos apresentados para o desenvolvimento da Amazônia centravam-se na insuficiência de capitais produtivos e na falta de infraestrutura para dar suporte a novos investimentos, a proposta do governo era de que para atrair capitais produtivos, seria necessário oferecer incentivos fiscais a grandes empresas nacionais e do exterior para se instalarem na região. Desse modo, os incentivos fiscais foram legalmente reorientados a partir de 1967 para as atividades de pecuária, extração de madeira e mineração e permitiriam que grandes empresas destinassem parte ou todo imposto de renda que deveriam recolher aos cofres públicos, para criar com estes recursos novas empresas na região (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005).

Os incentivos fiscais concedidos pelos órgãos oficiais do governo deram ampla sustentação e possibilitaram a ocupação da iniciativa privada na Amazônia. “Com o avanço do capitalismo e suas implicações sócio-políticas, foram liberados por meio da SUDAM, BASA e Banco do Brasil, financiamentos para favorecer os grandes produtores rurais como créditos e mecanização agrícola” (SOUZA, 2013, p. 41).

A ocupação da Amazônia Mato-grossense foi realizada sob aos ditames do capital financeiro que trouxe sérios conflitos e impôs muitas violências aos povos indígenas, ribeirinhos e posseiros. Grande parte deste processo, viabilizado por meio de projetos agropecuários e de colonização planejados pelo Governo Federal como o PIN - Plano de Integração Nacional (1970), o PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (1971/1978), o PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (1972/1974), o POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia (1974) e o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975).

Os incentivos fiscais segundo CARDOSO e MÜLLER (2008) perfilaram no tempo a política de sustentação da iniciativa privada na Amazônia. A partir de 1965 a 1973 foram liberados, como incentivos fiscais o montante de Cr\$ 1.601.590.827,00 para os setores agropecuários (50,6%), industrial (41,5%) e de serviços básicos na Amazônia (7,9%).

Tabela 1. Incentivos Fiscais liberados pela SUDAM na Amazônia - 1965 a 1973

| Anos | Setor Agropecuário | Setor Industrial | Setor Serviços Básicos | Total Liberado |
|-------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|---------------------------|
| 1965 | - | 1.101.418 | - | 1.101.418 |
| 1966 | 1.170.254 | 8.249.541 | - | 9.419.795 |
| 1967 | 10.493.518 | 20.197.647 | 53.941 | 30.745.106 |
| 1968 | 29.890.865 | 37.474.553 | 13.044.382 | 80.409.800 |
| 1969 | 75.724.743 | 67.963.073 | 6.336.321 | 150.024.137 |
| 1970 | 170.130.339 | 123.242.390 | 37.570.161 | 330.942.890 |
| 1971 | 168.269.558 | 134.947.091 | 30.406.970 | 333.623.619 |
| 1972 | 180.304.280 | 116.869.017 | 27.774.376 | 324.947.673 |
| 1973 | 174.198.128 | 153.713.637 | 12.464.624 | 340.376.389 |
| TOT. | 810.181.685 | 663.758.367 | 127.650.775 | 1.601.590.827 |

Fonte: Adaptado de CARDOSO e MÜLLER (2008) - Dados de outubro de 1973

Esses números tiveram crescimento abrupto de 10,75%, de outubro de 1973 a maio de 1974, quando chegaram ao patamar de Cr\$ 1.773.717.638,00 de incentivos fiscais concedidos para a região, sendo estes no valor de Cr\$ 666.446.598,00, para o estado de Mato Grosso correspondentes a 37,57% do montante e de CR\$ 609.882.299, 34,38% para o estado do Pará.

Foram apoiados com incentivos fiscais para 498 projetos a serem desenvolvidos na Amazônia, que se concentraram mais nesses dois estados, que juntos tiveram 368 projetos aprovados, sendo 192 (38,55%) para o Estado de Mato Grosso e 176 (35,34%) para o estado do Pará.

Tabela 2. Incentivos Fiscais liberados pela SUDAM na Amazônia até maio de 1974.

| Discriminação | Projetos | Investimento Total | Incentivos | |
|----------------------|-----------------|-------------------------------|----------------------|------------------|
| | | | Comprometidos | Liberados |
| Setorial | | | | |
| Agropecuário | 312 | 2.860.044.716 | 2.096.256.239 | 905.741.473 |
| Indústria | 168 | 3.138.942.127 | 1.830.329.940 | 740.031.243 |

| | | | | |
|------------------|-----|---------------|---------------|---------------|
| Serviços básicos | 18 | 1.551.093.337 | 439.505.343 | 127.942.922 |
| Total | 498 | 7.550.080.180 | 4.366.091.522 | 1.773.717.638 |
| Espacial | | | | |
| Acre | 2 | 28.487.026 | 15.411.691 | 14.693.250 |
| Amapá | 7 | 362.176.337 | 200.492.377 | 73.680.577 |
| Amazonas | 55 | 1.833.207.114 | 717.834.434 | 218.954.728 |
| Goiás | 30 | 246.019.138 | 176.758.950 | 88.232.652 |
| Maranhão | 29 | 311.184.495 | 198.600.556 | 94.287.843 |
| Mato Grosso | 192 | 2.104.863.907 | 1.524.174.429 | 666.446.598 |
| Pará | 176 | 2.606.235.250 | 1.494.928.025 | 609.882.299 |
| Rondônia | 7 | 57.906.913 | 37.891.060 | 7.539.691 |
| Roraima | - | - | - | - |
| Total | | 7.550.080.180 | 4.366.091.522 | 1.773.717.638 |

Fonte: Adaptado de CARDOSO e MÜLLER (2008).

Nesse período houve a implantação de grandes empresas voltadas à pecuária na região norte de Mato Grosso, que se beneficiaram não só dos incentivos fiscais, mas também de recursos financeiros a juros subsidiados e abaixo do preço de mercado. LOUREIRO e ARAGÃO PINTO (2005) enfatizam que o Governo Federal poderia incentivar a modernização das atividades de pequenos e médios produtores ou destinar investimentos para áreas sociais como saúde e educação. Contudo, este optou por atender a grandes empresas, que muitas vezes nem investiram os recursos em empresas na região, utilizando-os na aquisição de mais terras para futuras especulações, em empresas situadas em outros estados do centro sul do país, ou ainda, em empresas criadas de forma fictícias apenas para se beneficiarem das benesses proporcionadas pelos incentivos fiscais.

“As facilidades legais para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terras[...] Assim foram vendidos terras com moradores seculares habitando nelas [...] e somente quando os novos proprietários começavam a queimar a mata para formar pastos ou derrubá-los para

vender a madeira, os antigos moradores se deparavam com o fato de que as terras em que moravam haviam sido vendidas” (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005, p. 80).

Segundo CARDOSO e MÜLLER (2008), pode-se inferir que houve certo êxito na ação de expansão planejada, todavia esta foi amplamente favorável a iniciativa privada na Amazônia sendo discutível o impacto social de tais programas governamentais, uma vez que os resultados em termos sociais foram muito modestos principalmente no setor agropecuário, o mais beneficiado na política de incentivos fiscais. O impacto social como a geração de empregos nas fazendas de criação de gado é maior apenas na fase da abertura e construção de estradas, reduzindo para pouquíssimos postos de trabalho depois que estas são implantadas.

As oportunidades eram amplamente favoráveis ao capital e muitas empresas multinacionais ou nacionais, instalaram-se na região da Amazônia. De acordo com Picoli (2004), as agropecuárias conseguiram muitos recursos de incentivos fiscais e créditos subsidiados, mas pouco contribuíram para o desenvolvimento do país ou para o desenvolvimento local, denotando que foram criadas apenas para dar prosseguimento a especulação imobiliária. O autor apresenta algumas empresas que se instalaram na Amazônia a partir de 1964 com apoio de incentivos fiscais como o Projeto Jari, Suiá-Missu, Codeara, Georgia Pacific, Bruynzeel, Robim Mac Glolm, Toyamnka Volkswagen e também, grandes grupos econômicos como o Bradesco, a Atlântica Boa Vista, o Bamerindus, a Swift, Supergasbrás etc.

“A Agropecuária Suiá-Missu era proprietária de uma área de 695 mil hectares, situada no município de São Félix do Araguaia do Araguaia. Ela foi uma das primeiras empresas, instaladas no Araguaia, no Estado de Mato Grosso, a ser aprovada pela SUDAM, sendo proprietária de maior área e do maior volume de incentivos fiscais” (BARROZO, 2010, p. 22).

As empresas agropecuárias utilizaram a terra como mercadoria.

Adquiriram-nas a pequenos preços e anos mais tarde se desfizeram delas com grandes lucros, vendendo-as no mercado imobiliário ou, ainda, algumas outras conseguiram que estas fossem declaradas como de interesse social para fins de reforma agrária e foram desapropriadas pelo governo para assentamento de trabalhadores rurais sem terras.

Um desses casos pode ser apontado em Roraima. Segundo o site do INCRA (2017), naquele Estado foi criado, em 15 de outubro de 2001, o Projeto de Assentamento Nova Amazônia por meio da Portaria/SR-25/nº. 010/2001, numa área total de 77.688,3800 hectares, localizado em duas áreas distintas, com capacidade para assentar 800 famílias. A primeira delas compreendia as fazendas Murupú e Cauamé, a 30 km da capital Boa Vista, localizadas à margem esquerda da BR-174. A segunda área era a fazenda Truarú, localizada a 45 km de Boa Vista na margem direita da BR-174. A área do Assentamento era conhecida popularmente como Fazenda Bamerindus e foi entregue pelos seus proprietários, sob forma de doação em pagamento à União, que a transferiu ao Incra para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Em 2005, a área foi dividida em dois assentamentos e, na atualidade, o Projeto de Assentamento Nova Amazônia ocupa uma área de 27.391,2700 hectares, com capacidade para 570 famílias e o Amazônia I medindo 35.062,4035 hectares, com capacidade para 430 parcelas.

Outro caso citado por BUCLET (2005) é da Volkswagen, empresa multinacional de produção de veículos automotores, que em 1973 adquiriu 140.000 hectares de terras no Município de Santana do Araguaia no Sul do Pará. A subsidiária Brasileira atuando no ramo da pecuária, era conhecida como Companhia Vale do Rio Cristalino e as razões apresentadas aos acionistas para explicar o investimento na região, foi o entusiasmo para a exploração agrícola do então presidente da empresa, Wolfgang Sauer, a necessidade de reforçar a imagem da empresa como multinacional comprometida com um país em busca do progresso e a expectativa de excelentes lucros.

Segundo FERNANDES (2015), as terras ficaram em posse da Companhia Vale do Rio Cristalino durante 13 anos e tinha o propósito de demonstrar que a pecuária nos trópicos poderia obter tanto sucesso quanto a implementada nos climas temperados. Todavia, nesse período a empresa envolveu-se em diversos conflitos, tanto sociais como ambientais, sendo inclusive acusada de trabalho

escravo e de agredir o meio ambiente por meio de incêndios florestais. Endividada e deteriorada, a empresa foi inicialmente vendida em 1986 ao grupo empresarial Matsubara, e como a venda foi anulada por falta de pagamento a área foi adquirida, em leilão, por um pecuarista paulista.

Os proprietários da região de Santana do Araguaia, segundo a autora, descobriram as grandes vantagens financeiras possibilitadas pelas desapropriações de terra. As áreas em conflitos eram negociadas por preços abaixo do valor de mercado, para serem planejadamente invadidas por agricultores sem terras, forçando o Incra a desapropriá-las em montantes muito superiores aos valores pagos por elas. Assim, parte da Fazenda Vale do Rio Cristalino também foi desapropriada em 08.12.1998 para a implantação da Reforma Agrária e o Projeto de Assentamento Rio Cristalino foi criado conforme Portaria 0096 de 19.08.1999, numa área de 14.557,0408 hectares com capacidade para assentar 485 famílias.

Em Mato Grosso, muitas empresas adquiriram, também, vastas extensões de terras que depois foram declaradas como de interesse social para fins de reforma, como as terras da empresa Sadia II, com 10.113,7430 hectares e a Fazenda Vale do Verde com 2.077,2887 has, localizadas no município de Cáceres. Ambas foram transformadas no Projeto de Assentamento Sadia Vale Verde, por meio das portarias INCRA/SR(13) Nº 108 de 12.12.96 e 094 de 19.07.97 respectivamente, agrupadas por meio da portaria de 025, de 24.04.2003.

Outras, como a Fazenda Suiá-Missu no noroeste do estado, teve o início de sua história ainda na década de 1950, quando Ariosto da Riva adquiriu a fazenda, com aproximadamente meio milhão de hectares de terras em território Xavante. Ariosto era conhecido como especialista em limpeza de áreas e grande desbravador de áreas ainda virgens, implantador de fazendas e criador de cidades, utilizando para este intento a remoção de índios e posseiros pobres e sem título de propriedade (MARTINS, 2012).

Segundo Martins (2012), Da Riva em 1961 associou-se ao grupo Ometto, de São Paulo e a propriedade passou a ter território de aproximadamente 800 mil hectares, na época, o maior latifúndio brasileiro. Os índios continuaram morando na fazenda, mas foram sendo dizimados, visto que tornaram-se entraves para os proprietários, e a solução foi retirá-los da área em aviões da

Força Aérea Brasileira a pedido de Da Riva. Nessa migração forçada, 63 deles morreram de gripe. Em 1972, os índios expulsos da Suiá-Missu estavam exilados nas reservas de São Marcos, Merure, Sangradouro, Areões e São Domingos, locais distantes aproximadamente 400 quilômetros de suas origens ocasionando um estrangulamento cultural de suas organizações como grupos tribais.

Na década de 1980, a propriedade rural foi vendida para a empresa italiana AGIP Petrolí, que sofreu muitas pressões de ambientalistas o que culminou em constrangimentos do grupo na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, a Eco 92, ao ponto de o presidente da corporação, Gabriel Cagliari, prometer a devolução da área aos Xavante. Após invasões e muitos conflitos na região, foi criado o Assentamento do Incra com aproximadamente 30.000 hectares para assentamento de 660 famílias.

Em Sinop (MT) uma extensa área de terras devolutas foi adquirida pela Mercedes Bens do Brasil na década de 60. Segundo PERIPOLLI (2008), a legislação em vigor permitia que qualquer um poderia adquirir terras devolutas até o limite de 10.000 hectares. Todavia, o grupo Mercedes Bens conseguiu se apropriar de aproximadamente 500 mil hectares, ludibriando a lei com a criação de dez empresas e adquirindo várias propriedades de terceiros em nome delas, de modo que cada uma totalizou áreas de 40, 50 e até 60 mil hectares que garantiu, com sucesso, empréstimos e financiamentos da SUDAM.

A área em 1974 foi vendida, segundo o autor, cuja transação foi avalizada pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), que mais tarde quitou os débitos e ficou com as terras por falta de pagamento pelo comprador. Posteriormente, as terras foram partilhadas entre os herdeiros e, uma delas denominada fazenda Sequóia, por sua vez, foi repartida em várias outras. O Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos com área de 38.291,00 hectares, foi criado numa dessas partes, por meio da portaria 103, de 26 de novembro de 1997, com capacidade para assentar 647 famílias.

Processo de Criação e Implantação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos

A criação e implantação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos em Juara tem as mesmas características e similaridades do uso da terra para a

mercantilização. As terras do assentamento pertenciam a Fazenda Bom Sucesso de propriedade da empresa Lwart Agro Industrial Ltda, que adquiriu 05 propriedades da empresa Trecente Agrícola Ltda., em 06.10.1994.

As terras foram declaradas como de interesse social para reforma agrária pelo Decreto Federal nº 6, de 06 de novembro de 2002 e o Assentamento foi criado pela Portaria nº 49 do INCRA, publicada no Diário Oficial da União de 19.09.2003. Em diálogo com os assentados desse Projeto, esses informaram que a área já havia sido invadida pelos agricultores sem terras antes mesmo da desapropriação, em decorrência de um acordo entre os proprietários da fazenda e o sindicato dos trabalhadores rurais de Juara, a fim de pressionar o governo a desapropriar a área para fins de reforma agrária.

As terras na Amazônia foram “colonizadas e entregues aos proprietários de grandes empresas e os direitos humanos, durante décadas, estiveram subordinados aos direitos do capital [...] Nesse período, a terra pública transformou-se, por meios legais, fraude ou grilagem, em terra privada” (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005, p. 80). Para os autores isso foi possível devido a orientações emanadas em duas normas elaboradas pelo Conselho de Segurança nacional, apresentadas como exposições de motivos 05 e 06, de 06 de junho de 1976, que possibilitaram indiscriminadamente a regularização de terras públicas e devolutas, atendendo especialmente aos requerimentos de negociadores de terras, seus procuradores e os escritórios especializados em especulações imobiliárias, acelerando a legalização de fraude e da grilagem que intensificaram os conflitos de terras na região.

“A expulsão dos moradores tornava o conflito uma prática cotidiana. Como as terras pertenciam, por posse imemorial aos antigos moradores, o governo encontrou um mecanismo para regularizá-las e criou condições que permitiam ao novo proprietário se apropriar da terra numa extensão muito maior do que aquela que fora realmente adquirida” (LOUREIRO; ARAGÃO PINTO, 2005, p. 80).

A ocupação dos grandes vazios na Amazônia é recrudescida a partir da década de 1960, com os governos militares. Todavia, a invasão de terras na

região já acontecia há muito tempo gerando inúmeros conflitos e mortes. Para PICOLI (2005) a Amazônia ao longo da história demonstrou tendência em servir ao mercado mundial.

“A União entre o Estado e o capital, passa a estabelecer os limites, as formas de atuação e os requintes de crueldade com os povos originários e os posseiros. Esses cumprem um papel importantíssimo, o de “amaciadores da terra”, para depois entregarem de maneira forçada ao capital organizado que chega à região protegido pelas instâncias representativas do econômico, político e estatal” (PICOLI, 2005, p. 18).

Muitas atrocidades foram cometidas em nome da expansão da fronteira agropecuária e da articulação do capital na Amazônia: tribos indígenas sofreram rigorosas reduções de seu território e de seus povos, em contato com os brancos e com novas enfermidades; pequenos trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras para a abertura de grandes fazendas agropecuárias, migraram para as cidades e tiveram de se submeter a uma subocupação (MARTINS, 2009).

A política dos governos militares possibilitou a união entre o capital e o estado na Amazônia, que desenvolveu e promoveu as formas de ocupação do território, possibilitando benefícios às empresas agropecuárias e aos latifundiários. PICOLI (2005) afirma que foi necessário o asfixiamento e o silenciamento dos movimentos contrários ao governo e, como este tinha interesse em retribuir o apoio recebido das várias representações econômicas e políticas, dividiu a Amazônia e entregou grandes extensões de terras à classe dominante.

Foram, também, silenciados os gritos daqueles que ansiavam pela inclusão social por meio da terra e projetaram esperanças nas Leis, no Estatuto da Terra, nos planos setoriais e nas metas sociais inseridas nas propostas de ocupação da Amazônia Mato-grossense. Estes foram silenciados nas mais diversas formas possíveis, as vezes por manipulações e outras por imposição daquilo que era interessante à classe dominante.

Os números das riquezas produzidas nas terras onde hoje se colhe com

tanta produtividade e gera tantas divisas por meio da produção de *commodities* para do agronegócio no estado, constituem também, formas de tentativas de silenciamento daqueles que gritam por justiça social e distribuição de rendas. Os números do agronegócio são apresentados como justificativas do presente para um passado ainda recente de conflitos, expulsões e mortes de inocentes.

Houve ainda a tentativa do silenciamento cultural, que segundo Araújo (2014), foi utilizado para desqualificar os nativos, sendo-lhes atribuído o retardamento do progresso da região às suas peculiaridades culturais.

As diversas formas de calar culturalmente o povo, em suas formas de reivindicar vozes e lugares, continua até os dias atuais. Um exemplo recente, foi a tentativa de silenciamento da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense do Rio de Janeiro, por vários segmentos do agronegócio, que no carnaval de 2017 homenageou a resistência dos índios à invasão dos produtores do agronegócio na região do Xingu. O tema do samba enredo “Xingu - O clamor que vem da floresta” da escola, que exalta o povo indígena como guardiões da floresta, é atacado por vários segmentos da cadeia de produção agrícola e pecuária, justificando que as atividades do agronegócio corresponde a 22% do Produto Interno Bruto brasileiro e geram cerca de 37% dos empregos do país (MARTIN, 2017).

No estado de Mato Grosso ainda existe uma relação estreita e lesiva entre as grandes empresas e o estado. Com a justificativa de que a região está localizada no extremo oeste e logisticamente distante, as empresas se organizaram politicamente para exigir incentivos para produzir e transportar seus produtos para os demais centros de consumo do país ou para os portos de exportação. Desse modo, é bastante característico os incentivos e isenções fiscais para a permanência de grandes empresas instaladas e, também, para aquelas em fase de implantação no estado. Para CARDOSO e MÜLLER (2008, p. 3) “na relação direta entre empresários e trabalhadores e na vida real cotidiana, a burocracia estatal, inclusive a judiciária, minimiza-se frente ao poderio das empresas e dos donos da terra”.

Dados do Ministério da Integração Nacional (2017) apontam que desde a criação da Nova Superintendência para Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 2007, por intermédio da Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF), já foram concedidos mais de 1.800

laudos constitutivos de redução de Imposto de renda a pessoas jurídicas a mais de 400 empresas localizadas na Amazônia Legal. Ainda segundo aquele ministério os incentivos fiscais às empresas beneficiadas com incentivos fiscais a partir de 2007 extrapolam a quantia de R\$ 19.500.000.000,00 (dezenove bilhões e quinhentos milhões de reais).

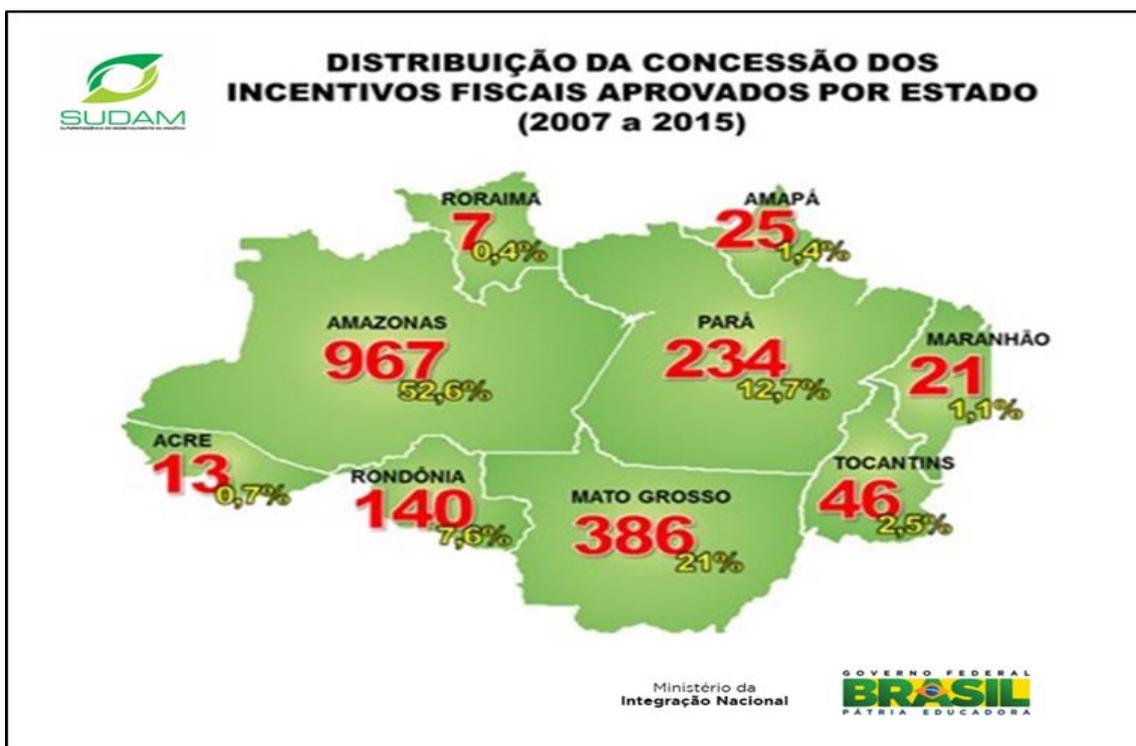


Figura 1 – Mapa da Distribuição da Concessão dos Incentivos Fiscais Aprovados por Estado (2007 a 2015)

Fonte: <http://www.sudam.gov.br> (2017)

Não se pode negar que houve na Amazônia mato-grossense e, também, na Amazônia Legal profundas mudanças estruturais que trouxeram intensas modificações econômicas, políticas, ambientais e culturais para a região. As transformações foram conseqüentes de políticas criadas pelos governos militares para atender à classe hegemônica e aos grandes latifundiários por meio de projetos, programas e de incentivos fiscais que proporcionaram, ainda mais, a concentração de terras e rendas. Todavia, mesmo que tenha havido melhorias na qualidade de vida da população da região nos últimos anos e, também avanços significativos e modernização das infraestruturas como estradas, energia, telecomunicações, sistemas de distribuição de água etc. não se pode

esquecer dos prejuízos sociais e ambientais, que não podem servir de justificativas para tal crescimento.

Considerações finais

A ocupação da Amazônia a partir do golpe de estado de 64 foi articulada sob auspícios de programas que pudessem beneficiar latifundiários e grandes empresas agropecuárias, criando estruturas físicas e legais para que houvesse a expansão do capital na Amazônia. As políticas públicas adotadas pelos governos configuraram-se como estratégias direcionadas ao atendimento das empresas privadas nacionais e estrangeiras contemplando-as com grande extensões de terras na região.

O processo de ocupação foi planejado com a justificativa de que era necessário contornar os problemas sociais e fundiários da nação, ocupar áreas que chamavam de desabitadas, tornando-as produtivas e integradas ao centro sul do país, criar oportunidades de novos investimentos e, também povoar uma extensa área de fronteira diminuindo a vulnerabilidade do país. Todavia, os programas propostos caracterizam-se como uma investida econômica a favor da classe dominante em detrimento dos povos economicamente menos favorecidos, sem quaisquer preocupações com aqueles que já habitavam a região.

Em Mato Grosso, a ocupação foi realizada sob as regras impostas pelo capital financeiro com a implantação de fazendas agropecuárias e de latifúndios, com amplo incentivo e apoio do governo militar, que se colocou à disposição destes e proporcionou condições para que houvesse a expansão do capital, por meio de órgãos governamentais que lhes proporcionaram créditos subsidiados e incentivos fiscais. Grande parte do processo de ocupação foi viabilizado por meio de projetos agropecuários e de colonização planejados pelo Governo Federal como o PIN - Plano de Integração Nacional (1970), o PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (1971/1978), o PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (1972/1974), o POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia (1974) e o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975).

A expansão que deveria ter sido direcionada como um processo de

desenvolvimento regional, foi planejada e implementada como um artifício político e econômico da classe hegemônica representada pelo estado, que possibilitou o avanço do capital nas terras da região, mercantilizando-as, tornando-as reserva de valor para serem comercializadas no futuro quando possuísem maior preço no mercado, possibilitando aos latifundiários lucros extraordinários.

Vários Projetos de Assentamentos foram realizados em terras que pertenciam a grandes empresas que se instalaram na Amazônia com incentivos fiscais, como o Projeto de Assentamento Nova Amazônia, em Roraima, criado em terras que pertenceram ao grupo Bamerindus e o Projeto de Assentamento Rio Cristalino, no Pará, em terras que foram de propriedade da Volkswagen. Em Mato Grosso pode-se citar o Projeto de Assentamento Sadia Vale Verde que foi instalado em terras que foram do grupo Sadia e da Fazenda Vale do verde; o Projeto de Assentamento Suiá-Missu em terras que foram de Ariosto da Riva; o Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos em propriedades que foram da Mercedes Bens e o Projeto de Assentamento Vale do Arinos que foi implementado nas terras que foram da empresa Lwart Agro Industrial Ltda.

A política de expansão imposta pelos governos militares possibilitou a união entre o capital e o estado na Amazônia com grandes benefícios às empresas agropecuárias e aos latifundiários. Para isto foi necessário, tanto pelo governo como pela classe hegemônica, o silenciamento dos movimentos contrários, uma vez que o governo tinha a necessidade de retribuir o apoio recebido e de manter sua base de apoio e, a classe dominante o interesse em manter as inúmeras benesses recebidos.

Existe, ainda nos dias atuais, uma relação estreita e lesiva entre as grandes empresas e o estado de Mato Grosso. As empresas justificam que necessitam de incentivos fiscais para se manterem produtivas na região e o estado, por sua vez, em nome do desenvolvimento, se sujeita às imposições destas, concedendo-lhes incentivos ou renúncias fiscais diminuindo consideravelmente sua receita corrente líquida e sua capacidade de investimentos diretos em infraestruturas básicas e saneamento.

Entretanto, apesar dos avanços na qualidade de vida da população da região da Amazônia mato-grossense nas últimas décadas, aliadas aos incrementos e a modernização das infraestruturas, não se pode esquecer das

agressões ocorridas no ambiente e nos danos sociais advindos da concentração de terras e rendas, já que estas não justificam as agressões sofridas por povos que deixaram casas e territórios já conquistados, para viverem em locais ermos e desconhecidos, possibilitando que empresas agropecuárias e latifundiários implantassem suas atividades poluidoras, agressoras do ambiente e promotoras de exclusão social.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. L. P. **Porto dos Gaúchos no coração da selva: uma história real**. Cuiabá: Unigráfica, 2001. 115p.

ARAUJO, M. S. S. Desenvolvimento e militarismo na Amazônia. In. GARCIA, D. S. C.; MICELI, P. C. (Org.). **História e fronteira**. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014. 223p.

BARROZO, J. C. Políticas de colonização: as políticas públicas para a amazônia e o centro-oeste. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p.

BARROZO, J. C. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010. 304p.

BECKER, B. Amazônia: projeto nacional, política regional e instrumentos econômicos. In. MAY, P. H.; AMARAL, C.; MILLIKAN, B. ASCHER, P. (ORG.). **Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 124p.

BRASIL, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Seção 1 - Suplemento – de 30/11/1964, p. 49.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Superintendencia do Desenvolvimento da Amazônia. **Resultados - Incentivos Fiscais**. Disponível em <http://www.sudam.gov.br/index.php/incentivos-fiscais?id=92>. Acesso

04.03.2017.

BUCLET, B. **Entre tecnologia e escravidão**: a aventura da Volkswagen na Amazônia. Revista O Social em Questão, Rio de Janeiro: PUC/Rio, n. 13, p. 5, 2005.

CARDOSO, F. H.; MULLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 168p.

CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZI, M.; PRETI, O. **A colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. 2ed. Cuiabá: EdUFMT/NERU, 2002, 236p.

COSTA, F. A. **Grande empresa e agricultura na Amazônia**: dois momentos, dois fracassos. Belém (PA): Papers do NAEA nº 94, novembro de 1998. 50p.

FERNANDES, M. C. **Volkswagen e a carne de Cristalino**. Disponível em <http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/volkswagen-e-a-carne-de-cristalino?locale=pt-br>. Acesso em 18.02.2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 7ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 107p.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 249p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Agricultores comemoram criação do assentamento Nova Amazônia**. Disponível <http://www.incra.gov.br/agricultores-comemoram-criacao-do-assentamento-nova-amazonia>. Acesso em: 02 fev. 2017.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LOUREIRO; V. R.; ARAGÃO PINTO, J. N. **A questão fundiária na Amazônia.** Revista de Estudos Avançados. vol.19, nº.54 São Paulo May/Aug. 2005.

MARTÍN, M. **A escola de samba que desafiou o agronegócio do Brasil.** Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/politica/1484343086>. Acesso em 03.03.2017.

MARTINS, J. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 386p.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 191p.

MARTINS, J. S. Por ínvios caminhos. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,por-invios-caminhos,974065>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso:** política e mecanismos de burla – 1892-1992. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007. 310p.

PERIPOLLI, O. J. **Expansão do capitalismo na amazônia norte Mato-Grossense:** a mercantilização da terra e da escola. Porto Alegre, 2008. 267f. (tese de educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PICOLI, F. **Amazônia:** do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista. Sinop: Ed. Amazônia, 2004. 125p.

PICOLI, F. **Amazônia e o capital:** uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira. Sinop: Editora Fiorelo, 2005. 143p.

SOUZA, E. A. **O poder na fronteira:** hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013. 251p.

Artigo III

Processo de criação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos de Juara (MT) no contexto das políticas públicas de reforma agrária

Gildete Evangelista da Silva

Resumo

O artigo analisa o “Processo de criação do Projeto de Assentamento do Vale do Arinos de Juara (MT), no contexto das políticas públicas de Reforma Agrária” e aborda os procedimentos adotados na implementação das atividades para o assentamento dos trabalhadores, sob os auspícios das políticas públicas para Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. A pesquisa propôs como problematização, compreender se a criação do assentamento levou em consideração a infraestrutura básica previstas para projetos de assentamento da reforma agrária e, como objetivo analisar o processo de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas do assentamento Vale do Arinos, a partir das orientações preconizadas pelas políticas públicas para Reforma Agrária e assentamentos rurais. A teoria de base foi construída segundo o aporte teórico-analítico dos autores que pesquisam a reforma agrária e se constituiu importante subsídio para compreensão, discussão e análise das ações das políticas públicas da reforma agrária no assentamento. O estudo fundamentou-se nos pressupostos do método de pesquisa qualitativa, a qual se instrumentou por meio de levantamento documental e aplicação de entrevistas aos assentados. O conjunto de dados qualitativos que formaliza o *corpus* de análise apontou que as ações inerentes à criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas do assentamento foram parcialmente concretizadas, visto que houve pouca efetividade das políticas públicas de reforma agrária no assentamento, dada a escassez da infraestrutura básica implementada. Todavia, as famílias reconhecem significativos benefícios à população assentada no Assentamento Vale do Arinos.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Políticas Públicas, Assentados.

Process of Creation of the Arinos Valley Settlement of Juara (MT) in the Context of Public Agrarian Reform Policies

Abstract

This article analyzes the "Process of creating the Arinos Valley of Juara (MT), in the context of the public policies of Agrarian Reform" and discusses the procedures adopted in the implementation of the activities for the settlement of workers, under the auspices of Public policies for Agrarian Reform and Rural Settlements. The research proposed as problematization, to understand if the creation of the settlement took in consideration the basic infrastructures foreseen for agrarian reform settlement projects. It also aims to analyze the process of creation, planning, structuring and selection of the settlers in the parcels of the Arinos Valley settlement , Based on the guidelines advocated by the public policies for Agrarian Reform and rural settlements. The basic theory was constructed according to the theoretical-analytical contribution of the authors who investigate the agrarian reform and constituted important subsidy for understanding, discussion and analysis of the actions of the public policies of the agrarian reform in the settlement. The study was based on the assumptions of the qualitative research method, which was instrumented through a documentary survey and the application of interviews to the settlers. The set of qualitative data that formalized the analysis corpus pointed out that the actions inherent to the creation, planning, structuring and selection of the settlers in the settlement parcels were partially accomplished, since there was little effectiveness of the agrarian reform public policies in the settlement, given the The basic infrastructure implemented. However, families recognize significant benefits to the population settled in the Vale do Arinos settlement.

Palavras-chave: Agrarian Reform, Public policy, Seated.

Introdução

No Brasil a questão agrária, que se caracteriza pela concentração de terras nas mãos de grandes latifúndios, remonta ao período colonial da nossa história. A Política de Colonização da Coroa Portuguesa, inicialmente, consistia no regime de capitânicas hereditárias, por meio de divisão do território em faixas entregues a nobres donatários. Após o sistema de capitânicas hereditárias a

coroa portuguesa criou as Leis das Sesmarias, que se resumia, também, na doação de terras a quem tivesse algum tipo de laço com a nobreza, a militares e pessoas de algum mérito.

A concentração de terras sob o poder dos grandes latifundiários tem desencadeado inúmeras consequências, como a concentração de rendas, que priva grande parte da população ao exercício social de sua cidadania, visto que a distribuição desigual de recursos impede que muitos trabalhadores façam usufruto dos bens de consumo mínimo para sobreviverem com dignidade.

No Estado de Mato Grosso, a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários tem sido, também, a principal característica fundiária, de modo que a propriedade de grandes extensões de terras e de riquezas têm sido privilégios de poucos detentores do capital.

A partir da década de 1970, o estado foi alvo de investidas do capital financeiro, quando as terras foram “colonizadas”, a partir de uma política liberal orquestrada pelos militares, que previa a ocupação daquilo que denominavam de grandes vazios territoriais. Todavia, este vasto território já era ocupado por várias tribos indígenas, ribeirinhos, trabalhadores da extração de vegetais da floresta, como a poaia e o látex das seringueiras e muitos posseiros que cultivavam pequenas propriedades para sua própria subsistência.

Esses primeiros habitantes de Mato Grosso não foram considerados nas políticas públicas de colonização e suas terras foram tomadas, obrigando-os a migrar para as cidades ou mesmo servir de mão de obra para as novas atividades na terra como a do agronegócio.

Para PICOLI (2004), o processo de desapropriação de terras no estado beneficiou aos grandes capitalistas deixando abandonados os posseiros, os indígenas e os ribeirinhos, que sem saber para onde ir tiveram que buscar novos locais de posse, ir para as periferias das cidades formando os cinturões de pobreza.

O processo de desapropriação de áreas, que já eram ocupadas, trouxe consequências conflituosas, principalmente aos povos indígenas, que não receberam apoio suficiente das instituições governamentais para que sobrevivessem. Para SCOBAR (2011), restava-lhes a integração passiva nos

serviços dos seringais ou o deslocamento para o Parque Indígena do Xingu, proposta apresentada pelos indigenistas Villas-Boas que justificaram esta transferência como única alternativa ao processo de destribalização e marginalização vivido pelos indígenas. Há neste artifício de auxílio e proteção à opressão aos povos indígenas uma oportunidade de limpeza da área para a implantação de grandes fazendas para o agronegócio.

A pesquisa em tela foi realizada no Projeto de Assentamento Vale do Arinos em Juara (MT), cujos atores sociais foram os assentados. O estudo tinha como objetivo analisar o processo de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas, bem como compreender as análises que os assentados fazem das políticas públicas implementadas no assentamento, e principalmente se a sua criação atendia às exigências de infraestrutura básica para a reforma agrária.

Inicialmente, em 2003, a condução do processo de seleção dos assentados deu-se pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juara que providenciou um pré-cadastramento das famílias pretendentes a um lote de terras. A partir de julho de 2004, foi criada uma equipe de seleção pelo Incra que analisou os documentos recebidos pelo Sindicato, efetuou a etapa de análise dos critérios de eliminação (quem não poderia ser beneficiário de uma parcela no assentamento) e, numa assembleia no assentamento, realizou a etapa de legitimação (processo formal de definição das famílias para ocuparem um lote de terras), encaminhando a relação dos candidatos selecionados para a homologação final pelo Superintendente do Incra.

Material e Métodos

A pesquisa se insere na área das políticas públicas sobre reforma agrária e assentamentos rurais do Projeto de Assentamento Vale do Arinos, situado no município de Juara, estado de Mato Grosso, num recorte temporal da primeira década do século XXI. Esse espaço temporal justifica-se, visto que neste curto espaço de tempo, houve expressivas transformações econômicas, políticas e sociais na região do assentamento.

Para o alcance desse propósito fez-se necessário a realização de levantamento bibliográfico, a fim de conhecer o estado da arte já produzido por outros pesquisadores acerca desta temática. FACHIM (2003) preconiza que

essa metodologia conduz o leitor aos temas de pesquisa e possibilita que haja por parte dos pesquisadores, informações para a realização da pesquisa. Assim, para GIL (2002), o levantamento bibliográfico oferece vantagens como possibilitar ao pesquisador uma vasta cadeia de informações acerca de fenômenos já pesquisados.

Face a natureza, problematização e objetivos da pesquisa, o caminho investigativo fundamentou-se nos pressupostos teórico-conceituais do método da pesquisa qualitativa, uma vez que possibilita maior compreensão do objeto da pesquisa e se focaliza na sua subjetividade. Para GOLDENBERG (2003, p. 49), “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da ação social”.

Ao lado do método qualitativo, o levantamento de fonte documental se mostrou fundamentalmente importante, visto que “caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 69). Para contextualização das políticas públicas de Assentamentos Rurais (colonização e reforma agrária) e suas especificidades na região amazônica, contexto do Assentamento Vale do Arinos localizado em Juara-MT, os dados foram mapeados em documentos oficiais como Leis, normativas, sites oficiais, regulamentos de projetos de assentamentos, entre outros.

O levantamento documental tem como objetivo principal identificar em documentos, informações que servirão para subsidiar ao pesquisador nas respostas ao problema e aos objetivos da pesquisa.

A segunda etapa do levantamento documental compreendeu, a sistematização e organização dos dados coletados, que foram em seguida submetidos a uma análise crítica, para que seus conteúdos fossem interpretados com vistas ao entendimento das ações planejadas e executadas no Assentamento Vale do Arinos.

As atividades de busca e acesso aos documentos do Incra sobre o processo de criação do Assentamento foi precária. As informações disponíveis nos poucos documentos sobre o PA Vale do Arinos, não foram suficientes para a realização de uma substancial análise de sua criação, de forma que optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas com algumas pessoas que acompanharam ou que de alguma forma conheciam como estas foram

realizadas como: a confecção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, a execução de serviços de medição e demarcação topográfica dos lotes, a aplicação do crédito de instalação e a definição e ou caracterização da infraestrutura básica do assentamento.

A utilização das entrevistas justificou-se como uma técnica de produção de dados e possibilitou que as estratégias e percepções dos representantes das instituições públicas e dos parceiros envolvidos nas ações de planejamento fossem melhor compreendidas. Para GIL (2008), a entrevista como técnica de pesquisa é adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem e das explicações ou razão a respeito das coisas que as pessoas sentem, de modo que é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano.

Foram realizadas oito entrevistas durante o mês maio de 2016 com a finalidade de analisar o processo de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas do assentamento Vale do Arinos e, também de compreender se na criação do assentamento, foram atendidas as exigências das políticas públicas voltadas a implementação de infraestrutura básica para os assentamentos rurais. Neste artigo, apresentam-se fragmentos dessas entrevistas sendo que quatro dos entrevistados são assentados e outros quatro, representantes de entidades que tinham conhecimentos sobre a criação do Assentamento.

Desses entrevistados, um é o Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Toca da Onça (APRUTOCA); outra é a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juara; o terceiro é extensionista da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER); e o quarto é antigo membro do sindicato dos trabalhadores rurais. Em atenção aos princípios da ética na pesquisa, os assentados serão nominados como entrevistados A, B, C e D.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas possibilitando bom entendimento dos argumentos e das explicações dos entrevistados sobre o processo de criação do Assentamento Vale do Arinos.

Resultado e Discussão

O Processo de Colonização de Mato Grosso

A área do Projeto de Assentamento Vale do Arinos foi declarada em 06 de novembro de 2002, como de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, conforme o Diário Oficial da União, seção 1, página 4, de 07 de novembro de 2002. A criação do assentamento foi um passo importante para a região do Vale do Arinos, por ter possibilitado o assentamento de expressivo número de famílias de agricultores sem terra, em atendimento às políticas públicas de reforma agrária.

Esse fato caracterizou como a concretização de parte do sonho de muitos deles e o começo de uma nova história, que, para alguns, logo terminou diante das dificuldades burocráticas e políticas surgidas antes, durante e após a criação do assentamento. Como para as famílias assentadas foi um novo começo, relevante se faz a contextualização da Colonização do Estado de Mato Grosso.

Durante muitos anos, a exploração desse vasto espaço geográfico limitava-se a esporádicas ações de aventureiros e de poucas atividades de missionários, mas a descoberta de ouro e as movimentações de exploradores ligados às entradas e bandeiras no século XVII, levou à criação de pequenos povoados na direção oeste do país. O movimento bandeirante foi responsável pela descoberta das minas do Coxipó e do Cuiabá e favoreceram o povoamento da região, estimulou o comércio e o abastecimento da zona aurífera partindo do rio Tietê até o rio Cuiabá (MORENO, 2007).

A colonização no Estado de Mato Grosso sempre foi apresentada pelos políticos como uma das necessidades para impulsionar o seu desenvolvimento, protagonizar a ocupação de grandes áreas de baixa densidade geográfica e, também, para a segurança territorial, uma vez que Mato Grosso faz fronteiras com a Bolívia e o Paraguai.

O povoamento recente do estado, segundo Castro *et al.* (2002, p. 60), teve início “a partir de 1930, com a política de colonização de Getúlio Vargas, quando foram criadas as chamadas colônias nacionais, do programa Marcha para o Oeste”.

A legislação agrária do estado surgiu com a primeira Lei de terras de Mato Grosso, a de nº 20, de 09 de novembro de 1892, sancionada pelo primeiro

presidente constitucional do estado, eleito no período republicano, e tratava da revalidação das sesmarias, da legitimação das posses e da venda das terras devolutas. No mesmo mês houve a criação da primeira repartição pública de terras de Mato Grosso, denominada Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização, por meio da Lei nº 24, de 16 de novembro de 1892. A Lei nº 20 teve sua regulamentação mediante o Decreto Estadual nº 38, de 15 de fevereiro de 1893, que proporcionou aos grandes proprietários, sesmeiros ou posseiros, a regularização de suas terras e ratificou seus direitos de posse (MORENO, 2007).

A história e a memória dos mato-grossenses constituíram-se a partir da ilusão de que as políticas públicas, em algum momento, poderiam beneficiar e favorecer aos interesses daqueles econômica e financeiramente menos favorecidos. Todavia, as leis estaduais ou federais, que sempre foram inspiradas no discurso de ordenamento legal para demarcar terras indígenas, quantificar e estabelecer limites para as terras devolutas, planejar e caracterizar a finalidade das terras públicas, direcionar e criar políticas para a colonização oficial trouxeram, de fato, inúmeros incentivos fiscais para as colonizadoras particulares e para os latifundiários, a despeito de serem apresentadas com a justificativa de que deveriam ser sancionadas para acabar, atenuar ou evitar conflitos sociais, ou para possibilitar condições ao acesso a terras aos pequenos agricultores em se terra.

As políticas públicas direcionadas às questões fundiárias no Estado de Mato Grosso sempre estiveram a serviço de algum tipo de vantagem ou benefício à categoria social dominante, visto a necessidade de fortalecer amplamente o avanço do capital e a concentração de rendas.

A partir da década de 1980 do século passado, as políticas de colonização foram direcionadas para atender o avanço da fronteira do agronegócio e para produção de grandes lucros às colonizadoras por meio da comercialização da terra.

Na década de 1970, o estado presenciou grandes transformações nas propostas de desenvolvimento, principalmente com a abertura do centro-norte do estado aos investimentos privados para a ocupação dos cerrados e da Amazônia mato-grossense, como uma ação política e social, que proporcionaria grandes avanços econômicos para a região.

“O que ocorreu entre os anos de 1964 a 1978 na Amazônia foi um avanço amplo e sem precedente do capitalismo. Nas atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo foram implementadas as relações de produção capitalista, que caracterizou a política pública de ocupação, para a colonização dirigida, oficial e particular” (IANNI, 1986, p. 55).

Para CASTRO *et al.* (2002), em Mato Grosso, até 1978, o Incra não havia implantado nenhum projeto de colonização oficial e as grandes empresas dos setores agropecuário e mineral já ocupavam um grande espaço, beneficiados pelo programa de Crédito e Incentivos Fiscais, oferecidos às empresas na Amazônia. O Incra apenas acompanhava os projetos de colonização privada.

Os projetos de colonização em Mato Grosso seguiram ao intenso e padronizado processo de seleção dos assentados imposto pelo Incra ou pelas empresas de colonização, que se caracterizava como o controle de homens e de territórios. O controle de homens consistia em identificar nos candidatos às parcelas alguns atributos especiais, pois deveriam ser preferencialmente do sul do país, uma vez que para o pensamento das colonizadoras estes tinham perfis de grandes trabalhadores e destemidos desbravadores em oposição aos nativos do estado (indolentes e preguiçosos) (SANTOS, 1993).

O controle do território era bem planejado, apresentando lotes rurais e um centro urbano. Quem adquiria um lote na área rural tinha, também, direito a um no espaço urbano, onde as cidades foram especialmente construídas de forma que os colonos estivessem sob o olhar das colonizadoras ou que, de algum modo, permanecessem vinculados a elas por obrigação, dívida, amizade, origens, etc. (SANTOS, 1993).

A execução dos projetos de colonização deu-se em espaços geográficos vazios, condição que os militares impuseram e exploraram para justificar suas políticas públicas, mas o certo era que as terras da Amazônia Mato-Grossense eram habitadas por ribeirinhos, poaeiros (extrativistas de ipecacuanha, também conhecida por poaia), posseiros, seringalistas e milhares de índios de várias etnias, que foram expulsos de suas propriedades em atendimento a chegada do capital financeiro na Amazônia.

“A ocupação do Estado de Mato Grosso, através da colonização dirigida, ocorreu a partir de 1978, por pressões de conflitos no Sul e disponibilidades de terras na região, às margens da rodovia federal BR-163, onde foram implantados seis projetos de assentamentos” (CASTRO *et al*, 2002, p. 60).

Para MORENO (2007, p. 164) “no Estado de Mato Grosso, é possível identificarmos a colonização oficial do tipo empresarial, que consistia na concessão de vastas extensões de terra, através de processos licitatórios para grandes empresas”. As empresas colonizadoras de posse de vastas quantidades de hectares de terra, as vendiam para os colonos, quase sempre financiados pelos bancos oficiais, com elevados lucros.

Muitos projetos de colonização oficial beneficiaram empresas de grande porte a partir da década de 70 e acirraram mais a concentração de terras e a extração dos recursos naturais existentes na região, especialmente a madeira. PICOLI (2006) destaca que às organizações beneficiadas foram disponibilizados incentivos fiscais e grande quantidade de mão de obra migrados de várias partes do país, o que possibilitou o avanço capitalista e grandes concentrações de riquezas.

Os projetos de colonização oficiais ou privados organizados no estado deram origem a várias a cidades como Sinop, Juína, Porto dos Gaúchos, Juara, Colíder que, por sua vez, possibilitaram a criação de vários assentamentos públicos para a reforma agrária.

No município de Juara existem três assentamentos oficiais do Incra: o PA Praça Arinos, de 84 ha com capacidade para 35 famílias, o PA Escondido, de 4.976 ha com capacidade para 145 famílias e o PA Vale do Arinos, de 22.800,37ha com capacidade para 243 famílias.

Processo de Criação e Implementação do Assentamento Vale do Arinos

O Assentamento Vale do Arinos localiza-se numa região de solos mistos entre argila, areia e, também, pedra. Em seu solo vicejam histórias de políticas públicas mal aplicadas, de planejamentos não concretizados e de sonhos

inacabados. Na memória dos assentados ecoam perguntas não respondidas, em seus braços decididos e mãos calejadas repousam registros de trabalhos árduos, de caminhadas hostis e de lutas por uma terra que outrora fora inóspita. Em seus relatos são repetidos como teimosia ou como triunfo que de alguma maneira venceram, mas poderia ser bem melhor se todas ações previstas nas políticas públicas para assentamentos de reforma agrária tivessem sido executadas no PA Vale do Arinos.

A criação do Assentamento ocorreu mediante a Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Nº. 49, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2003, com Código do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA MT – 0641000, que seria implantado e desenvolvido pela Superintendência Regional do Incra de Mato Grosso em articulação com a Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário.

O Assentamento foi instalado no imóvel rural denominado Fazenda Bom Sucesso com área de 21.188,2319 ha. (vinte e um mil cento e oitenta e oito hectares vinte e três ares e dezenove centiares), localizado no Município de Juara no Estado do Mato Grosso com a previsão para assentar 212 (duzentas e doze) familiares agrícolas. Estes números foram alterados para a capacidade de 227 em retificação publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008 e para 243 unidades familiares agrícolas, publicada no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2011, oportunidade em que se retificou, também, a área do assentamento para 22.800,3725 (vinte e duas mil e oitocentos hectares, trinta e sete e vinte e cinco centiares).

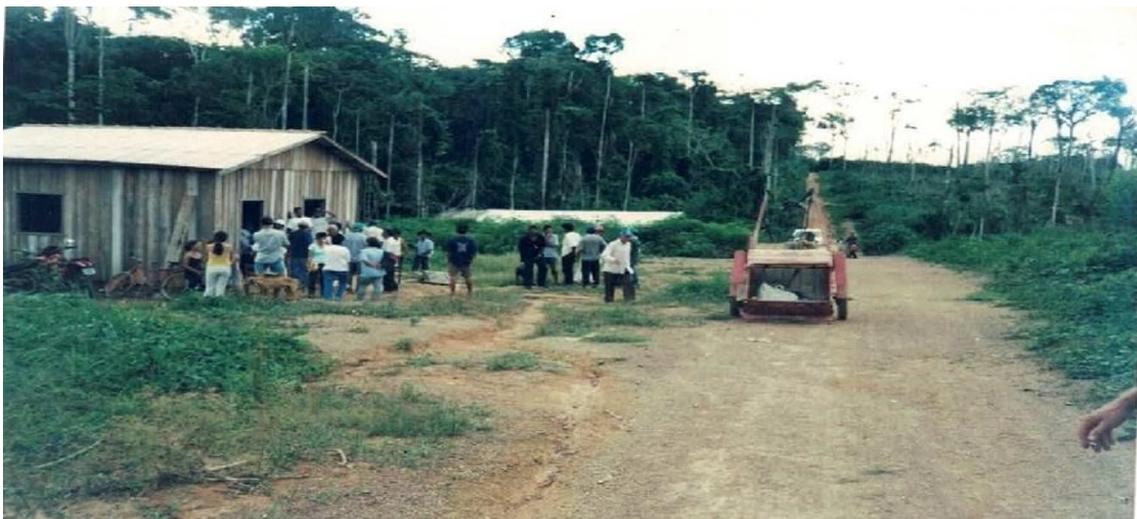


Figura 1 – Foto do Projeto de Assentamento Vale do Arinos (2004).

A história do Assentamento teve início bem antes de sua criação oficial, uma vez que as terras da fazenda Bom Sucesso, área do futuro assentamento, de propriedade da Lwart Agro Industrial Ltda. e outros foram invadidas pelos agricultores sem terras. Segundo relatos, a invasão era um acordo entre os proprietários da fazenda e o sindicato dos trabalhadores rurais de Juara, para pressionar o governo a desapropriar a área para fins de reforma agrária. O entrevistado “D” evidenciou que os proprietários da fazenda já tinham tentado de outras formas convencer o governo federal a desapropriar a fazenda. Como não obtiveram êxito, arquitetaram um acordo com o sindicato para que a área fosse invadida e distribuída entre aqueles que constavam num pré-cadastro realizado: *“O sindicato fez um comodato com o proprietário da fazenda para colocar o povo para cortar a terra, para negociar com o Incra, para forçar o governo negociar a área”*.

O entrevistado “A” corrobora essas informações ao afirmar que a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nesse processo de desapropriação da área para a criação do assentamento, foi importante tanto para viabilizar a rapidez dos trâmites burocráticos, como para pressionar os órgãos públicos:

[...] “de toda maneira, quando o pessoal vai lá para a legalização tem que ter uma entidade que ajuda, então no caso, eles pegaram o sindicato... e o sindicato dá a dica de como funcionava, para pressionar, para ser legalizado mais rápido, para não ficar toda vida que nem tá esses assentamentos, que, muitas vezes, a gente fica tão desacreditado né, e não sabe se é no governo, nos proprietários das áreas ou se é nas pessoas que vão tomar posse daquela terra né... então, vira aquela confusão danada”.

A dinâmica do Estado brasileiro para atender e servir ao capital financeiro, é acintosamente apresentada como programas e projetos especiais de fomento. Todavia, tem como escopo principal promover a distribuição desigual de rendas e criar oportunidades, por meio de incentivos fiscais e créditos subsidiados, para

que grandes empresas capitalistas adquiram vastas extensões de terras, explorem suas riquezas naturais e as vendam posteriormente ao governo para fins de reforma agrária.

“O governo federal concedeu às grandes empresas, nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. A condição era a de que esse dinheiro fosse depositado no Banco da Amazônia, um banco federal, e, após a aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa agropecuária ou industrial, na região amazônica. Tratava-se de uma doação, e não de um empréstimo” (MARTINS, 2009, p. 75).

O Assentamento Vale do Arinos apresenta, deste modo, características bastante peculiares com a conjugação de jogos de interesses dos invasores (aqueles que necessitam da terra) e dos proprietários que compraram grandes extensões de terras com incentivos fiscais e créditos subsidiados (aqueles que necessitam vendê-las com lucros) e do governo (aquele que necessita dar respostas aos problemas sociais), numa conciliação política de interesses e de necessidades.

O Projeto quando de sua criação foi dividido em cinco linhas com associações em cada uma delas. Em conversa informal com o presidente da associação das linhas três e quatro, ele destacou que essas associações são formas de se organizar os assentados para que tenham uma representação quando necessário. Nas associações se discute os destinos das comunidades.

Após a criação do assentamento foi necessário atentar para os procedimentos técnicos e administrativos exigidos na fase de implantação dos projetos de assentamento de reforma agrária, conforme a Norma de Execução/INCRA/Nº 02, de 28 de março de 2001, como a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, a execução de serviços de

medição e demarcação topográfica, a elaboração do projeto simplificado, a aplicação do crédito de instalação (apoio e material de construção), a definição e caracterização da infraestrutura básica, a definição e caracterização das atividades a serem apoiadas com os créditos de produção do Programa de Agricultura Familiar (PRONAF-A).

A empresa credenciada para elaborar o PDA foi a CONPLAN – Consultoria e Planejamento. Segundo informações dos assentados, para que a construção do PDA houve a participação das famílias e da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), oportunidade em que foram definidas a área de reserva legal comunitária, a estruturação e organização dos lotes, as estradas e vias de acesso, a divisão dos lotes para a produção e as atividades produtivas que seriam realizadas no assentamento, bem como as ações relativas aos programas sociais, de infraestrutura e de meio ambiente.

O diagnóstico construído no PDA para o Assentamento Vale do Arinos tem seu destino desconhecido. As constantes e insistentes solicitações de cópia deste documento ao Incra foram infrutíferas, tanto na Regional de Colíder quanto na Superintendência em Cuiabá. O documento, com certeza foi elaborado, visto que é mencionado nas informações dos parceleiros, do próprio sindicato e da Empaer, mas a análise do que foi planejado e a execução destas atividades, segundo as orientações das políticas públicas da reforma agrária, ficou prejudicada por falta de cópia do documento oficial. Diante disso, o que se tem é uma visão fragmentada guardada na lembrança dos envolvidos na sua preparação e feitura.

Ao entrevistar um dos profissionais que trabalha como extensionista rural na Empresa Mato-grossense de Extensão Rural (EMPAER), este confirmou sua participação nos trabalhos de levantamento de dados para a construção do diagnóstico do PDA, como demonstram suas narrativas:

“Eu fiz uma parte do PDA, a parte dos trabalhos de Campo. Nós fizemos as reuniões em cada linha, porque quando entramos no assentamento para fazer o PDA, lá já tinha estradas de acesso, os barracões, os pontos de apoio das associações. Inclusive, já tinham definido a reserva

permanente que ia ficar como a reserva legal do assentamento. Na atualidade, essa área de reserva quase já não existe, pois foi grande parte dela invadida”.

A falta de uma cópia do documento revela o lado obscuro da burocracia para a execução das políticas públicas para a reforma agrária, que deveria privilegiar a oportunidade de auxiliar as famílias assentadas a criar oportunidades de geração de renda, prezando pelo alcance dos objetivos delineados no Plano de Desenvolvimento Agrário (PDA) tornando-se, deste modo, instrumento efetivo de políticas públicas que fortaleceriam não somente a agricultura familiar, como também a economia local e regional.

O Incra ao atender apenas parcialmente a solicitação de informações sobre o Assentamento Vale do Arinos incorreu em duas faltas graves não garantindo a transparência do serviços públicos e, também, o acesso a informação prevista na Constituição Federal de 1988, Art. 5º, incisos XIV (que assegura a todos o acesso à informação) e XXXIII (todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei). A transparência e o acesso a informação possibilitam a participação social nas atividades públicas, auxilia no combate à corrupção e fortalece a democracia.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) que deveria ser um documento da transparência no assentamento, a fim de que pudesse subsidiar e tornar-se uma ponte de articulação das políticas da reforma agrária, incorporando as estratégias demandadas pela comunidade assentada, impulsionando a agricultura familiar, transforma-se, assim, num documento engavetado, perdido e frustrante para aqueles que auxiliaram na sua elaboração e depositaram nele esperanças de transformações e mudanças.

O entrevistado “A” lembra, inclusive, que foram os próprios assentados que arcaram com as despesas de elaboração do documento, quando afirma:

O PDA foi feito por empresa particular e foi nós que pagamos. Não sei, esse PDA ai tinha que ver... Foi feito por uma empresa que acabou levando para lá tudo e não deixou dados nenhum aqui no assentamento. Certa vez, tentei

informar sobre ele lá no Incra e me informaram que não foi feito, que não tinha cópia dele lá... Mas com quem está? Aqui conosco não tá... Eu me lembro que vieram uns engenheiros, fizeram os trabalhos para nós, mas depois não veio resultado nenhum.

A empresa contratada para os serviços de medição e demarcação topográfica encontrou problemas para realização dos serviços, pois como se tratava de área invadida, medida e demarcada pelas famílias assentadas, os lotes eram assimétricos, irregulares, uma vez que estes não dispunham de conhecimentos ou de ferramentas precisas para uma correta delimitação de limites geográficos. Muitos assentados tiveram de mudar suas cercas, o que gerou despesas e prejuízos.

Sobre a demarcação dos lotes, o entrevistado "A" declara:

Aí o sindicato fez a inscrição de todo mundo e foi cortando e distribuindo... Foi medindo, pois quando a gente chegava aqui não era medido ainda... Aqui foi feito os travessão e assim soltaram os rumos... A divisão era assim: daqui pra cá é meu, daqui pra lá é seu... E aí anos depois, deu cada rolo aqui porque teve gente que cortou a picada e fechou o lote e entrou 300 metros no lote do outro... Aí, quando fizemos a topografia é que levantou a lebre...você tá tomando minha casa, tomando meu poço, minha mangueira, meu chiqueiro... Essa parte da topografia fomos nós que pagamos, isso aí era de responsabilidade do Incra, mas como o Incra nunca tem dinheiro, lamenta que não tem, aí a gente acabou pagando, inclusive, pagamos duas vezes, inclusive, pagamos uma empresa lá de Cáceres.

Os problemas verificados nos limites entre as parcelas são em decorrência, da característica do assentamento que oficialmente foi criado após seu processo de ocupação. Todavia, a Norma de Execução/INCRA/Nº 02, de 28 de março de 2001, ao estabelecer os procedimentos para implementação de

projetos de reforma agrária prevê as formas de contratação da empresa ou entidade que prestará serviços no assentamento e suas formas de remuneração por composição de custos.

As cobranças dos custos aos assentados são confirmadas nas informações do entrevistado “D” ao ponderar:

“Foi uma empresa, não me recordo o nome agora, que foi lá e cobraram para fazer esse serviço, porque se fosse esperar pro Incra... O Incra fez parceria lá, e sei lá como eles funciona, eles têm o jeito deles né, e acabaram que os assentados tiveram de pagar pra andar mais rápido... Isso foi depois que as família todas já estavam lá dentro”.

E também na declaração do entrevistado “B” que afirma: *“eles pagaram a planta topográfica e foi muito sofrido para eles que não tinham dinheiro. Para ter direito a regularização do lote havia a necessidade da planta topográfica e do Geo que era de responsabilidade do Incra. Mas o Incra não fez.*

As famílias assentadas e economicamente fragilizadas tiveram de desembolsar recursos para pagamento de despesas como a elaboração do PDA e dos serviços de medição e demarcação topográfica da área do assentamento. Há, neste caso, uma omissão ou grande descaso com as famílias assentadas que têm de desviar suas rendas para o cumprimento de uma ação prevista na política pública, demonstrando um contrassenso entre política e realidade social. O espaço social dos assentados foi fortemente desqualificado e seus direitos afrontadamente violados, quando tiveram de arcar com a responsabilidade que era de entidades públicas.

Tem-se nas declarações dos entrevistados uma análise negativa das políticas públicas utilizadas nas ações realizadas no assentamento, pois mesmo considerando que houve mudanças significativas em suas atividades econômicas e qualidade de vida, a partir de suas posses nos lotes, estas poderiam ser melhores se tivessem sido aplicadas em sua totalidade.

Segundo informações constantes no site do Incra (2016), após a criação do assentamento, inicia-se a etapa de seleção e instalação das famílias nas parcelas. As famílias selecionadas são apresentadas na Relação de

Beneficiários (RB), recebem os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos para a segurança alimentar e encaminhadas, por meio de sorteio à sua respectiva parcela. Todavia, considerando as características do PA Vale do Arinos, os procedimentos para a seleção dos Beneficiários das parcelas do Assentamento foram, na época, realizadas, inicialmente, no sindicato por meio de um cadastro. Um dos entrevistados (“D”) assim recorda:

“Não vou falar como uma coisa que não teve. Teve sim, só que as famílias... O Sindicato foi arrumando as famílias e foi levando para o assentamento e, naquela época era difícil, porque não tinha estrada, era uma situação muito precária...”

Essas informações são ratificadas pelo entrevistado “A” ao declarar: *“fazia uma inscrição no sindicato, aí o sindicato ia distribuindo... que, na época, não era Siprodo...”*.

A estratégia adotada na seleção de candidatos para o Projeto de Assentamento Vale do Arinos, destoa da Norma de Execução nº 02, de 28 de março de 2001, que prevê em seus princípios gerais, a seleção de candidatos a assentamento destinado a reforma agrária, inicia-se com a etapa de Inscrição sob a gestão do Incra, passando pelas etapas de critérios eliminatórios, de legitimação, de homologação e de comprovação de documentos. Para esses trabalhos, a referida norma de execução estabelece que é necessário a criação da equipe de seleção, cujos integrantes deverão ser responsáveis por todo o processo seletivo até a aprovação de seu relatório conclusivo.

Com isso, o Incra, em 11 de julho de 2004, criou a equipe de seleção, subordinada à Divisão de Suporte Operacional, responsável pela seleção de candidatos beneficiários da Reforma Agrária para o Projeto de Assentamento Vale do Arinos, município de Juara, coordenado por Auro Custódio da Silva e Fátima Muzzi como membro da equipe.

Conforme cópia de parte do processo de criação e seleção, a equipe após conferência da documentação obrigatória que deveria ser apresentada pelos candidatos ao assentamento, atentou-se pelos critérios eliminatórios. A análise

deste critério é bastante complexa, uma vez que demandam vários requisitos dos propensos candidatos a uma parcela. Este levantamento considera os inscritos que não poderiam ser beneficiados no assentamento para reforma agrária como os funcionários públicos, os detentores de rendas agrícolas superiores a três salários mínimos, os proprietários de estabelecimentos comerciais, os proprietários de imóveis rurais, etc.

As consultas foram simultaneamente cruzadas com informações de sistemas de bases governamentais como Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), Polícia Civil, Polícia Federal, Junta comercial, secretarias estaduais etc.

Os critérios de legitimação também foram considerados pela equipe de seleção. Esta etapa é caracterizada como a ação em que se definem as famílias para ocuparem os lotes em um assentamento. No PA Vale do Arinos, mesmo já tendo sido ocupado antes de sua criação, a equipe de seleção realizou os trabalhos de legitimação para verificar se os candidatos teriam direito de continuar no assentamento. Conforme o artigo 15 da Norma de Execução, a legitimação deve sempre ser realizada de comum acordo com os interessados e respeitar a forma de organização social preexistente.

Para a atividade de Legitimação foram considerados a ordem de preferência do artigo 25 do estatuto da terra, Lei nº 4.504 de 1964 e, também o artigo 65 do Decreto nº 59.428 de 1966, ou seja, teria preferência a ser assentado o proprietário do imóvel rural desapropriado caso este viesse a explorar uma parcela, ficando-lhe assegurado como lote o local no qual está localizado sua sede, aos que trabalhavam ou residiam no imóvel rural desapropriado como trabalhadores rurais, posseiros ou arrendatários, aos agricultores cujo imóvel não ultrapassasse a dimensão da propriedade familiar (4 módulos fiscais), aos trabalhadores rurais sem terra, e, tiveram ainda, preferência sobre estes os chefes de famílias numerosas cuja prole tinha intenção de trabalhar na área do assentamento.

O Incra encaminhou à assembleia de homologação uma relação de classificação dos candidatos retirada do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) a fim de que esta fosse utilizada, caso houvesse a necessidade de equacionar impasses entre os membros participantes. A classificação foi definida em critérios chamados definitivos, que são divididos em

critérios básicos, critérios complementares e critérios suplementares. De acordo com o artigo 25 da Norma de Execução/INCRA/Nº 18, de 19 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 31.10.2001. Os critérios definitivos foram aplicados para a classificação definitiva, com a pontuação de todas as famílias habilitadas.

Os critérios complementares foram definidos a partir dos indicadores como tamanho da família, força de trabalho da família, idade do candidato e tempo de atividade agrícola e os critérios suplementares compreendem indicadores relacionados a Renda familiar, moradia no imóvel, moradia no município, tempo de residência no imóvel e associativismo.

A primeira legitimação de assentados realizou-se no dia 24 de agosto de 2004, conforme Ata nº 006/2004 – Projeto de Assentamento Vale do Arinos. Neste documento, o Superintendente Regional do Incra, o Senhor Leonel Wohlfahrt, representado pelo servidor Auro Custódio da Silva, legitimou 187 parceiros, de uma relação de 280 candidatos a assentados. Consta na ata que os demais seriam cadastrados no dia 25 de agosto de 2004 e já legitimados pela assembleia realizada, desde que estes não tivessem nenhuma restrição cadastral. A Assembleia de legitimação concedeu prazo de 15 dias aos candidatos eliminados e aos candidatos inscritos que foram eliminados por falta de documentação para recorrerem da decisão.

Os ritos e procedimentos estabelecidos para oficializar a instalação das famílias no assentamento foram cumpridos, como a elaboração do PDA, que foi confeccionado senão o assentamento não seria aprovado e a execução de serviços de medição e demarcação topográfica foi concretizada.

Todavia, há que se considerar ou se preocupar com dois registros que talvez só se justifiquem pela possibilidade da regularização fundiária do assentamento, pois a partir da regularização os assentados assinam o Contrato de Concessão de Uso (CCU), documento este que lhes possibilita morar e explorar o lote pelo tempo que almejar e ter a sua posse, desde que cumpra as exigências legais contidas nas orientações emanadas das políticas públicas.

O primeiro apontamento preocupante refere-se ao tempo de avaliação, tramitação e de decisão sobre a aprovação dos assentados pela equipe de seleção que foi constituída no dia 11 de julho de 2004, apresentou um relatório de pré-aprovados no dia 12 de julho de 2004, fez consultas para a vários órgãos

públicos dos critérios eliminatórios no dia 13 de julho de 2004, cruzou estas informações quando as recebeu com as bases governamentais, convocou e legitimou os assentados numa assembleia realizada no dia 24 de agosto de 2004.

Pela complexidade das atividades, pela quantidade de parcelas no assentamento, pela quantidade de candidatos que tiveram seus documentos analisados e pelo tamanho da equipe de seleção, parece que o interesse principal foi a regularização numérica de assentados, como se essa ação fosse o ponto final dos problemas enfrentados por aqueles que esperavam um dia seu quinhão de terras. A realidade narrada pelos assentados aponta que esperavam mais do que posse de terras; esperavam a terra e algo mais que lhes possibilitasse viver com mais dignidade.

Outro dado interessante é a negociação das terras com o governo para fins de reforma agrária. Sabe-se que muitos assentamentos, senão a maioria deles, começaram com a invasão da área, para sensibilizar os políticos e as instituições e forçar o governo a desapropriar a área para fins da Reforma Agrária. Não se questiona aqui essas ações de invasões pelos agricultores familiares sem terra, nem como essas foram organizadas, uma vez que as famílias buscam com as invasões uma reparação social em um país no qual sempre predominaram os grandes latifúndios.

O regime político que se instalou no Brasil a partir de 1964, acreditava que a região amazônica era pouco desenvolvida por falta investimentos de capital e em infraestruturas. Para atrair grandes empresas, que se dispusessem a instalar na região, foram criadas vantagens creditícias e fiscais direcionadas principalmente às atividades de mineração, extração de madeira e a pecuária. Para Loureiro e Aragão Pinto (2005) as grandes empresas poderiam dispor parte ou todo imposto de renda devido ao governo para aplicar em novas empresas na região.

Muitas empresas ao invés de investirem os recursos subsidiados nas empresas o fizeram na compra de terras para a especulação fundiária, devastaram extensões de florestas ou cerrados para a exploração de madeiras ou formação de pastos, trazendo prejuízos ambientais como a devastação de extensas áreas, o assoreamento dos rios, as queimadas e degradação das nascentes, a poluição com defensivos e fertilizantes etc (LOUREIRO e ARAGÃO

PINTO, 2005).

É relevante, ainda, evidenciar que os aspectos quantitativos do número de assentados e o montante da desapropriação não se coadunam com a eficiência das ações desenvolvidas para os benefícios dos assentados, principalmente aqueles envolvidos com a sua qualidade de vida, pois em seus depoimentos avolumam-se reclamações sobre a precariedade das estradas de acesso, a falta de moradias, de energia elétrica, de assistência à saúde e a educação.

É perceptível entre as autoridades e os próprios assentados que a sensação de qualidade de vida é sempre considerada pela visão de quantidade, como se os valores monetários dispendidos pelo governo na desapropriação da terra, a quantidade de famílias assentadas, o volume produzido pelos assentados, os negócios que acontecem no assentamento fossem suficientes para lhes garantir qualidade de vida em suas parcelas. Assim, a reforma agrária que se inscreve dentre tantas outras reformas necessárias para a inclusão social e reparação das injustiças sociais no país para que haja menos pobreza, mais dignidade e cidadania, não pode e não deve ser vista apenas pelos números, mas como uma das estratégias em direção ao combate às desigualdades, prezando pela qualidade de vida do homem e as implicações antrópicas sobre o meio ambiente, pela qualidade dos resultados das políticas públicas contidas nas ações operacionais nos assentamentos e as transformações advindas com a criação e implantação do assentamento na questão fundiária regional.

Para que haja essas transformações, é necessário que todos os procedimentos previstos na Norma de Execução/INCRA/Nº 02, sejam implementadas, além de outros que atendam às necessidades vitais dos assentados, como a aplicação do crédito de instalação (apoio e material de construção), a definição e caracterização da infraestrutura básica, a definição e caracterização das atividades a serem apoiadas com os créditos de produção etc.

No projeto de criação do Assentamento Vale do Arinos, há cópia de um documento de liberação de crédito, datado de 01.12.2005, solicitando o crédito de instalação no montante de R\$ 1.568.800,00 (Hum milhão, quinhentos e sessenta e oito mil e oitocentos reais), sendo 508.800,00 (Quinhentos e oito mil e oitocentos reais) para apoio, voltados à instalação no assentamento e a

aquisição de itens de primeira necessidade, e 1.060.000,00 (Hum milhão e sessenta mil) para aquisição de materiais de construção. Os assentados declaram que receberam créditos no montante de R\$ 7.400,00, sendo R\$ 2.400,00 para instalação e R\$ 5.000,00 para aquisição de materiais de construção, mas que estes valores foram ínfimos e bem aquém daqueles necessários para suprir suas necessidades. Para o presidente da Associação da linha 3 e 4, “*estes valores são irrisórios, não deu para comprar quase nada, imagine fazer uma casa [...]*”.

Percebe-se que as ações previstas nas políticas públicas voltadas para os assentamentos não foram consideradas em sua totalidade para a criação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos. Neste sentido, deve-se atentar que as ações sociais de assentar famílias nos projetos não devem ser vistas como custos governamentais ou despesas sociais, mas como um investimento que traz impactos positivos e consideráveis para os assentados, a sociedade, a região e ao país. Para RANIEIRI (2003, p. 5), “apesar da reforma agrária ser um programa executado no campo, seu impacto na sociedade, política e economia, extrapola essas fronteiras, atingindo a nação como um todo”.

A definição e caracterização da infraestrutura básica e a definição e caracterização das atividades produtivas que seriam desenvolvidas no assentamento foram amplamente debatidas entre os assentados com o Sindicato e a EMPAER para a construção do PDA. O extensionista rural da EMPAER afirma que para a construção e estruturação do PDA foram discutidas as questões relacionadas à cadeia produtiva, as culturas que seriam plantadas no assentamento e as criações:

“Mas a minha parte mesmo que fiz junto com o sindicato, visitando todas as linhas do assentamento, era reunir os assentados e discutir a questão da cadeia produtiva para poder implantar no projeto, o que eles pretendiam, as culturas, as criações. Mas a prioridade eleita pelos assentados foi a pecuária de leite, mas primeiro pretendiam a instalação de energia elétrica, porque lá tem potencial inclusive para a construção de uma hidrelétrica. Lembro-me que ficou assim decidido, a cadeia produtiva do leite e a

bovinocultura de corte para alguns produtores. Em termos de cultura, ficou decidido que seriam seringueiras, pimenta do reino, culturas anuais de subsistência, mas a mais votada foi a pecuária de corte”.

O que se pode inferir dessas informações é que algumas atividades no planejamento PDA seguiram as orientações de políticas públicas para os assentamentos rurais. Todavia, a ausência de crédito para a produção e de assistência técnica para acompanhar e orientar os assentados fez com que os planejamentos ficassem comprometidos e, até mesmo esquecidos, de maneira que os assentados optaram por realizar produção diferente do que haviam planejado. O extensionista declara, ainda:

[...] “quando receberam seus lotes já foram entrando, colocando capim e levando gado. A questão é a seguinte: quando foi para implantar o projeto discutiram uma coisa, mas quando o pessoal foi entrando começaram a mudar todo sistema, passando para pecuária de corte. Assistência técnica? Não. Não tiveram qualquer suporte de serviços de assistência técnica oferecidas pela Empaer. Primeiro pela questão da distância, depois pela pouca quantidade de técnicos de forma que não tinha condições de dar nenhuma assistência”.

Os assentados do Vale do Arinos nos apresentaram alguns problemas que ainda não foram solucionados como aquisição de material de construção que não chegou para todos. As casas dos assentados são definitivas, construídas em madeiras e algumas delas em alvenaria. O crédito para material de construção de R\$ 5.000,00 não foi suficiente para a aquisição dos materiais necessários para a construção de uma boa moradia e nem todos foram contemplados com a sua distribuição.

A água utilizada é proveniente de nascentes ou de poços e algumas famílias as filtram em filtros de barro para ser consumida. As residências são iluminadas por lampiões, lamparinas e, também, por placas solares, mas os

linhões para a instalação de energia elétrica estão sendo construídos por todo assentamento, que lhes possibilitará a produção, a conservação de alimentos e o resfriamento de leite para ser comercializado com os laticínios.

A falta de estrutura básica no campo que atendam aqueles com poucos recursos é um fator impeditivo para seu desenvolvimento e as famílias optam por morar na cidade, a fim de oportunizar um futuro melhor para seus filhos. Assim, tem-se o processo chamado de êxodo rural que se configura como um fenômeno social em que há mudanças de pessoas ou de famílias inteiras do campo para as cidades.

O assentamento foi implantado numa área desapropriada onde se localizava uma agropecuária. Grande parte da floresta havia sido explorada para extração da madeira ou derrubada para plantio de pastos, de modo que muitos assentados receberam seus lotes com pastos formados para suas atividades pecuárias. Outros tiveram que derrubar a mata e fazer a “limpeza” com fogo em sua parcela. A atividade de provocar incêndios para limpeza de áreas ou de pastos não é mais realizada entre os assentados. Segundo informações da maioria deles, o que ocorre no assentamento é exatamente o contrário, pois combatem o fogo porque já tiveram enormes prejuízos em seus rebanhos, pastos e outros bens em decorrência de queimadas.

Apesar dos problemas enfrentados pelos assentados desde sua criação, o Projeto de Assentamento Vale do Arinos deve ser visto como um avanço das políticas públicas sobre a histórica estrutura fundiária brasileira, caracterizada pela concentração de terras nas mãos de latifundiários detentores de capital e poder. As parcelas, com raras exceções, demonstram desenvolvimento e capacidade de geração de renda, que caracteriza dinamismo e potencialidade dos assentados e pode contribuir com a redução das desigualdades econômicas e sociais.

Considerações Finais

O processo de criação do assentamento foi concretizado e se encontra legalizado com capacidade de assentar 243 famílias em lotes devidamente registrados no Incra, com Código do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA MT – 0641000.

Muitos dos primeiros assentados abandonaram seus lotes e foram

substituídos por outros pelo Incra, de forma que não há parcelas vagas nem abandonadas, nem áreas remanescentes que possam ser distribuídas a outros candidatos a assentados. O processo de seleção dos assentados foi conduzido, inicialmente, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juara, até a criação da equipe de seleção dos assentados pelo Superintendente Regional do Incra em 11 de julho de 2004. A partir dessa data, a condução dos serviços foi realizada pela equipe que conferiu os documentos, verificou os critérios eliminatórios, a etapa de legitimação até a homologação final dos assentados.

Os trabalhos referentes ao planejamento das atividades que seriam desenvolvidas no assentamento e o levantamento de investimentos em obras de infraestrutura foram realizados no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), conforme informações dos assentados, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juara e da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER).

O Assentamento Vale do Arinos, apresenta peculiaridades de desenvolvimento baseado na produção de pecuária de corte. A agricultura familiar é quase inexistente no assentamento com plantação apenas de hortaliças para consumo próprio. Segundo informações dos assentados, a agricultura familiar não se desenvolveu em decorrência da dificuldade de escoamento da produção, com estradas consideradas regulares ou de péssimas qualidades e, quase intransitáveis na época das chuvas que na região acontecem “no inverno”, período de outubro a abril.

Além disso, as leis ambientais, segundo os assentados, servem para proteger a fauna e o meio ambiente, mas propiciam, também, a multiplicação exacerbada de animais silvestres que prejudicam suas produções, como as onças que atacam e matam bezerras, as capivaras que em bandos comem o sal dentro dos cochos dos bois, os impregnando de lama ou terra e os catetos (*Pecari tajacu*) ou queixadas (*Tayassu pecari*) que dizimam lavouras de mandioca e milho.

No assentamento não foi observado parceria entre as associações e instituições externas. Desse modo, é necessário que políticas públicas para a reforma agrária e colonização rural sejam, senão mais abrangentes pelo menos mais efetivas, com ações integradas entre os governantes, o órgão de aplicação destas políticas que é o Incra e instituições externas, numa articulação

conjunta para que possam compreender e participar mais amiúde o processo de assentar pessoas com vistas ao desenvolvimento e crescimento de famílias sem terra.

O PA Vale do Arinos está organizado em nove linhas e possui quatro associações. Estas estão ativas e têm realizado suas reuniões para discutir assuntos de interesse comum e propor ações que beneficiarão os assentados. Os presidentes das associações são eleitos a cada dois anos, podendo ser reeleitos. É importante declinar que alguns assentados têm participado das reuniões, mesmo que não sejam oficialmente associados. De acordo com suas informações, não há até o momento registro de produção coletiva, nem de comercialização em conjunto ou integrado entre os pares.

Neste sentido, é relevante que as associações se aproximem mais de ações concebidas nos pressupostos da economia solidária, que procuram equacionar propósitos de desenvolvimento para eliminar as desigualdades sociais por meio de iniciativas coletivas de produção e comercialização. “Desenvolvimento sustentável solidário, portanto, significa o desenvolvimento de todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de meios essenciais de produção ou distribuição” (MTE/SNES, 2013).

Conclui-se que as ações oriundas das políticas públicas para o assentamento tiveram resultados favoráveis e positivos, pois mesmo nas ações em que os resultados foram parciais, ainda serviram para democratizar a posse e o uso da terra, possibilitar maior distribuição da renda, oportunizar a produção familiar e, acima de tudo, contribuir na construção da cidadania dos assentados. Todavia, existe ainda a necessidade de melhor articulação entre os conteúdos legais, os recursos financeiros e as ações dos órgãos envolvidos, de forma que as atividades da reforma agrária sejam percebidas para além dos números e que possam trazer mais impactos sociais (qualidade de vida e ambiental) e econômicos (benefícios aos assentados e para a região).

Pode-se perceber nos relatos que a política de reforma agrária correspondeu a algumas ações pontuais para que houvesse o assentamento dos candidatos e para a reorganização fundiária, com vistas ao uso da terra por agricultores familiares, que possibilitaram avanços significativos na produção de bovinos de corte. Se todas as ações previstas nas políticas para a reforma

agrária tivessem sido implementadas integralmente como políticas sociais (saúde e educação), de infraestrutura (água, moradia, energia, estradas) e apoio a produção, talvez os resultados fossem outros mais positivos.

Além disso, em depoimentos os assentados analisam como importante e significativa as políticas públicas para a criação e existência do assentamento, mesmo que nem todas as infraestruturas básicas necessárias para a reforma agrária tenham sido executadas, como casas definitivas e de alvenaria para todos, energia elétrica, manutenção de estradas, assistência de qualidade à saúde e à educação.

É relevante observar, ainda, segundo as narrativas dos entrevistados, que os assentados a partir da posse de seus lotes, conseguiram promover algumas mudanças significativas em suas posturas perante o mundo, não mais de subordinação, mas agora de confiança e de responsabilidade, não mais de dependência, agora de colaboração mútua em busca da sua cidadania e ativos participantes de ações sociais que atendam aos seus próprios interesses.

Referências Bibliográficas

ALVES, L. A. F.; JOANONI NETO, V. O estatuto da terra e as políticas no Mato Grosso: algumas reflexões. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: a (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2010. 304p.

BRASIL, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Seção 1 - Suplemento – de 30/11/1964, p. 49.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Decreto de 6 de novembro de 2002. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que menciona e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 7 nov. 2002. Seção 1, p. 4.

CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZI, M.; PRETI, O. **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. 2ed. Cuiabá:

EdUFMT/NERU, 2002. 236p.

FACHIM, O. **Fundamentos de metodologia**. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 200p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 7ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 107p.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 249p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 18**, de 19 de outubro de 2001. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos a assentamento em áreas de Reforma Agrária. Publicada no Diário Oficial nº 209, de 31/10/2001, seção 1, p.195 e B.S. nº 45, de 5/11/2001.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução nº 02**, de 28 de março de 2001. Dispõe sobre a regulamentação para a fase de implantação do Projeto de Assentamento e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial nº 65, de 3/4/2001, seção 1, pág. 15 e Boletim de Serviço nº 15, de 9/4/2001.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria nº 49**, de 9 de setembro de 2003. Publicada no Diário Oficial nº 182, de 19/09/2003, seção 1, p. 84.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 23.03.2016.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia, **Estudos**

Avançados, São Paulo, v. 2, n. 54, p. 77-98, 2005.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 191p.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007. 310p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184p.

PICOLI, F. **Amazônia**: do mel ao sangue, os extremos da expansão capitalista. Sinop (MT): Editora Amazônia, 2004. 125p.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 256p.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no Mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003. 204p.

SANTOS, J. V. T. **Matuchos**: exclusão e luta: do sul para a Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 282p.

SCOBAR, L. **História do povo Kayabi**. Disponível em: <<http://jrleandro.blogspot.com.br/2010/08/historua-do-povo-kayabi.html>>.

Acesso em: 13 dez. 2016.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JUARA, Juara (MT). ATA nº 006/2004. **Projeto de Assentamento Vale do Arinos**. Livro nº 02, folhas 10 a 11.

Artigo IV

Marchas (In)certas e lutas pela Terra: as narrativas de vida dos assentados no Projeto De Assentamento Vale Do Arinos **Gildete Evangelista da Silva**

Resumo

Este artigo visa compreender, a partir das histórias de vidas e narrativas dos assentados do Projeto de Assentamento Vale do Arinos, as experiências de vida individuais e coletivas, os sonhos, as lutas e os desafios empreendidos em busca da posse de seus lotes de terra no contexto social do assentamento rural. Desse modo, a pesquisa envolveu-se com produção de dados por meio de narrativas orais inerentes às expectativas e sentimentos que os assentados tiveram no percurso de chegada em seus lotes de terras e de suas vivências mobilizadas por sonhos, motivações, lutas e os desafios encontrados. O estudo baseia-se nos pressupostos do método de pesquisa qualitativa, associado a histórias de vida e narrativas de doze assentados, cujo critério de seleção deu-se por serem os primeiros moradores do assentamento. Os dados da pesquisa apontam que as narrativas manifestadas nas vozes dos assentados mostram, por um lado, a satisfação e a alegria pela oportunidade que tiveram ao realizar o sonho de conquistar seus próprios lotes de terras para a garantia da produção familiar e, de outro, que existiam e ainda existem problemas inerentes ao descaso e/ou pouco comprometimento do poder público, que não disponibilizou aos assentados a infraestrutura básica preconizada nas políticas de reforma agrária para assentamentos rurais.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais., Colonização, Histórias de vida, Narrativas.

Certain or uncertain marches and fighting for the land: the narratives about life of the seated people in the Project of Vale do Arinos Sealing

Abstract

This article aims to understand, from the stories of lives and narratives of the people of the Vale do Arinos Settlement Project, their individual and collective life experiences, their dreams, struggles and challenges undertaken in search of possession of their land lots, in the Context of the rural settlement. In this way, the research was involved with data production, through oral narratives, inherent to the expectations and feelings that the settlers had in the course of arrival on their land lots. It shows their experiences mobilized by dreams and motivations. It also discusses the struggles and challenges encountered by them. The study is based on the assumptions of the method of qualitative research, associated with life histories and narratives of twelve settlers, whose selection criteria occurred because they were the first inhabitants of the settlement. The research data point out that the narratives, expressed in the voices of the settlers, point, on the one hand, to satisfaction and joy at the opportunity to realize a dream. The dream of conquering their own lots of land for the guarantee of family production. On the other hand, the data show that there were, and still are, problems inherent to the neglect and the little commitment of the public power. And this power did not provide the settlers with the basic infrastructures advocated in agrarian reform policies for rural settlements.

Keywords: Rural Settlements, Colonization, Life stories, Narratives.

Introdução

Os Projetos de Assentamentos Rurais segundo dados do Incra (2015) estão localizados em todas as regiões do país e constituem-se de conjuntos de unidades agrícolas independentes onde são alocadas famílias, para que façam o uso da terra na produção de bens que lhes proporcionem renda e sustento. Ainda segundo dados daquele instituto, existem no Brasil 9.337 assentamentos rurais, sendo 549 deles no estado de Mato Grosso, com 82.876 famílias assentadas, num espaço geográfico físico de 6.048.948,91 ha.

O Projeto de Assentamento Vale do Arinos, situado em Juara, região noroeste do estado de Mato Grosso, teve sua criação em 2003 com capacidade para assentar 243 unidades familiares agrícolas numa área total de 22.800,3725 has. A história do assentamento tem início com um acordo realizado entre o proprietário das terras e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juara, para forçar o governo a declarar a área como de interesse social e desapropriá-la.

Os trâmites para a criação do assentamento, o processo de seleção, planejamento e execução da seleção, trouxe inseguranças e dúvidas aos assentados, que narram suas histórias de ocupação das terras num misto de esperança – que as terras fossem logo regularizadas – e de medo - que tivessem de abandonar seus lotes e devolvê-los aos donos da propriedade, o que os obrigariam a deixar para trás benfeitorias resultantes de árduos trabalhos que tinham realizado na terra e, também, sonhos.

Nesse contexto, foram produzidas histórias do assentamento e dos assentados. O objeto deste estudo centrava-se em buscar respostas ao questionamento: como as histórias de vida emergem nas narrativas de memórias dos assentados do Projeto de Assentamento Vale do Arinos? E também em desvelar as indagações consequentes e complementares da questão anterior: quais foram seus sentimentos ao chegar no seu lote terra, os desafios encontrados? E, na atualidade, como percebem o assentamento?

O texto encontra-se organizado em três seções. Na primeira, aborda-se o método, as técnicas de produção de dados, a contextualização do universo e dos participantes da pesquisa, bem como sua operacionalização. Na segunda seção, apresenta-se o aporte teórico que versa sobre os assentamentos rurais, processo de colonização e reforma agrária e os projetos de assentamentos rurais de Mato Grosso. Na terceira seção, compartilham-se as histórias de vidas, as expectativas, as motivações, os sonhos, as lutas e os desafios enfrentados pela posse de um lote de terra nas narrativas dos assentados; e, nas considerações, reafirma-se a necessidade de maior compromisso das instituições públicas com as políticas de reforma agrária.

Material e Métodos

O estudo referenciou-se no método de pesquisa qualitativa. Essa

abordagem, segundo BOGDAN e BIKLEN (1994), possibilita a produção/recolha de dados descritivos a partir do contato direto do pesquisador com o universo, os fenômenos sociais e o próprio contexto dos sujeitos da realidade investigada. A maior preocupação está em compreender amplamente as diferentes situações e realidades que estão interconectadas com o objeto de pesquisa em questão. Ao pesquisador, cabe a tarefa atenta de olhar os dados em sua relação mais ampla, visto que para a pesquisa qualitativa, segundo os mesmos autores, os dados não podem ser concebidos como triviais, mas como geradores de múltiplos significados.

Com essa compreensão, a pesquisa qualitativa deve considerar, portanto, os indivíduos no meio em que vivem, por isso leva em conta que o contexto é parte integrante e determinante nos modos de vida. Essa assertiva é reafirmada por LÜDKE e ANDRÉ (1986) ao argumentar que qualquer tipo de pesquisa que desloca o indivíduo do seu ambiente natural nega a influência dessas forças contextuais e, em consequência, deixa de compreender o fenômeno estudado em sua totalidade.

GOLDENBERG (2003, p. 49) corrobora esses argumentos ao asseverar que “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da ação social”. Para a autora a abordagem qualitativa busca a compreensão de fenômenos sociais baseados nos pressupostos subjetivos da ação social.

São muitos os métodos de geração de dados em uma abordagem qualitativa, dentre esses a história de vida ocupa lugar de destaque. Com referência a essa abordagem, PAULILO (1999) argumenta que por meio da história oral de vida pode-se compreender o que acontece na interseção do individual com o social e possibilita que elementos do presente fundam-se a evocações passadas, o que oportuniza dinamismo na construção da estrutura social.

Mediante a natureza do fenômeno investigado – histórias de vidas e narrativas dos assentados do Projeto do Assentamento Vale do Arinos -, buscou-se compreender as motivações, experiências, os sonhos mobilizados nas histórias de vida das pessoas assentadas, participantes desta pesquisa. Além disso, busca-se compreender em que medida as histórias de vida protagonizadas no contexto do assentamento rural demonstram as experiências

individuais e coletivas, bem como as marchas (in)certas e lutas em busca do direito pela terra.

As histórias de vida e as narrativas fazem parte das características da abordagem qualitativa das pesquisas científicas, posto que essa se envolve com a subjetividade dos sujeitos pesquisados, isto é, com valores, sentimentos, emoções, percepções, perspectivas, dentre outros aspectos não mensuráveis.

O trabalho com histórias de vida e as narrativas possibilitam a geração de dados qualitativos. Os recursos encontrados nesse tipo de levantamento, conforme PORTELI (1997), refere-se a subjetividade de quem fornece os dados por meio de fontes orais, e nela são encontrados elementos preciosos que não se encontra em outras fontes de pesquisa.

Na investigação com narrativas, os participantes contam suas histórias de vidas que, são repletas de percalços, desesperança, sonhos, lutas, como é o caso dos assentados do Projeto Vale do Arinos que participaram desta pesquisa. Em suas singularidades, narram as esperanças, as mobilizações que os impulsionaram a lutar por um pedaço de terra. São essas motivações que os mobilizam a buscar melhorias nas condições de vida e dignidade. Essa busca pela transformação decorre quando o sujeito toma consciência de si nesse processo de construção sociocultural.

GOODSON *et al* (2010) pontuam a importância que exercem as histórias que contamos nos múltiplos espaços de convivência social. Para esses autores, as histórias que contamos retratam, muitas vezes, os fatos que vivenciamos no cotidiano, sejam esses permeados pelos sentimentos que nos movem, sejam as experiências ou mesmo as perspectivas de ação individual ou coletiva. Com mais detalhes, os autores asseveram a potencialidade das narrativas em pesquisas sobre história de vida:

“Contamos histórias em diferentes contextos e ambientes, por diferentes razões e propósitos e com resultados e efeitos diferentes. Muitas de nossas histórias estão intimamente entrelaçadas com nossas vidas cotidianas. Elas consistem em trocas breves, anedotas curtas, coisas que queremos compartilhar com os outros, seja para uma finalidade específica ou apenas por uma questão de partilha. Algumas

histórias são factuais e descritivos, outros expressam nossa experiência e sentimentos. E enquanto a maioria das histórias são sobre algumas coisas - um evento, uma experiência, um encontro, uma pessoa – que também sempre expressa algo sobre nós mesmos, ainda que seja apenas a nossa perspectiva particular sobre a situação. Histórias servem ao propósito de comunicação; ou comunicação com outras pessoas ou de comunicação com nós mesmos, como no caso dos diários ou em nossas ‘conversas internas’: nossas reflexões, pensamentos e devaneios. Às vezes, nossas histórias tornam-se mais reflexivo e avaliativo”. [Tradução livre] (GOODSON *et al*, 2010, p. 1-2).

Esses argumentos dos autores subsidiam na compreensão das narrativas de memórias do passado contadas no tempo presente pelos assentados acerca do processo de lutas, apropriação e posse de um pedaço de terra no Assentamento – universo desta pesquisa. Essas histórias poderão, segundo Goodson *et al* (2010), retratar os percalços, as decepções, os árduos embates e lutas dos assentados em busca da terra, um sonho de muitas pessoas que almejam melhores condições de vida e sobrevivência em tempos tão contraditórios e de caminhos incertos para aqueles que sonham com um mundo melhor, por isso com menos injustiça e desigualdade social.

Com referência às narrativas e histórias, GOODSON e GILL (2011, p. 4) destacam três características comuns, assim descritas:

1. temporalidade - todas as narrativas abrangem uma sequência de eventos;
2. significado - significado pessoal e significado são exteriorizadas através da narração de experiências vividas;
3. encontro social - todas as narrativas são orientadas a uma audiência e, inevitavelmente, são moldadas pela relação entre o contador e o ouvinte [tradução livre].

Sob essa perspectiva, GOODSON e GILL (2011, p. 6) argumentam que a vida e narrativa se materializam fortemente por uma relação constituída mutuamente, “a vida é a base fundamental da narrativa, e a narrativa fornece estrutura, ordem e sentido na vida, e ajuda a desenvolver significados em formas mais ricas e mais integrada” [tradução livre].

As narrativas são indissociáveis da história de vida, por isso constituem-se fontes potenciais para compreender o sentido que os assentados – participantes desta pesquisa -, atribuem às suas histórias de vidas que são genuinamente mobilizadas por sonhos, esperanças, sentimentos, pela decisão deliberada em lutar, em trilhar os (des)caminhos para fazer acontecer as políticas de reforma agrária e, sobretudo, movidos pela busca da justiça e igualdade social. Nesse percurso de narrar as histórias de vida, os pesquisados são mobilizados a acionar suas memórias do tempo que retratam as lutas e mobilizações desde o processo inicial de criação e institucionalização do Projeto do Assentamento do Vale do Arinos. Os múltiplos percalços, passos (in)certos e avanços, por certo, aparecerão nas histórias e narrativas de memórias dos assentados.

Contextualização do universo, da produção dos dados e perfil dos pesquisados

A pesquisa de campo deu-se no Projeto de Assentamento Rural Vale do Arinos, distante aproximadamente 140 quilômetros da sede do município de Juara (MT) e 890 quilômetros de Cuiabá, a capital do estado. O acesso aos lotes de terras das famílias assentadas acontece por meio de estradas sem asfalto e quase intransitáveis durante o “inverno da região”, período de chuvas que se estendem de outubro a abril de cada ano.

A criação do Assentamento deu-se em 2003, por meio da portaria nº 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma (INCRA), publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de setembro de 2003. Esse, por sua vez, tem capacidade para assentar 243 unidades familiares agrícolas numa área total de 22.800,3725 ha (vinte e duas mil e oitocentos hectares, trinta e sete e vinte e cinco centiares). Os lotes encontram-se organizados em cinco linhas, de acordo com suas posições geográficas e os assentados estão congregados em quatro

associações representativas de produtores, onde discutem, tomam decisões de interesse comunitário e planejam melhorias das condições de vida da comunidade.

A produção dos dados qualitativos da pesquisa¹ foram levantados por meio de entrevista semiestruturada, uma vez que essa favorece a investigação que busca compreender a subjetividade dos sujeitos pesquisados, bem como as experiências individuais e as particularidades da visão de mundo dos assentados.

A entrevista semiestruturada foi submetida e aprovada Conselho de Ética da Universidade Anhanguera-Underp, conforme parecer substanciado do CEP número 2.231.294 e tinha como objetivo levantar dados sobre o processo de criação do Assentamento (planejamento, estruturação do assentamento, seleção dos assentados) e as narrativas de história de vida dos assentados (chegada no assentamento, vivências entre sonhos e motivações e desafios).

A utilização da entrevista na pesquisa social, segundo GIL (2008), deve-se a uma série de razões, dentre as quais, cabe considerar que a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, é uma técnica muito eficiente para compreensão de dados em profundidade acerca do comportamento humano.

Para a produção dos dados sobre a história de vida dos assentados, solicitamos ao Presidente da Associação Toca da Onça, que nos indicasse os sujeitos da pesquisa, visto que o critério de seleção para proceder as entrevistas, foi com os assentados que estivessem no assentamento desde sua criação, visto que esses vivenciaram os diferentes processos de criação e implementação das ações do referido Assentamento.

Com esse critério, a entrevista realizou-se com doze (12) assentados. Desses, cinco são mulheres dentre as quais uma delas chegou no assentamento ainda criança e sete homens. A partir do consentimento por escrito, os pesquisados concordaram que as entrevistas fossem gravadas em áudio.

¹ Os dados foram levantados nos meses de outubro de 2016 e concluídos em maio de 2017, em razão das chuvas torrenciais, acima da média pluviométrica na região, entre os meses de novembro a abril, que destruíram pontes, alagaram estradas, criaram atoleiros, deixando as estradas intransitáveis.

Em atenção à ética na pesquisa, as mulheres assentadas serão denominados por MA1, MA2, MA3, MA4 e MA5 e os homens assentados nominados de HA1, HA2, HA3 e assim sucessivamente, conforme ilustra o quadro 1.

Quadro 1. Perfil dos assentados: participantes da pesquisa

| Pesquisados | Perfil dos pesquisados |
|--------------------|--|
| MA1 | A assentada tem 21 anos, é solteira, mora com os pais, tem apenas um irmão mais novo, estudou o ensino fundamental completo, chegou ao assentamento ainda criança. A renda familiar baseia-se na produção de leite e criação de gado de corte. Os pais possuem automóvel que é utilizado para o transporte da família. |
| MA2 | Esta pesquisada tem 49 anos, é católica, cursou o ensino médio completo, já foi professora da educação básica no assentamento e tem 3 filhos. A família cria gado de corte e prestam serviços para terceiros para completar a renda quando necessário. Mora em casa de madeira. A família utiliza motocicletas para se locomover. |
| MA3 | MA3 tem 65 anos, estudou até o quarto ano do ensino fundamental, tem 7 filhos naturais e um adotivo, treze netos e quatro bisnetos. É católica e a família tem na criação de gado de corte o principal sustento que é complementado pela sua aposentadoria como merendeira. Mora em casa de Alvenaria com o marido e um filho e possuem uma motocicleta para o transporte da família. |
| MA4 | A pesquisa MA4 tem 38 anos, é católica, estudou até o quarto ano do ensino fundamental na escola regular e, para concluir o ensino fundamental fez exames de massa. É católica, tem duas filhas, uma com 21 anos e outra com 8, mora em casa de madeira. A renda principal da família é criação de gado de corte e, também, presta serviços para terceiros. A família possui uma caminhonete que é utilizada para transporte da família e de cargas. |

| | |
|------------|--|
| MA5 | A pesquisada tem 51 anos, é católica, tem dois filhos, é casada com o pesquisado HA2. Era proprietária de uma marcenaria antes de se tornar uma assentada. Mora numa casa de Alvenaria, cria gado de corte. |
| HA1 | O pesquisado tem 53 anos. Pratica a religião católica, estudou a até o quarto ano do ensino fundamental. Tem um casal de filhos que não mora mais no assentamento e dois netos. Sua casa é mista entre madeira e alvenaria. Tem criação do gado de corte para seu sustento principal, tem pequena produção de queijos como renda complementar e realiza, também, a intermediação de pequenos negócios. Possui uma motocicleta que é utilizada como meio de transporte. |
| HA2 | HA2 estudou até o quarto ano do ensino fundamental. É casado com a assentada MA5, possuem 2 filhos que não moram mais no assentamento. Residem numa casa de alvenaria, a renda é proveniente da criação de gado de corte e realiza transação de compra e venda para sua complementação. |
| HA3 | O pesquisado HA3 possui 78 anos, tem 7 filhos sendo 6 deles casados e possui 12 netos. Não sabe ler mas sabe assinar seu nome. É católico, a renda familiar é baseada na criação de gado de corte e planta pequena lavoura para subsistência, que é complementada ainda pela sua aposentadoria e de sua esposa. Sua moradia é de alvenaria e utiliza de motocicleta para seu transporte. |
| HA4 | O HA4 tem 75 anos, tem 3 filhos e 2 netos. Estudou até o segundo ano do ensino fundamental. É evangélico da igreja presbiteriana, a renda familiar baseia-se na pecuária de corte, complementada por sua aposentadoria. Mora em casa de alvenaria, não possui meios de transporte. |

| | |
|------------|--|
| HA5 | O pesquisado HA5 mora numa casa de madeira, tem 52 anos, é solteiro. Frequenta a igreja católica, cria gado de corte para sua renda familiar e presta serviço a terceiros como diarista. Estudou até o sétimo ano do ensino fundamental e utiliza uma motocicleta como transporte. |
| HA6 | O assentado tem 46 anos, estudou até ensino médio completo, é evangélico da Igreja Presbiteriana, mora numa casa de alvenaria, tem sua renda familiar baseada na produção de leite e no gado de corte. É casado e tem três filhos que não moram no assentamento. Possui um automóvel que utiliza como transporte da família. |
| HA7 | Este pesquisado tem 33 anos, é casado, tem um filho, completou o ensino médio, é católico, mora numa casa de madeira e tem como fonte de renda a criação de gado para corte. |

Fonte: quadro elaborado pelo pesquisador (2017).

Para a sistematização, tratamento e análise dos dados tomou-se como referência teórico-metodológico as categorias de codificação propostas por BOGDAN e BIKLEN (1994). Para esses autores, “o desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre seus dados na procura de regularidades e padrões, bem como de tópicos presentes” (1994, p. 221). As categorias, no dizer de BOGDAN e BIKLEN (1994, p. 221), “constituem um meio de classificar os dados descritivos que recolheu [...], de forma a que o material contido num determinado tópico possa ser apartado dos outros dados”. Sob essa perspectiva, a história de vida e as narrativas dos pesquisados apontaram as categorias analíticas em atenção aos objetivos da pesquisa que consistia, principalmente, em compreender as itinerâncias, as mobilizações e lutas dos assentados em prol da busca de um lote de terra.

Assentamentos rurais: colonização e reforma agrária

Esta seção apresenta a abordagem teórica que fundamentou os trabalhos de pesquisa e tem sua construção a partir da revisão de textos em livros, artigos,

periódicos, dentre outros de publicação de diversos autores que pesquisaram sobre assentamentos rurais. Este aporte teórico contribuiu para que houvesse maior familiaridade com o tema pesquisado e como subsídios importantes nas reflexões, na análise e interpretação dos dados produzidos.

O Brasil é um país marcado por desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais com características distintas que oscilam entre uma pequena faixa da população que concentra grande parte da renda, com acesso aos bens de consumo, saúde, segurança, educação e outra excluída, apresentando péssimas qualidades de vida em decorrência de poucas e humilhantes situações financeiras a que estão submetidos. Esta assimetria ou desigualdade econômica e social está presente entre as regiões do país, estados e municípios e impede que as pessoas tenham a garantia das condições necessárias para viver com dignidade e qualidade de vida.

“Na atualidade, vemos grandes desigualdades entre modelos de desenvolvimento econômico e social, com significativas diferenças destes entre as regiões sul e sudeste das demais regiões do país. As “desigualdades econômicas, sociais e regionais no Brasil são um problema que afeta o desenvolvimento como um todo” (GALEANO; MATA, 2009, p. 6).

As desigualdades econômicas têm como características principais a concentração e a distribuição irregular da renda. Estas promovem, por sua vez, outras desigualdades como discriminações e preconceitos às diversas classes sociais economicamente menos favorecidas. No Brasil, as desigualdades apresentam-se como se fossem imagens de um caleidoscópio perverso, com efeitos nocivos sobre a população de baixa renda como educação precária, o desemprego, a fome, os conflitos rurais e urbanos, a pobreza extrema, as desigualdades de gêneros e raciais.

Um passo importante em direção aos direitos individuais e às correções de injustiças sociais deu-se a partir da promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, também chamada de Constituição cidadã, que apresenta avanços importantes em direção a garantia do acesso à cidadania, atendendo a

um leque amplo das reivindicações dos movimentos sociais. Todavia, muitas ações descritas na Carta Magna não foram postas em ação, como por exemplo, os problemas fundiários e as políticas públicas voltadas à distribuição de propriedades.

As reivindicações do campo são históricas e até hoje não foram, completamente atendidas, principalmente, aquelas ações mais dinâmicas direcionadas ao atendimento daqueles que necessitam de terras para produzir e garantir seu sustento e de sua família. As políticas públicas direcionadas à questão fundiária e de acesso à terra no Brasil remontam ao período colonial, perpassam pela primeira república e chegam até os dias atuais.

Neste contexto, é necessário diferenciar a questão agrária que se refere ao acesso à propriedade, exploração da terra e as relações sociais entre os proprietários, da questão fundiária que se relaciona à dispersão, o tamanho e a concentração das propriedades rurais no território em uma única pessoa, uma família, empresa ou a um conglomerado empresarial, chamados de latifúndios que geram grandes disparidades e desigualdades econômicas e sociais locais e regionais.

A concentração de terras tem como consequência mais nociva a grande centralização ou a falta de distribuição de rendas que tem economicamente segregado grande parte dos brasileiros, resultado de políticas públicas contraditórias que se distinguem como expressão da supremacia das classes dominantes. O caso fundiário brasileiro é caracterizado por expressar vantagens concedidas aos mais abastados, econômica e financeiramente, em detrimento dos direitos civil e sociais de uma grande maioria de excluídos e com pouca possibilidade do benefício do uso e da posse da terra.

“A concentração da posse da terra no Brasil tem suas origens na época do descobrimento. As intervenções do governo, fruto da execução de diversas políticas fundiárias e agrárias, não tem sido eficazes para alterar significativa e globalmente a estrutura da posse da terra” (RANIERI, 2003, p. 5).

A questão fundiária e agrária são temas bastante complexos. Foram e são

pesquisados no Brasil por vários autores que procuram demonstrar a distribuição fundiária injusta a que o povo brasileiro foi submetido desde seu descobrimento, com grande dessimetria econômica, política e social entre aqueles possuidores de grandes extensões de terras, daqueles que não a possuem. Desse modo, as políticas públicas necessitam ser planejadas com o intuito social de reparação dos direitos negados a grande parte da população na distribuição de terras, ações estas que demandam grande senso de gestão social e de justiça para o campo.

A partir dos anos 1960 do século XX foram criadas políticas públicas colonizadoras, com propósitos desenvolvimentistas, com a intenção simultânea de resolver conflitos sociais do centro sul do país e povoar a Amazônia. Todavia, muitos destes planos políticos apenas incrementaram a hegemonia das elites agrárias, ao lhes conceder créditos e incentivos que se configuram como grandes estratégias para a expansão do capital.

As políticas estabelecidas para a ocupação, iniciadas na década de 1970, incentivaram migrações sem precedentes para o Estado de Mato Grosso ao transformar os cerrados e as florestas em terras produtoras de *commodities* para o agronegócio. As céleres transformações econômicas, políticas e sociais serviram de âncora para justificar a colonização de empreendimentos que passaram a devastar o meio ambiente por meio das derrubadas, das queimadas, do excessivo uso dos defensivos agrícolas e fertilizantes lançados ao solo para assegurar a produtividade do plantio.

As transformações foram muito rápidas para a região. “A ocupação das terras do Estado até a metade do século passado, fora um processo lento e caracterizado por vários estágios inicialmente com a captura de índios para servirem de “mão de obra escrava nos principais centros mercantis da Colônia” (SILVA e SATO, 2010, p. 262). As etapas posteriores incidiram-se na extração de pedras preciosas, na exploração da borracha, na criação de gado e mais recentemente, na indústria madeireira e no agronegócio. Estas atividades econômicas aconteceram ou acontecem, simultaneamente, sempre com a supremacia de uma delas.

Atualmente, a expansão econômica do estado é, em grande parte, consequência das políticas expansionistas instituídas pelos governantes que criaram medidas para estabelecer atividades produtivas nesta nova fronteira

agrícola, com a ocupação/reocupação de vastas áreas de terras onde foram assentados milhares de famílias, principalmente de origem dos estados do sul do país, que na atual conjuntura, são produtores de grãos do agronegócio direcionados, em sua maioria, para exportação e, simultaneamente, fortalece a geração e manutenção de divisas tanto aos produtores quanto ao país.

Em Mato Grosso, na década de 1950, a utilização da terminologia colonização, nos discursos oficiais, “assume um significado específico”, inserindo-se “[...] na política de ocupação dos espaços vazios com mão de obra imigrante para o Norte do estado, destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola” (SILVA, 2004, p. 16-17).

Todavia, os assentamentos implantados no estado não se caracterizam como a reforma agrária anunciada pelas elites e governo militar em atenção às constantes lutas dos movimentos sociais, visto que essa trata de políticas públicas voltadas às questões sociais de distribuição de terras para aqueles que não a possuem, sejam elas públicas ou privadas e, colonização são assentamentos criados pelo poder público ou por empresas particulares em terras devolutas do estado. Posto isso, GRAZIANO (1985, p. 74) assevera que:

“A colonização se faz em terras não anteriormente ocupadas, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado. Já a reforma agrária é feita em terras que já tem dono, ou seja, em terras privadas, sejam elas particulares ou do governo: por isto a reforma agrária implica, basicamente, uma mudança de propriedades das terras para indivíduos que não são proprietários. Quer dizer: criam-se novos donos entre os “sem terra” a partir de terras que já eram propriedade privada de alguém”.

STEDILE (2011) destaca que na literatura política, a reforma agrária afeta o estudo e análise das questões que a concentração da posse da terra traz às forças produtivas de uma sociedade. OLIVEIRA (2007) corrobora essas argumentações ao dizer que a reforma agrária se constitui de políticas governamentais concebidas para modificar a estrutura fundiária por meio de distribuição da posse e da propriedade da terra.

Embora a reforma e a colonização se relacionem ao campo é necessário maior aprofundamento destes temas para se entender o que realmente são. A colonização visa a ocupação de terras desabitadas com o assentamento de famílias tornando-as produtivas e reforma agrária caracteriza-se por reformar, modificar estruturas existentes para o atendimento de interesses sociais, corrigindo as relações jurídicas de propriedade das terras para atender aos interesses da sociedade (IOKOI *et al.*, 2005).

A Reforma Agrária é um processo pelo qual os governantes por meio das políticas públicas garantem a distribuição ou redistribuição de propriedades rurais para que essas cumpram a função social que lhes são atribuídas. Com isso, SPAROVEK (2003) destaca a importância da realização de diagnósticos e ações para a implantação dos assentamentos para a reforma agrária, uma vez que essas se constituem ferramentas potenciais na efetividade e consolidação da gestão de políticas públicas e ações governamentais.

A Reforma Agrária caracteriza-se como uma política complexa que não deve ser compreendida apenas como a distribuição de terras, mas como um programa completo que beneficia os trabalhadores rurais, ao lhes possibilitar além da posse da terra, condições de moradia, educação, transporte, saúde, logística, crédito e, também, assistência técnica com informações sobre plantio, produção, beneficiamento, transportes, vendas, entre outros. As políticas agrícolas para a reforma agrária deveriam ter como característica principal autênticas ações com vistas à distribuição de terras, cuja posse e uso promovessem a equidade de direitos e a justiça social. Todavia, existe uma dificuldade histórica para sua efetividade, dado que as terras ainda se encontram concentradas e são privilégios de poucos latifundiários capitalistas, que as utilizam como mercadoria e se organizam política e economicamente para que haja continuidade desse processo.

A reforma agrária não conseguiu cumprir com altivez o seu papel social de alocar os trabalhadores no campo. OLIVEIRA (2003) assevera que as razões sociais, políticas e econômicas são fundamentais para discutirmos a questão das disputas políticas e suas formas tradicionais de condução, em que os projetos sociais são implementados a partir de interesses daqueles grupos que estão no poder. Fato esse que caracteriza uma relação de dependência e dominação social.

Mediante as contradições históricas que se perpetuam no país, em que o poder prevalece nas mãos de grandes latifundiários e nas grandes forças políticas, conservadoras e hegemônicas e que traçam os destinos do país, é emergente a necessidade do debate acerca da democratização da terra, sob o viés dos princípios de um programa coerente de reforma agrária.

Com respeito ao impeditivo de consolidação das políticas públicas de reforma agrária, OLIVEIRA (2007) assevera que a reforma agrária é uma imposição do capital para solucionar os problemas oriundos da concentração de terras. Para o autor, o maior empecilho para a execução das reformas agrárias centra-se no fato de que os governantes não têm conseguido garantir o processo de desapropriações sob a perspectiva dos ditames capitalistas responsáveis por gerar pressões e conflitos sociais. Assim, a reforma agrária faz parte de ações estruturais para dar equilíbrio ou diminuir as pressões sociais decorrentes da concentração da terra em grandes latifúndios. Com isso, a luta pela propriedade da terra não deve ser restrita apenas ao seu acesso, mas também contra aqueles que detêm a propriedade dos latifúndios, ou melhor, os detentores do capital.

Colonização e assentamentos em Mato Grosso

A preocupação com o Centro-Oeste e a Amazônia aparece com mais intensidade a partir do governo de Getúlio Vargas, ao afirmar em seus discursos que essas regiões precisavam ser integradas ao Brasil, por isso havia a necessidade de uma política de povoamento e de viabilização da infraestrutura. Além disso, o discurso do Presidente enfatizava a necessidade de ocupação do que chamava de vazios demográficos, a fim de integrá-los ao território nacional para que tornassem produtivos para o mercado, criando para este intento a Marcha para Oeste (BARROZO, 2008).

“A marcha para o oeste, anunciada em 1938 pelo Presidente Getúlio Vargas, é o sintoma das preocupações do governo em ocupar “grandes vazios”, no intuito não só de manter a política do País como também, no dizer de Getúlio Vargas, de preencher os espaços vazios entre as “ilhas econômicas” que formavam o Brasil” (CASTRO *et al.*, 2002, p. 29).

O governo militar, a partir dos anos 60, iniciou várias ações para a ocupação do Centro Oeste e da Amazônia, que favoreceram, sobremaneira, grandes proprietários e atraíram capitais nacionais e internacionais ao lhes conceder incentivos fiscais para, inicialmente, implantar pastagens e, logo a seguir, grandes lavouras para o desenvolvimento do agronegócio. O regime militar optou por apressar o processo de ocupação, definindo as suas formas de realização com o lema de que de estes vazios deveriam ser integrados ao Brasil para não serem entregues a supostas potências estrangeiras (MARTINS, 2009).

As terras do estado de Mato Grosso foram amplamente submetidas a política de ocupação dos governos federal e estadual, por meio de intenso processo de propaganda, transformando-as em mercadorias, com a justificativa de que deveriam ser ocupadas, desbravadas, produtivas e integradas a economia do centro-sul do país.

“A história legal da terra em Mato Grosso mostra como se deu a passagem das terras do domínio público para o domínio privado, como as leis, que regulam o processo de aquisição de terras, serviam de mecanismos políticos para dar sustentação a uma política fundiária voltada à constituição da moderna propriedade territorial, de acordo com os interesses das classes que dominaram e comandaram o poder econômico e político do Estado, principalmente dos proprietários de terra, por muito tempo” (MORENO, 2007, p. 63).

As empresas colonizadoras fortaleceram política e economicamente no estado e tiveram a seu dispor facilidades e benefícios e, em troca, possibilitaram a sustentação do regime militar, numa via de mão dupla. A colonização no estado, desse modo, apresentada como uma preocupação em distribuir terras às famílias sem terra, caracterizou-se como a entrega de terras devolutas à iniciativa privada e ao capital, como estratégias intencionalmente organizadas para evitar a desapropriação dos latifúndios de propriedade da classe hegemônica. As empresas privadas apoderam-se de grandes extensões de terras e tornaram seus empreendimentos altamente lucrativos com a revenda de

glebas e lotes na região aos colonos, que segundo SCHAEFER (1985, p. 54) “estas operações denominadas de atividades sociais, eram puramente ações brutais do capital sobre a população menos favorecida”.

O Estatuto da Terra criado legalmente para disciplinar o uso, a ocupação e as relações entre o homem e a terra, tinha como preocupação a realização da reforma agrária em atenção aos conflitos de trabalhadores rurais sem terras, principalmente aqueles do centro sul do país, que demonstraram grandes insatisfações com as políticas agrárias e poderiam gerar conflitos sociais.

As colonizadoras particulares selecionaram os compradores de seus lotes dentre aqueles que tivessem alguma situação econômica e financeira para compra-los, de preferência que fossem sulistas, uma vez que tinham perfil de “grandes trabalhadores e destemidos desbravadores” para enfrentar as mazelas e os pesados trabalhos nos assentamentos.

“A colonização particular realizada na Amazônia a partir de 1974 [...] priorizava pequenos e médios agricultores do Sul do País, que segundo essas empresas possuíam tradição agrícola, e que detinham um certo valor monetário necessário para adquirir terras das empresas privadas de colonização. Tratava-se de uma colonização seletiva que trouxe grandes lucros para estas empresas de colonização” (SOUZA, 2013, p. 13).

Os trabalhadores mato-grossenses foram ignorados no processo de seleção dos lotes nos assentamentos rurais por serem classificados como indolentes, preguiçosos, passivos e com um linguajar diferente, por isso serviam, quando muito, para os trabalhos braçais e desqualificados como a derrubada e as queimadas.

“Discursos políticos, empresariais, midiáticos e, por vezes, intelectuais, qualificavam (e alguns continuam) qualificando as populações nativas de preguiçosas e indolentes, razão pela qual atribuem a essas condições o retardamento do progresso para a Amazônia brasileira. No entanto, os espaços amazônicos sempre foram habitados por estes e

outros povos que aprenderam a lidar com as adversidades da natureza para dela se sustentarem” (ARAUJO, 2014, p. 156).

Os projetos de colonização e de assentamentos no estado tiveram como fim a incorporação dos cerrados e da floresta da Amazônia Mato-grossense ao mercado produtivo. Todavia, muitos projetos não obtiveram êxito uma vez que os migrantes conheciam as formas de produção agrícola realizadas na região sul do país, mas desconheciam as características locais de plantio, de modo que no começo das atividades os resultados foram desastrosos ou insignificantes.

As inovações tecnológicas, desenvolvidas por órgãos governamentais e por empresas privadas que injetaram grandes cifras em pesquisas, permitiram significativo crescimento da produtividade na região, que contornaram a baixa produtividade do solo e possibilitaram que a cada ano houvesse recordes na produção de grãos no estado. Os custos logísticos ainda são apresentados como dificultadores da atividade do agronegócio, mas em contrapartida, os produtores apresentam vantagens competitivas naturais como o relevo, o clima, os índices pluviométricos e o potencial de ampliação das áreas de plantio.

Paralelamente ao processo de colonização, houve no estado, a implantação de diversos assentamentos rurais da reforma agrária à famílias sem terra, realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como respostas às pressões de diversos setores de movimentos sociais, que reivindicam/ram maior atenção das autoridades para o problema fundiário.

Os Projetos de Assentamentos Rurais foram criados e estão localizados em todo o estado, abrangendo os três biomas (pantanal, cerrado e floresta). Segundo dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – Mato Grosso: Relatório 2012, foram realizados 578 assentamentos entre os anos de 1979 a 2012, com o assentamento de 103.330 famílias, numa área de 6.276.385,4 ha, sendo que grande quantidade dos Projetos de Assentamentos Rurais (45,16%) foram criados entre os anos de 1995 e 2005:

Tabela 1 - Assentamentos Rurais em Mato Grosso – maior ocorrência

| Ano | Assentamento | Famílias | Área/has |
|-------|--------------|----------|-----------|
| 1995 | 60 | 13.437 | 1.024.340 |
| 1997 | 48 | 9.860 | 512.291 |
| 2001 | 44 | 7.009 | 485.840 |
| 2003 | 65 | 6.581 | 253.016 |
| 2005 | 44 | 3.011 | 126.898 |
| Total | 261 | 39.898 | 2.402.385 |

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra (2013).

Os dados do DATALUTA demonstram que a partir do ano de 2005 a quantidade de projetos de Assentamentos Rurais aprovados pelo INCRA foram decrescendo, de tal maneira que em 2012, foram aprovados apenas 8 projetos.

Tabela 2 - Mato Grosso - Assentamentos Rurais Criados Ano 2012

| MUNICÍPIO | ASSENTAMENTOS | % | FAMÍLIAS | % | ÁREA | % |
|------------------|---------------|------|----------|------|--------|------|
| Alto Boa Vista | 1 | 12,5 | 300 | 35,4 | 300 | 1,2 |
| Cáceres | 1 | 12,5 | 20 | 2,4 | 1.225 | 5,1 |
| Canarana | 1 | 12,5 | 200 | 23,6 | 6.830 | 28,3 |
| Carlinda | 1 | 12,5 | 43 | 5,1 | 2.356 | 9,8 |
| Cláudia | 1 | 12,5 | 100 | 11,8 | 6.374 | 26,5 |
| Mirassol D'Oeste | 1 | 12,5 | 110 | 13 | 4.522 | 18,8 |
| Nova Olímpia | 1 | 12,5 | 60 | 7,1 | 2.425 | 10,1 |
| Pontes e Lacerda | 1 | 12,5 | 14 | 1,7 | 60 | 0,2 |
| TOTAL | 8 | 100 | 847 | 100 | 24.093 | 100 |

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. www.fct.unesp.br/nera

Os assentados rurais, como proprietário de pequenas áreas de terras, abastecem a mesa dos brasileiros com 70% do que é consumido na alimentação do país. Os agricultores de pequeno porte produzem alimentos variados como mandioca, feijão, carne suína, leite, aves, etc, enquanto o agronegócio é

voltado para a monocultura extensiva de produtos direcionados à exportação (Portal do Brasil, 2017).

Os órgãos governamentais, os movimentos sociais e os próprios assentados percebem, ainda, a reforma agrária apenas como números quantificáveis de projetos aprovados, de famílias assentadas ou de hectares desapropriados e não consideram importante os aspectos relacionados à qualidade de vida dos assentados (SPAROVEK, 2003). Nesse contexto os assentamentos, como o Projeto de Assentamento Vale do Arinos localizado no município de Juara, foram criados com estruturas mínimas e sem o apoio necessário das instituições públicas que possibilitassem desenvolvimento e autonomia dos assentados, como ilustra o conjunto de dados da próxima seção.

Resultados e Discussão

História de vida e as narrativas dos assentados do Projeto de Assentamento Vale do Arinos: os dados qualitativos em análise

Esta seção apresenta os excertos das narrativas e suas respectivas análises. As histórias de vidas e as narrativas constituem-se fontes potenciais para compreender as expectativas, os sonhos, as itinerâncias, a subjetividade, bem como as tramas e lutas dos assentados – participantes da pesquisa -, em busca de um pedaço de terra e, por conseguinte, por melhores condições de vida e dignidade.

O Projeto de Assentamento Vale do Arinos teve sua criação em 2003 e, assim como muitos outros, o assentamento é resultado das reivindicações por um pedaço de terra. Embora os assentamentos rurais não se constituem apenas pela sua criação no processo de reforma agrária, uma vez que esta tem como característica a mudança da posse da terra de proprietários latifundiários para produtores rurais sem terra, esses têm se constituído em um espaço de inclusão, como no Projeto de Assentamento Vale do Arinos. Apesar de ter sido criado com pouca infraestrutura, percebe-se nas vozes dos assentados que a chegada em seus lotes, além de lhes possibilitar os benefícios da posse da terra, constituiu-se também uma realização de antigos sonhos de oportunidades e igualdade de direitos, como demonstram os excertos dos pesquisados ao narrar como se sentiram ao tomar posse de suas terras:

HA5: *“Quando cheguei nem acreditei. Estava feliz, realizado. A terra era minha. Eu era proprietário de um pedaço de terras igual muita gente, mesmo que eu não tivesse os documentos dela como não tenho até hoje, mas a sensação foi de posse... Era tudo mato, existia tudo a fazer por aqui, mas me senti alegre. Não cansava de olhar para os lados, para minhas terras!”* (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

MA4: *“Me senti feliz de chegar num local que seria meu, nosso. Foi difícil na época, mas ao mesmo tempo, quando chegamos senti muita felicidade, porque a gente não tinha tido condições de adquirir nada. Agora nós éramos donos de um pequeno pedaço de terra como muita gente. Foi isso, fiquei feliz por chegar num lote que seria nosso”.* (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

HA6: *“Ao chegar no lote que me destinaram meu sentimento foi de felicidade e de prazer ao mesmo tempo por estar lá. Principalmente de ser proprietário de um pedaço de terras como muitos outros no assentamento. Eu não tinha como comprar um pedaço de terras. Eu estava feliz. A gente nem sabia que passaríamos tantas dificuldades para abrir o sítio, plantar e permanecer na terra”.* (Narrativas produzidas em 20/10/2016)

Ser proprietário de seu pedaço de terras emerge, também, nas narrativas de MA3 ao expressar alegria e, ao mesmo tempo, preocupação:

MA3: *“Senti muita alegria quando cheguei no lote. Eu nunca tinha tido um pedaço de terra e não tinha a menor condição de comprar nada, muito menos terra... Mas agora*

aquela terra era minha... Só que era tudo mato. Não tinha nada, mas mesmo assim eu estava chegando no que era meu, no que era nosso. O ranchinho foi feito perto do rio para facilitar o acesso à água". (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

A falta de ações governamentais, a falta de compromisso das instituições no cumprimento das políticas de reforma agrária, a pouca experiência dos assentados para o trabalho no campo, a falta de recursos para a sobrevivência fizeram com que muitos abandonassem ou vendessem seus lotes a qualquer preço e retornaram para suas origens, ou procuraram outras paragens para fazer de moradia, de modo que são poucos os assentados que estão no assentamento desde o seu começo.

O Projeto de Assentamento Vale do Arinos possui características que ora são similares a outros, como a origem dos assentados, e ora são diferentes como as atividades que os assentados exerciam antes de serem contemplados com um lote de terras.

No Assentamento vale do Arinos os assentados já residiam nas proximidades cidades do Vale do Arinos, próximas ao assentamento. Situação semelhante do Projeto de Assentamento Pirituba, localizado no município de Itapeva, no estado de São Paulo. A população daquele assentamento também era constituída por assentados da região: "a população deste assentamento é originária, em sua maioria, da própria região, principalmente dos municípios de Itapeva, Itaberá, Itararé, Coronel Macedo e Itaporanga" (IOKOI *et al*, 2005, 38).

As atividades que exerciam antes de serem assentados são um pouco diferente nestes dois assentamentos. Enquanto a população de assentados do Projeto de Assentamento Pirituba era composta por 99,7% de trabalhadores da terra (IOKOI *et al*, 2005), no Assentamento Vale do Arinos apenas 65% deles tinham como ocupação as atividades de lavradores. Os demais realizavam afazeres diversos como marceneiros, pedreiros, vendedores, domésticos, dentre outros.

Outra característica marcante do Projeto de Assentamento Vale do Arinos é sua forma de criação, que partiu de um acordo entre o proprietário da fazenda e o sindicato dos trabalhadores rurais para a invasão da área, para forçar o

governo a declará-la como de interesse social para a reforma agrária e a desapropriasse para o assentamento dos sem terra.

O sindicato fez as inscrições dos candidatos, autorizou suas entradas e organizou os serviços de demarcação dos lotes. O Incra apenas deu continuidade aos trabalhos iniciados conferindo a documentação, realizando as consultas exigidas pela legislação, legitimando os selecionados e conduzindo as demais etapas dos trabalhos burocráticas da reforma agrária. Os candidatos ao assentamento viram estes trâmites processuais de seleção com desconfianças e também tinham dúvidas se o assentamento seria regularizado pelo governo federal.

O pesquisado HA1 narra como foram realizados os encaminhamentos dos assentados para a posse das terras no assentamento e compartilha seus temores diante das incertezas acerca de suas legalizações:

HA1: *“A gente fazia uma inscrição no sindicato e o sindicato ia distribuindo e indicando os lotes. Na época ninguém no assentamento era Siprodo. Daí o Sindicato fazia a inscrição de todo mundo e foi cortando os lotes e distribuindo. Foi medindo, pois quando chegamos aqui os lotes não eram medidos ainda. Era uma desorganização... [...] Cada um fazia sua demarcação. Anos depois deu cada rolo quando pagamos pra fazer o geo. Era tudo um risco e tudo era incerto... Antes de vir pra cá assinamos um documento lá no sindicato que chamavam de comodato com duração de 3 anos. Se o governo não adquirisse a área para ser transformado em assentamento, nós íamos ter de sair do lote, abandonar as casas, as benfeitorias e todo trabalho que fizemos”. (Narrativas produzidas em 20/10/2016)*

As narrativas dos pesquisados HA5 e MA4 expressam, também, o sentimento de insegurança e temores sobre os trâmites do processo de legalização do assentamento pelo Governo Federal.

HA5: *“A gente fazia a inscrição para o assentamento no sindicato. Pagava até uma taxa... Depois eles*

encaminhavam a gente para o assentamento para trabalhar na terra. Os lotes eram indicados pelo sindicato mas tínhamos que assinar um documento. Eles informaram que isto era um sistema de comodato. Era assim: você ia para o assentamento e começava a trabalhar enquanto o sindicato e os políticos negociavam com o governo a desapropriação das terras. Caso não houvesse a desapropriação das terras, nós teríamos de sair deixando para trás os trabalhos e as benfeitorias. Era um risco dos grandes. Como deixar para trás algo construído com tanto esforço e com pouco dinheiro, se as terras não fossem desapropriadas? Era um risco sim”. (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

MA4: *“Ficamos sabendo sobre o assentamento na rua e fomos procurar informações no sindicato. Lembro que pagamos uma taxa de setenta reais de inscrição que guardo o recibo até hoje. Depois participamos de uma reunião e nos informaram que não era ainda para ter a propriedade do lote no assentamento. Era um tipo de comodato de três anos. Se o governo não indenizasse os donos das terras, nós teríamos de sair delas. Então, nós fomos para o lote. Hoje, vejo que foi um passo incerto que demos... Vejo que foi um enorme risco, porque a gente poderia ser despejado a qualquer momento”. (Narrativas produzidas em 18/05/2017)*

Durante o processo de tramitação dos documentos para a regularização do assentamento houve muitas informações que atemorizavam os assentados. O pesquisado HA7 narra suas incertezas sobre esse processo:

HA7: *“Fomos no sindicato, fizemos a inscrição e o sindicato nos encaminhou para o assentamento. O assentamento não era ainda regularizado e quando chegamos no lote era tudo mato. Aos poucos fomos abrindo a mata e trabalhando na terra. Para nós era um passo incerto que demos... Não havia*

certeza de nada, era tudo especulação. O sindicato não quis nos fornecer nem a cópia do termo de comodato. Existiam muitas conversas de que logo seríamos despejados dos lotes, deixar nosso trabalho e nossas coisas para o dono das terras. Todo dia era uma apreensão terrível. Nós tínhamos medo”. (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

Esses excertos das narrativas demonstram descumprimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da alínea “a”, do parágrafo segundo, Artigo segundo do Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, que estabelece ser dever do poder público promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra. Há, também, descumprimento do Artigo 55, uma vez que este determina que a colonização é de responsabilidade do poder público, e este tomará a iniciativa de recrutar e selecionar pessoas ou famílias, dentro ou fora do território nacional, reunindo-as em núcleos agrícolas ou agroindústrias, podendo encarregar-se de seu transporte, recepção, hospedagem e encaminhamento, até a sua colocação e integração nos respectivos núcleos.

As ações realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para selecionar os assentados, apesar de ter sido fundamental para a existência do Projeto de Assentamento Vale do Arinos, trouxe insegurança e temores aos candidatos a um lote de terras, por ser uma atividade prevista para ser realizada pelo Incra. Além disso, não há certeza de que o assentamento seria regularizado, pois os assentamentos rurais devem ser criados em terras já incorporadas ao Patrimônio Público após ser declarada de interesse social para reforma agrária.

As narrativas MA3 evidenciam que haviam muitos desafios a serem enfrentados e contornados no assentamento:

MA3: *“Para mim um dos desafios encontrados no assentamento era a falta de transporte e precariedade das estradas. O ônibus passava longe, a gente descia lá, chegava no assentamento uma, duas horas da manhã. Tinha de deixar as compras e a merenda da escola e dar um jeito de buscar depois. No começo eu trazia as compras e*

tudo que precisava nas costas e depois compramos uma carrocinha. Assim, chegávamos no ponto do ônibus, deixávamos as coisas, vinha a pé em casa, pegava o animal no pasto, atrelava na carroça e ir buscar o que tinha deixado para trás de madrugada. Não tinha estrada boa, era uma picada. A estrada ainda é ruim, mas já melhorou muito porque nós procuramos ajuda da prefeitura municipal, que de vez em quando dá uma arrumada para nós. Mas passamos muitas necessidades. Primeiro, porque não tínhamos dinheiro e também por causa das estradas ruins. Nos tempos das águas acabavam os alimentos e não tinha como ir a Juara porque os ônibus ficavam até dois meses sem conseguir chegar no assentamento. Sabe o que a gente comia? Como ainda não tínhamos ainda galinhas ou outra criação, a gente trazia bastante caldo de galinha e fazia um pirão com farinha e comia”. (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

A pesquisada MA3 em suas narrativas acrescenta que os desafios encontrados foram, também, decorrentes do descaso dos órgãos públicos que não disponibilizou a infraestrutura necessária ao Projeto de Assentamento Vale do Arinos.

MA3: *“Quando chegamos no assentamento era tudo mato. Fizemos a derrubada das árvores e a limpeza da área sem apoio ou assistência do Incra. A gente antes de vir para o assentamento ouviu no sindicato que teríamos direitos como estradas, pontes, casas, créditos, assistência técnica e orientação rural mas não recebemos nada. Ficamos abandonados. Hoje, as coisas melhoraram mas meu marido sempre fala que demos um passo ousado e que se soubesse que teria que passar o que passamos não teria vindo para o assentamento. (Narrativas produzidas em 18/05/2017)*

A falta de infraestrutura também é narrada pelo pesquisado HA7 como um dos problemas que encontram no assentamento:

HA7: *“Não tínhamos estradas boas nem para chegar no assentamento. Era difícil o nosso acesso aos lotes e também para trazer o que era necessário nossa continuidade nos lotes. Foram muitas dificuldades que me fizeram pensar se eu e minha esposa fizemos certo por ter vindo para o assentamento. Mas para mim, que sou pai, o maior desafio encontrado foi o estudo precário. Tenho um filho e a escola no assentamento era muito ruim. Muitas famílias acabaram indo para cidade em busca de melhores condições de estudos para seus filhos”. (Narrativas produzidas 18/05/2017)*

O artigo 16 do Estatuto da Terra evidencia que a Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador. Todavia, no Projeto de Assentamento Vale do Arinos houve o descompromisso do Incra com estas orientações, uma vez que as famílias foram assentadas e deixadas à própria sorte, sem que fossem oferecidos a elas o apoio financeiro necessário para a instalação e outros créditos previstos para assentados, não tiveram também as infraestruturas básicas como luz, água, estradas e moradias, a assistência técnica rural e o atendimento a educação.

As questões relacionadas a falta de infraestrutura é narrada por todos os assentados, mas existiam outros como narram os pesquisados HA6 e HA5.

HA6: *“O maior desafio era transformar isto tudo em sítio. Era tudo mato e não tínhamos condições financeiras para isto. Foi desalentador você sem dinheiro ter de desmatar, plantar, cercar. Além disso, o que nós plantávamos os bichos comiam. Tinha muito bicho... Porco, antas, capivaras... Nada dava certo. Então optamos por plantar capim e partimos para*

a criação de gado. Assim, para mim o maior desafio foi abrir o sítio porque nós não conhecíamos a região, a terra. A terra era arenosa, a roça não deu certo, os pastos saíam fracos, o gado morria. Aos poucos fomos aprendendo a viver no assentamento, assim fomos contornando os desafios encontrados. Aprendemos também a lutar coletivamente por meio de nossa associação. Assim, brigamos com secretarias estaduais e municipais, com a prefeitura e eles aos poucos atenderam algumas de nossas reivindicações”.
(Narrativas produzidas em 18/05/2017)

Há na fala de HA6 a evidência de superação da condição de proprietário privado individual e de aprendizagem de trabalho coletivo em direção à busca de direitos e de cidadania.

HA5: *“Os problemas eram muitos. Não tínhamos estradas, o acesso era muito ruim. Era só uma picada que permitia andar a pé. As coisas como equipamentos e comida eram carregados nas costas. Não tínhamos e ainda não temos atendimento à saúde. O Incra não deu assistência nem na demarcação dos lotes e nós tivemos de pagar por ela. A prefeitura pouco ajudou na abertura do assentamento, mas o maior desafio que encontramos foi a falta de conhecimento da região e do meio ambiente. Quando chegamos, o gado morria muito rápido de um mal desconhecido. Demorou para descobrirmos que era a ingestão de uma erva chamada “vicki” que infestava toda região. Conseguimos contornar muitos problemas com muito trabalho, as vezes individual outras vezes coletivamente. Também fomos aprendendo a ouvir e sentir o lugar. Aos poucos as coisas foram melhorando...”*(Narrativas produzidas em 18/05/2017)

Para MA1, o maior desafio encontrado por sua família foi abrir o sítio e trabalhar numa terra que desconheciam.

MA1: *“Para mim era importante limpar o sítio, torná-lo habitável, produtivo. Aqui tinha só mato e a gente queria produzir gado, mas não tínhamos dinheiro nem conhecíamos direito o lugar que era cheio de bichos. A gente quase não via as onças, mas víamos seus rastros e ouvíamos os barulhos que faziam na mata. Eu era criança e ia para a escola a pé. Então, pensa como é que eu me sentia tendo de caminhar longe, sozinha e com medo”.*
(Narrativas produzidas em 19/05/2017)

Os assentados selecionados não eram todos agricultores sem terra, e mesmo aqueles que estavam acostumados à lides rurais, tiveram dificuldades para enfrentar uma nova região, tanto que demoraram para descobrir porque o gado morria e, também, que a terra arenosa sem correção da acidez era imprópria para ser a produção da agricultura. Como não tiveram assistência técnica rural ou qualquer outra qualificação planejada e executada no assentamento, viram-se desprotegidos e sem condições de enfrentar a diversidade do campo, que lhes possibilitassem condições de produzir para seu sustento.

Na atualidade o Assentamento, apesar de apresentar ainda muitos problemas, é avaliado pelos pesquisados como um lugar bom para morar. As pesquisadas MA3 e MA4 assim narram suas vidas no assentamento:

MA3: *“Eu acho que hoje a vida no assentamento é boa. É bem melhor do que quando nós viemos para cá. Minha vida é cuidar do que é nosso, de nossa criação. Nós temos porcos, galinhas, gados. Gosto muito de morar no assentamento. Aqui é tranquilo, é uma paz. A gente trabalha muito, luta o dia inteiro, mas quando chega à noite, a gente vai dormir numa tranquilidade...”* (Narrativas produzidas em 19/05/2017)

MA4: *“Em vista do que era antes está muito bom. Temos mais qualidade de vida se comparado com o começo do*

assentamento. Temos até uma camionete para carregar as coisas. Não se pode falar que tudo é cem por cento, mas hoje dá para viver melhor, comer melhor. E, hoje trabalhamos só no que é nosso. Não precisamos mais trabalhar fora”. (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

Os excertos das narrativas de MA1 reafirmam as histórias de MA3 e MA4, como se pode observar:

MA1: *“Hoje é bom viver no assentamento. Nós temos até luz elétrica. Quando chegamos não existia energia e a gente vivia com luz de lâmparas. Como trabalhamos também com produção de leite, hoje podemos usar o refrigerador. Na atualidade, temos casa de madeira mas é uma boa casa, o sítio é limpo, temos gado de leite e de corte e as estradas estão melhores. Hoje, gosto muito de morar no assentamento. Houve mudanças importantes e não necessitamos implorar por tudo, hoje nós sabemos cobrar mais das autoridades. Moro com meus pais e somos felizes no assentamento”. (Narrativas produzidas em 19/05/2017)*

As narrativas apontam significativas melhorias em suas condições de vida após o acesso e posse em seus lotes de terras. Quando indagados como é a vida no assentamento, esses elencaram diversas situações de melhorias nas infraestruturas básicas como estradas, escolas, energia, moradias, renda familiar, etc. que são essenciais para a permanência deles em seus lotes de terra. Com isso, é possível inferir que se a qualidade de vida melhorou é porque houve, também, significativo desenvolvimento econômico, social e político no assentamento. Quando ponderam que trabalham no que é deles, que cuidam do que é deles, que houve mudanças e que sabem cobrar seus direitos, há nessas narrativas sentimentos de que, de algum modo, souberam lutar em prol de um direito pela conquista da terra.

“A tomada de consciência de sua cidadania, de seus direitos

e deveres, torna os trabalhadores participantes ativos dos processos sociais, organizando-se na defesa de seus interesses... Em consequência passam a interagir e pressionar as autoridades para que suas reivindicações sejam atendidas, tornando-se agentes políticos significativos em suas comunidades” (SPAROVEK, 2003, p. 26).

Os participantes da pesquisa narram que o assentamento é muito melhor do que há anos atrás, mas sentem falta de infraestrutura que poderia possibilitar-lhes mais qualidade de vida. A pesquisada MA5 narrou do que sente falta no assentamento: *“a gente sente falta ainda de um barracão para nosso lazer lá na igreja, precisamos de um telefone para nos comunicar com a cidade, necessitamos de mais atenção na área da saúde e, principalmente, de escolas com mais qualidade”*.

Esse sentimento se manifesta nas narrativas de HA3 e HA6:

HA3: *“O Assentamento Vale do Arinos hoje é muito bom para morar. Mas ainda falta interesse político para trazer mais melhorias para nós. Na minha opinião falta fomento para aumentar nossa produção e renda e, além disso, faltam estradas”*. (Narrativas produzidas em 20/10/2016)

HA6: *“O assentamento apesar de tudo é bom para morar. Se tivéssemos mais estrutura seria melhor ainda. Eu acho que a educação é precária, não pelos professores, mas como ela é oferecida”* (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

O Assentamento, nas narrativas dos pesquisados, é caracterizado como um bom lugar para morar, mas todos acreditam que a infraestrutura básica deve ser implementada ou melhorada como saúde, educação, estradas, lazer, etc. Essas reivindicações demonstram que a comunidade se politizou e tem percepções de seus direitos em busca da cidadania, a partir de suas conquistas. Para SPAROVEK (2003), quando os assentados assumem o controle de suas

terras, passam por mudanças importantes e sentem mais responsabilidade sobre seus destinos, de forma que reivindicam mais e exigem mais individual ou coletivamente das instituições.

Os assentados foram indagados sobre o que os motivava a morar no assentamento Vale do Arinos. A pesquisada MA3 enfatiza:

MA3: “Porque gosto de morar no meu pedaço de terras. Ele tem propiciado renda para nossa sobrevivência. Eu sei que no passado arriscamos muito em ter vindo para cá, era tudo incerto mas para nós deu tudo certo. Eu me sinto feliz aqui. Além disso, no assentamento temos uma associação e nela temos força”. (Narrativas produzidas em 18/05/2017)

Os pesquisados MA2 narra o que a motiva a viver no assentamento: “é o sossego e a questão afetiva. No começo não tínhamos certeza de quase nada, apenas sonhávamos com um pedaço de terras. Quem está aqui desde o começo sofreu e de certa forma venceu. É isto que mantém a gente aqui até hoje”.

O pesquisado HA5 manifesta, também, a sua motivação ao narrar:

“O que me mantém no assentamento é a tranquilidade e acho que também porque me sinto realizado. Eu sempre quis ter um pedacinho de terras. Agora eu tenho. Esse sentimento me dá um pouco de segurança. Não é mais algo incerto, que poderia acontecer. Isto já aconteceu, é uma certeza”. Além disto, há nosso trabalho comunitário. No começo, se o Incra tivesse cumprido pouco do que devia cumprir, eu pouco me importava. Depois fui me inteirando das coisas, do processo, dos direitos dos assentados e comecei a participar da associação. Hoje sou integrante, faço parte de uma comunidade”. (Narrativas produzidas em 18/05/2017).

Essas narrativas envolvem por parte dos assentados o sentimento de pertencimento a comunidade, ao grupo de pessoas que chegaram no assentamento, lutaram e continuam morando nele até hoje. Para FARIAS (2003),

este sentimento é um vínculo subjetivo que se relaciona ao sentimento de pertencimento com possibilidades de realização de desejos e reconhecimento.

Alguns evidenciaram seus sonhos de assentados rurais: *“meu maior sonho é a documentação definitiva* (Pesquisado HA6). *“Meu sonho é que o assentamento propicie condições de rendas às pessoas que nele habitam”* (pesquisada MA1). *“Sonho de termos rendas melhores e acesso fácil para levarmos a produção para a cidade”* (pesquisado HA5). *“Meu maior sonho é viver”*. A pesquisa MA4, se emociona profundamente, chora ao contar: *“Nossa história é uma história de sofrimento, passamos dificuldades. Mas é uma história de vida. Não apenas de uma, mas de muitas vidas. Só compreende esta história aqueles que acreditaram e lutaram”*.

Os sonhos dos assentados pesquisados do Projeto de Assentamento Vale do Arinos são coerentes com suas trajetórias e lutas. Percebe-se nas narrativas que, de algum modo, construíram espaços que possibilitaram a intersecção de relações sociais entre eles na comunidade, que contribuíram com suas permanências no assentamento. Deste modo, seus sonhos entrelaçados à história de vida e lutas projetam a continuidade ou desenvolvimento desses espaços de relações sociais, para desenvolver, não só aspectos inerentes à infraestrutura, mas também aqueles que dizem respeito ao processo de formação pessoal e política ao assumirem posturas militantes no âmbito da vida individual e coletiva do assentamento.

As histórias de vida dos assentados emergem como fatos de coragem proeminente para residir num local longínquo, com estradas precárias, sem quaisquer infraestrutura física e, ainda, com pouco apoio das instituições governamentais, como uma epopeia em passos duvidosos que se configuraram para alguns como passos ou decisões incertas que tomaram quando decidiram ir para o assentamento e, para outros, como coragem e luta em busca de um quinhão de terras, um espaço que lhes oportunizasse produção e rendas para seu sustento e de sua prole.

Considerações finais

A criação do Assentamento Vale do Arinos possibilitou o acesso à terra a trabalhadores moradores dos municípios do Vale do Arinos, num processo burocrático que teve início no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juara e

complementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A mudança da situação de trabalhador sem terra para a de proprietário de um lote de terras, trouxe consequências nas relações sociais e econômicas dos assentados, emergindo no assentamento novos atores sociais que atuaram nos cenários econômico, social e político.

As peculiaridades na seleção, na condução dos trabalhos de assentar os selecionados, a falta de infraestrutura e as dificuldades encontradas pelos assentados protagonizaram histórias, que não podem nem devem ser esquecidas. Neste contexto, o artigo compartilha as histórias de vida e as narrativas de memórias dos assentados do Projeto de Assentamento Vale do Arinos.

O conjunto de dados partilhados nesta pesquisa demonstram que as histórias de vida narradas pelos assentados emergem como uma decisão corajosa em morar num assentamento distante do núcleo urbano, com estradas em péssimas condições de serem transitadas, com pouca infraestrutura e quase sem assistência das instituições governamentais.

As narrativas dos assentados demonstram que seus sentimentos ao chegar nos seus lotes foram de alegria e de felicidade, que olhavam para suas terras e não cansavam de admirá-las e de apreciar a paisagem num estado de contemplação. A chegada para eles tinha o significado especial, de que sua insistência na luta pela terra não tinham sido em vão e acreditavam que suas vidas melhorariam depois que delas tomassem posse.

Mas nem tudo para os assentados foi fácil, eles narram que logo perceberam os desafios a serem contornados como a falta de transportes, estradas ruins, a falta de dinheiro e de crédito financeiro, falta de infraestruturas básicas como escolas, pontes, postos de saúde, moradias, água e, além disso, como desconheciam o ambiente demoraram para perceber que a agricultura familiar não era promissora sem que corrigissem os solos ou que o gado morria de morte súbita por ingestão de uma vegetação da região. Ressaltam que conseguiram contornar vários desses problemas/desafios com muito trabalho, individual ou coletivo e aprenderam a ouvir e sentir o lugar.

As narrativas dos pesquisados fazem alusões de que o acesso à terra, a propriedade do lote, os trabalhos realizados são subsídios importantes, mas não suficientes para possibilitar condições de produção, renda e qualidade de vida.

Desse modo, foi difícil para os assentados continuarem no assentamento sem os meios necessários para as atividades produtivas como máquinas, equipamentos, insumos, créditos e, também, o conhecimento não só de como produzir, mas do ambiente natural da região.

A luta pela posse da terra possibilitou que os assentados percebessem o assentamento como um espaço de desenvolvimento de políticas e de poder, uma vez que se sentiram mais fortes e confiantes por meio das lutas coletivas em suas associações. A falta de apoio das Instituições Públicas como o Incra e a Empaer, aliadas às precárias infraestruturas que lhes foram permitidas, fez com que os assentados tornassem atores sociais em busca de seus interesses e de seus direitos.

Os excertos das narrativas dos assentados apontam que no Assentamento Vale do Arinos as constantes lutas pela terra trouxe aos assentados experiências políticas e produziu formas descentralizadas de lideranças, representações e de organizações por meio de suas associações e também por outras formas de se organizarem em busca de suas reivindicações. Além disso, a criação do assentamento não tem se configurado como o ponto final de um procedimento que tramitou por anos, de forma incerta e duvidosa, mas como um ponto inicial e de partida em que os assentados perceberam como possibilidades para insistir e lutar em busca de viabilidades, não só econômica, mas também de infraestruturas como escolas, serviço de saúde, boas estradas, créditos e assistências técnicas. Esta é a marcha pela terra que não é mais incerteza, mas é o resultado de lutas e de sacrifícios e de vitórias.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, M. S. S. Desenvolvimento e militarismo na Amazônia. In. GARCIA, D. S. C.; MICELI, P. C. (Org.). **História e fronteira**. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014. 223p.

BARROZO, J. C. Políticas de colonização: as políticas públicas para a amazônia e o centro-oeste. In. BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora: Portugal, 1994. 336p.

BRASIL, Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, Seção 1 - Suplemento – de 30/11/1964, p. 49.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Distribuição dos incentivos fiscais aprovados por estado (2007 a 2015). Disponível em <http://www.suadam.gov.br/index.php?qincentivos-fiscais>. Acesso em 02.03.2017.

CASTRO, S. P.; BARROZO, J. C.; COVEZI, M.; PRETI, O. **A colonização Oficial em Mato Grosso**: a nata e a borra da sociedade. 2ed. Cuiabá: EdUFMT/NERU, 2002, 236p.

DATA LUTA. Núcleo de estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária. Relatório 2012. <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletim.php>. Acesso em 30.05.2017.

GALEANO, E. A. V.; MATA, H. T. C. Diferenças regionais no crescimento econômico: uma análise pela teoria do crescimento endógeno. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 4, p. 669-684, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. 131p.

GOODSON, I. F.; BIESTA, G.J. J. G.; TEDDER, M.; ADAIR, N. **Narrative learning**. London; New York: Routledge, 2010. 137p.

GOODSON, I. F.; BIESTA, G.J. J. G.; TEDDER, M.; ADAIR, NGILL, S. R. **Narrative pedagogy**: life history and learning. New York: Peter Lang, 2011.174p.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Para entender o plano nacional de reforma**

agrária. 2ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1985. 103p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 23 mar. 2016.

IOKOI, Z. M. G., ANDRADE, M. O.; REZENDE, S.; RIBEIRO, S. (Org.) **Vozes da terra**: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Itesp, 2005. 256p.

LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. 191p.

MILES, M. B; HUBERMAN, A. M. **Análise de dados qualitativos**: uma expansão livro de fontes. 2. ed. Londres: Sage. 1994. 248p.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de burla – 1892-1992. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007. 310p.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, 150p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PAULILO, M. A. S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serv. Soc. Ver. Londrina, V. 2, p-135-148, Jul./Dez. 1999.

Portal do Brasil. Economia e emprego. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PORTELI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Cultura e Representação**. São Paulo: Projeto História, n.14. Fev. 1997. p.25-39.

RANIERI, S. B. L., Retrospecto da reforma agrária no mudo e no Brasil. In. SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003. 205p.

SILVA, A. C. F. Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – Gleba Rio Ferro (1950-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidade: mapeamento dos grupos sociais do estado de mato Grosso – Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 2, p. 261-281, 2010.

SOUZA, E. A. História de Sinop: sociedade imobiliária noroeste do Paraná. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. 336p

SOUZA, E. A. de. **O poder na fronteira**: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013. 251p.

SPAROVIK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. 204p.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional - 1500-1960. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 201p.

7. Conclusão Geral

Os resultados obtidos neste estudo apresentam o processo de criação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos, localizado a 140 quilômetros da sede do município de Juara e aborda os procedimentos adotados na implementação das atividades para o assentamento dos trabalhadores, no contexto das políticas públicas de reforma agrária e Assentamentos Rurais.

Os trabalhos de pesquisas demonstraram que as áreas do assentamento foram invadidas pelos trabalhadores rurais sem terras para pressionar o governo a desapropriar a área para fins de reforma agrária. Desse modo, a análise dos dados pesquisados apontaram que as atividades de criação, planejamento, estruturação e seleção dos assentados nas parcelas do assentamento foram parcialmente concretizadas, considerando a pouca efetividade das políticas públicas de reforma agrária no assentamento, dada a escassez da infraestrutura básica implementada.

Todavia, mesmo não sendo atendidos com estas infraestruturas previstas nas políticas de reforma agrária e assentamentos rurais, a população assentada reconhece que tiveram benefícios, uma vez que conseguiram a posse de um lote de terras, que lhes oportunizaram a produção familiar e de rendas para seus sustentos.

Neste sentido evidenciam que se todas as ações previstas nas políticas para a reforma agrária tivessem sido implementadas integralmente no Projeto de Assentamento Vale do Arinos, como as políticas sociais voltadas à saúde e educação, de infraestrutura direcionadas ao fornecimento de água, moradia, energia e construção ou manutenção das estradas e apoio a produção, os resultados seriam mais positivos.

Para entender melhor sobre o processo de criação do projeto de Assentamento Vale do Arinos, os trabalhos foram ampliados e direcionados a uma análise do papel das empresas de colonização e assentamentos rurais no contexto da expansão capitalista e, também, sobre o processo de expansão da região norte de Mato Grosso, considerando o avanço do capital na instalação de agropecuárias de grande porte na região. Esta ampliação foi necessária, considerando que as áreas do assentamento pertenciam a uma grande empresa agropecuária, que negociou com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Juara a invasão das terras para forçar a sua desapropriação pelo governo federal.

Desse modo, as pesquisas sobre as empresas de colonização e assentamentos na expansão capitalista no norte do estado de Mato Grosso, evidenciaram que os projetos de Colonização, por meio de empresas particulares, possibilitaram o avanço do capital sobre as terras na Amazônia e as transformaram em mercadorias.

Assim, os projetos de Colonização possibilitaram o avanço do capital na Amazônia por meio de vantagens fiscais oferecidas a grandes empresas para se instalarem na região, utilizando-se de uma política desenvolvimentista que possibilitaram a estas empresas juros subsidiados e incentivos fiscais concedidos por instituições governamentais.

Os levantamentos indicaram, ainda, que a ocupação da Amazônia Mato-grossense delineou-se como um projeto voltado para a expansão de áreas que os militares e a classe hegemônica do país chamavam de grandes vazios. Os projetos de ocupação tiveram resultados mais expressivos nos seus dinamismos especulativos do que sociais, intensificando a implantação de grandes latifúndios que geraram inúmeros conflitos e violências aos povos indígenas, ribeirinhos e posseiros.

Os trabalhos de pesquisas sobre a criação do Projeto de Assentamento Vale do Arinos também nos instigaram a investigar, para compreender a partir das histórias e narrativas de vidas, as experiências de vidas, individuais e coletivas, os sonhos, as lutas e os desafios empreendidos em busca de seus lotes de terras.

As narrativas manifestadas nas vozes dos assentados, apontaram a satisfação e a alegria pela oportunidade que tiveram ao realizar o sonho de conquistar seus próprios lotes de terras. Todavia existiam, e ainda existem, problemas inerentes ao descaso e/ou pouco comprometimento do poder público para com o assentamento e aos assentados, uma vez que não lhes foram disponibilizadas toda a infraestrutura básica preconizada nas políticas de reforma agrária para assentamentos rurais.

Nestas perspectivas, a presente proposta de tese intitulada “processo de criação do projeto de Assentamento Vale do Arinos e as lutas pela terra”, nos permitiu a construção de conhecimentos de como se deu a criação e o

processo de seleção dos assentados, e a implementação do planejamento de execução das políticas de reforma agrária no Projeto de Assentamento Vale do Arinos. Os trabalhos de levantamento de dados realizados no assentamento me aproximaram de pessoas que moram, que trabalham, que vivem e que acreditam em sonhos.

Assim, fecho meus olhos e me deparo com histórias de homens, mulheres e crianças, de matas fechadas, sem estradas e sem comida, sem casa, sem teto, mas com gente de esperança. O Assentamento era uma floresta que se transformou em clareira, que virou sítio, que tem sentimentos e guardam lembranças. É uma história de vida. *Não apenas de uma, mas de muitas vidas. Só compreende esta história aqueles que acreditaram e lutaram*” (MA4).